



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

LOURIELSON DA MOTA ALVES

**O PODER DO LATIFÚNDIO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB:
A CANTORIA DE VIOLA (REPENTE) COMO FORMA
DE RESISTÊNCIA CAMPONESA**

SUMÉ – PB

2019

LOURIELSON DA MOTA ALVES

**O PODER DO LATIFÚNDIO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB:
A CANTORIA DE VIOLA (REPENTE) COMO FORMA
DE RESISTÊNCIA CAMPONESA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo.

Área de Habilitação: Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.

**SUMÉ - PB
2019**

A474p Alves, Lourielson da Mota..
O poder do latifúndio no município de Sumé – PB: a cantoria de viola (repente) como forma de resistência camponesa. / Lourielson da Mota Alves. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

108 f.

Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

1. História de Sumé - PB. 2. Cantoria de Viola - repente. 3. Povoamento do Cariri Paraibano. 4. Sesmarias – Cariri Paraibano. 5. Resistência camponesa. 6. Campesinato. 7. Latifúndios – Sumé – PB. 8. História da Paraíba – Povoamento. 9. Repentistas. I. Cavalcante Neto, Faustino Teatino. II Título.

CDU: 94(812/813)(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

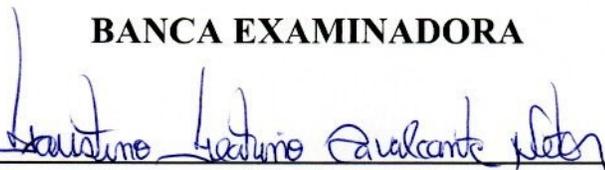
Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

LOURIELSON DA MOTA ALVES

**O PODER DO LATIFÚNDIO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB:
A CANTORIA DE VIOLA (REPENTE) COMO FORMA
DE RESISTÊNCIA CAMPONESA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto (Orientador)



Prof. Me. Filipe Gervásio Pinto da Silva (Examinador interno)



Prof. Me. Alisson Clauber Mendes de Alencar (Examinador externo)

Data de aprovação: 12/12/2019

SUMÉ – PB

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus que me proporcionou esse momento tão emocionante em minha vida; aos meus pais, Lourinaldo Salu Alves e Elisete da Mota Alves; e a todos que me ajudaram nessa caminhada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela chegada desse momento com o qual tanto sonhei.

Gostaria de agradecer aos meus pais, o Senhor Lourinaldo Salú Alves e a Senhora Elisete da Mota Alves, que sempre fizeram de tudo e aos quais sou grato eternamente, esse momento só está sendo possível por causa deles. Também agradeço ao meu irmão Louriclecio da Mota Alves, que me ajudou muito nesse processo.

Gostaria de agradecer senhor Youg Kkin grande amigo da família e sempre me apoiou nesse processo formativo.

Agradeço a minha eterna companheira Vanessa Raiane, que sempre me apoiou em minha jornada, sempre confiando em mim e me incentivando sempre seguir em frente.

Agradeço aos meus amigos de turma que hoje tenho como uma família, em especial Genilda, Ednilton e Natanael, que seguimos juntos do começo ao fim do curso sempre ajudando um ao outro nesta caminhada. Também agradeço a Amanda, Gerlane e Leonilson, uma nova família que constitui.

Gostaria de agradecer aos meus colegas do curso de Licenciatura em Educação do Campo de forma geral e aos professores: Sônia Lira, Socorro Silva, Wallace Ferreira, Gedeon, Marcus Bessa, Irelânio, Rafael, Isaac Alexandre, Marciano, Conceição Miranda, Felipe Gervásio, Denise Coutinho, Denise Xavier, Fabiano Custódio, Carolina Medeiros, Carolina Sá, Emilson, Valdonilson, Walberto, Mauricio e Erivan.

Agradecer imensamente ao meu orientador Faustino Teatino Cavalcante Neto, além de professor, um amigo.

Gostaria de agradecer também a professora Eliane Lisboa, a qual me ensinou muito durante o tempo que caminhamos juntos e a todos do grupo teatral Arupemba, do qual fiz parte e que me fez crescer imensamente.

Gostaria de agradecer ao professor, poeta e amigo Jeferson Felipe, o qual me forneceu matérias para minha pesquisa.

E aos poetas violeiros Evaldo Severino e Evaldo Filho, símbolos da cultura do repente de viola do município de Sumé

Agradeço as escolas que me acolheram nos programas do PIBID, na pessoa do professor Alisson Clauber, o qual aprendi muito com ele no meu primeiro contato com a sala de aula e a todos que fizeram parte do Residência Pedagógica.

Agradeço aos companheiros de pesquisa do núcleo NUCARIRI, o qual tive a honra de criar discussões riquíssimas sobre minhas pesquisas.

Enfim agradeço a todos que fizeram parte desta conquista.

“Dou um conselho aos amigos

Que não curtem poesia

Vocês tentem compreender

Escutem uma cantoria

Quem não gosta passará

A gostar no mesmo dia.”

(Ednilton Silva)

RESUMO

Este trabalho procurou entender como se deram as *lutas de classes* entre os latifundiários e os camponeses do Cariri paraibano. Especificamente, essa pesquisa buscou: primeiro, observar como se deu o processo da formação territorial do Cariri paraibano e, em particular, do município de Sumé-PB em suas formas de ocupação humana, analisado as lutas de classes que ocorreram neste território entre os portugueses colonizadores e os povos originários; segundo, tratar sobre a formação do campesinato no Cariri paraibano trazendo observações sobre como os povos originários e africanos contribuíram para essa composição, ao mesmo tempo em que forjavam suas formas de resistência. Também traçamos reflexões sobre como se davam as *lutas de classes* entre os latifundiários e os camponeses dentro das grandes fazendas do município de Sumé-PB; e, por fim, analisar como se deu a resistência camponesa frente ao poder do latifúndio através do uso da oralidade musical (cantoria de viola - repente) no meio rural, uma forma de resistência no campo simbólico que se somava a do campo da violência física. As informações encontradas foram analisadas a partir das lições teórico-metodológicas do materialismo histórico-dialético, elaborado por Karl Marx, para quem “a estrutura econômica da sociedade é a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social” (MARX, 1983, p. 24). Para nos lançarmos no campo investigativo sobre o tema abordado foi realizada uma pesquisa bibliográfica (teses e dissertações) bem como sobre dois universos de fontes: os registros cartoriais (sesmarias, assentos de batismos, dentre outros) e a literatura regional (memórias e livros de poesias) para buscarmos entender a cantoria de viola (repente) como uma forma de resistência camponesa. Os estudos realizados permitiram compreender as várias tensões e conflitos que se deram entre latifundiários e camponeses no Cariri paraibano, revelando que estes faziam uso de uma força excepcional para combater as injustiças do seu dia-a-dia, tanto no campo da violência física como no campo simbólico e, nesse último caso, através do uso da oralidade musical (cantoria de viola - repente).

Palavras chave: Cariri Paraibano. Latifúndio. Resistências. Cantoria.

ABSTRACT

This work tried to understand how the class struggles between the landowners and the peasants of Cariri in Paraíba took place. Specifically, this research sought to: first, observe how the process of territorial formation of Cariri in Paraíba took place and, in particular, of the municipality of Sumé-PB in its forms of human occupation, analyzing the class struggles that occurred in this territory among the Portuguese colonizers and native peoples; second, to deal with the formation of the peasantry in Cariri Paraibano, bringing observations on how the original and African peoples contributed to this composition, while forging their forms of resistance. We also drew reflections on how class struggles took place between landowners and peasants within the large farms in the municipality of Sumé-PB; and, finally, to analyze how the peasant resistance to the power of the latifundium took place through the use of musical orality (singing of viola - suddenly) in rural areas, a form of resistance in the symbolic field that was added to the field of physical violence. The information found was analyzed from the theoretical-methodological lessons of historical-dialectical materialism, elaborated by Karl Marx, for whom “the economic structure of society is the concrete basis on which a legal and political superstructure rises and which correspond to certain forms of social consciousness ”(MARX, 1983, p. 24). In order to launch ourselves into the investigative field on the topic addressed, a bibliographic research (theses and dissertations) was carried out, as well as on two universes of sources: the notary records (sesmarias, baptism seats, among others) and the regional literature (memoirs and books of poetry) to try to understand the singing of viola (suddenly) as a form of peasant resistance. The studies carried out made it possible to understand the various tensions and conflicts that occurred between landowners and peasants in Cariri in Paraíba, revealing that they used an exceptional force to combat the injustices of their daily lives, both in the field of physical violence and in symbolic field and, in the latter case, through the use of musical orality (viola singing - suddenly).

Keywords: Cariri Paraibano. Latifundio. Resistances. Cantoria.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM I – DIVISÃO DO CARIRI PARAIBANO E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS.....	19
IMAGEM II – DISTRIBUIÇÃO DAS NAÇÕES “INDÍGENAS” E SUAS TRIBOS NO TERRITÓRIO PARAIBANO (SÉCULOS XVII E XVIII)	20
IMAGEM III – OCUPAÇÃO PORTUGUESA DA CAPITANIA DA PARAÍBA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII.....	24
IMAGEM IV – DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PARAÍBA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX.	30
IMAGEM V – DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PARAÍBA NO FINAL DO SÉCULO XIX.....	31

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE IMÓVEIS RURAIS POR ÁREA PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI-PB.....	28
QUADRO II - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE IMÓVEIS RURAIS POR ÁREA NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB.....	29
QUADRO III – SESMARIAS REFERENTES AO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB.....	32
QUADRO IV – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE IMÓVEIS RURAIS POR ÁREA PARA O MUNICÍPIO DE SUMÉ.....	42
QUADRO V – A GRANDE PROPRIEDADE NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB.....	43
QUADRO VI – PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AS NAÇÕES INDÍGENAS QUE HABITAVAM O INTERIOR DA ATUAL PARAÍBA.....	49
QUADRO VII – REGISTROS DOS BATIZADOS DE “ÍNDIOS” NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORADOS MILAGRES DO CARIRI DE FORA (1777-1783).....	55
QUADRO VIII – RELAÇÃO DOS POETAS DE CANTORIA DO CARIRI PARAIBANO.....	72
QUADRO IX – POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1980-2010).....	97

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A QUESTÃO AGRÁRIA DO CARIRI PARAIBANO: LUTAS DE CLASSES E FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO.....	18
2.1	A formação territorial do Cariri Paraibano: lutas de classes e formação do latifúndio.....	18
2.2	A formação territorial do Município de Sumé: lutas de classes e formação do latifúndio.....	29
3	A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NO CARIRI PARAIBANO.....	45
3.1	Povos Originários: contribuições para a formação do campesinato.....	45
3.2	Povos Africanos: contribuições para a formação do campesinato.....	57
3.3	Economia Agrária e luta de classes.....	63
4	A RESISTÊNCIA CAMPONESA POR MEIO DA ORALIDADE MUSICAL: A CANTORIA DE VIOLA (REPENTE) COMO EXPRESSÃO DA LUTA DE CLASSES.....	70
4.1	A Cantoria de Viola (Repente) como forma de resistência.....	70
4.2	A Cantoria e a denúncia do latifúndio.....	79
4.3	A Cantoria e a denúncia do Estado.....	84
4.4	A cantoria de elogio ao latifúndio.....	91
4.5	A Cantoria de Viola (Repente) vai do campo à cidade: a denúncia de um Estado opressor continua presente.....	97
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
	REFERÊNCIAS.....	103

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema *O poder do latifúndio no município de Sumé-PB: a cantoria de viola (repente) como forma de resistência camponesa* e buscou entender como se deram as lutas de classes entre os latifundiários e os camponeses do Cariri paraibano. Especificamente, essa pesquisa buscou: primeiro, observar como se deu o processo da formação territorial do Cariri paraibano e, em particular, do município de Sumé-PB em suas formas de ocupação humana, analisado as lutas de classes que ocorreram neste território entre os portugueses colonizadores e os povos originários; segundo, tratar sobre a formação do campesinato no Cariri paraibano trazendo observações sobre como os povos originários e

africanos contribuíram para essa composição, ao mesmo tempo em que forjavam suas formas de resistência. Também traçamos reflexões sobre como se davam as *lutas de classe* entre os latifundiários e os camponeses dentro das grandes fazendas do município de Sumé-PB; e, por fim, analisar como se deu a resistência camponesa frente ao poder do latifúndio através do uso da oralidade musical (cantoria de viola - repente) no meio rural, uma forma de resistência no campo simbólico que se somava a do campo da violência física.

De acordo com o Censo Agropecuário 1996 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Organização Internacional das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), o Brasil é o segundo país do mundo em concentração de propriedade da terra, onde grandes propriedades com pelo menos mil hectares são 45,1% do total de 250 milhões de hectares cultiváveis no território nacional. Esse dado é resultante do processo histórico que se deu após a invasão portuguesa de 1500, quando então as terras foram divididas em grandes lotes e doadas aos homens de confiança do rei que tinham obrigações de as manterem produtivas para que, desse modo, servissem ao capitalismo comercial que se projetava na Europa. Marx (2008, p. 888) atenta para questão que “o preço do solo nada mais é que renda capitalizada. [...] o que se paga no preço são apenas rendas futuras [...]. A terra, quando se vende, é vendida como fonte de renda.” De modo que, até com o fim do processo de sesmarias, ainda é possível se manter um poder por terra, pois na visão de Marx a terra também é um foco de geração de capitalismo.

Na América portuguesa, essa ocupação territorial se deu assentada, primeiramente, no latifúndio, na monocultura (cana-de-açúcar) e no trabalho escravo (“indígena” e africano), no litoral da região que hoje conhecemos como Nordeste. A partir da segunda metade do século XVII,

esse processo se verificou pelo interior da colônia (sertões), sobretudo com vistas ao estabelecimento de fazendas pecuárias. E é nesse contexto que se inscreve o espaço e tempo em que se desenvolvem o objeto de nossa pesquisa, qual seja: o Cariri paraibano a partir da segunda metade do século XVII em sua dinâmica territorial que foram responsáveis por lutas de classes entre os latifundiários e os camponeses.

Para tanto, buscamos investigar como as relações entre povos originários, portugueses e africanos se deram para, assim, compreendermos o que possibilitou a configuração (grandes proprietários de terras e camponeses) que temos atualmente. São vários os estudos acadêmicos que problematizam da história do povo camponês, uma história marcada pela exploração dos grandes latifundiários que se verificou a partir do genocídio dos povos originários, a escravidão do povo africano, o roubo de terras ou, na atualidade, o emprego da mão-de-obra barata em serviços pesados em suas fazendas.

Mas, se há registro dessa exploração, também encontramos estudos e fontes que dão conta da resistência camponesa a essa opressão e exploração. Segundo Fernandes (1999, S/P),

Há 500 anos, desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativo, contra a exploração e conseqüentemente contra o cativo da terra, contra a expulsão, que marcam as lutas dos trabalhadores. Das lutas dos povos indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres e, desde o final do século passado, dos imigrantes, desenvolveram-se as lutas camponesas pela terra. Lutas e guerras sem fim contra a expropriação produzida continuamente no desenvolvimento do capitalismo.

Diferentemente do que os latifundiários desejavam, os camponeses sempre enxergaram essas formas brutais de exploração e, frente a elas, empreendiam *lutas de classe* físicas e simbólicas como alternativas possíveis. Há registros, por exemplos, que nos dizem que povos originários, africanos e camponeses assassinaram (resistência física) portugueses colonizadores que pretenderam explorá-los. De igual modo, há fontes que nos falam de como esses trabalhadores explorados também fizeram usos do campo da violência simbólica para lidarem com a força opressora do latifúndio.

Segundo Zarth (2009, p. 10) “O campesinato emerge associadamente ao processo de seu reconhecimento político, ora negativo, ora positivo.” Assim, observamos que os camponeses tinham plena visão das explorações sofridas, aceitavam certos tipos de domínio, mas sempre surgiam focos de resistência, a exemplos de quando os povos originários lutaram por suas terras

ou quando os africanos escravizados fugiam das grandes fazendas em busca da liberdade, atitudes tomadas diante das contradições existentes entre as classes.

De forma que o objetivo geral desse trabalho é apresentar os conflitos que surgiram entre os latifúndios e os camponeses no Cariri paraibano, conflitos que se deram pelo domínio da terra. De um lado, homens dispostos a utilizarem dos atos mais cruéis possíveis para alcançarem seus objetivos, para saciarem sua fome e ganancia por terras; de outro lado um povo que sempre lutou pelo seu direito e nunca abaixou a cabeça para a exploração, estando sempre disposto a arriscar a própria vida para conseguir manter o que era seu por direito, sempre lutou para manter suas origens vivas. Apesar da grande força que possuía o latifúndio, os camponeses também mostraram sua força de luta.

Sendo assim, procuramos evidenciar as formas de resistências camponesas no Cariri paraibano. Todavia, a resistência investigada nesse trabalho mais a profundamente foi a cantoria de viola, arte nascida no campo através da oralidade, que possui, desde suas origens, uma forte crítica social em relação às injustiças do dia-a-dia. Esses camponeses cantadores glosam versos que denunciam a exploração sofrida por muitos nos latifúndios e, assim, sempre distante da visão de seus dominadores, eles conseguiram expressar seus sentimentos através de sua arte cantada.

Essa modalidade musical nascida no meio camponês, além de uma forma de lazer dos povos trabalhadores, servia como uma forma de resistência, pois a consideramos a sua execução, seja nos terreiros da fazenda ou em feira, como um momento em que os trabalhadores paravam para assistir e escutar versos que retratavam suas realidades, se identificando com as palavras dos repentistas, bem como pedindo motes¹ sobre os quais eram elaboradas glosas que agradavam ainda mais a plateia. Uma força de resistência diferenciada que não usava da força bruta, mas, da força simbólica.

Esses poetas glosavam uma variedade de temas na busca por sempre agradar sua plateia e, como essa arte perdeu por muito tempo apenas na forma oral, raramente havendo algum registro (a não ser na mente dos amantes daquela arte), ficava mais fácil de os mesmos fazerem suas críticas ao sistema latifundiário. Era uma forma de se proteger da violência gerada pela classe dominante, pois, se o fazendeiro fosse perguntar algo a ele, o cantor poderia negar sem ter qualquer tipo de problema, já que não teria como provar as acusações.

¹ O mote é o tema em forma de verso proposto aos cantadores durante uma disputa. O mote funciona como uma espécie de refrão. Cf. Pinheiro; Lúcio, 2001.

Todavia, alguns poetas e alguns de seus admiradores terminaram por registrar em publicações essas poesias cantadas nas cantorias de viola (repente). Segundo tais registros, os repentistas glosaram temas sobre os tempos em que os nativos habitavam o Cariri paraibano, passando pelo sistema latifundiário do século XIX e XX, até chegar ao perverso capitalismo atual. Notamos também que essa arte passou por mudanças desde a sua criação (século XIX), porém ainda continua sendo uma importante arma para lutar contra o capitalismo.

A presente pesquisa justifica-se, primeiramente, por tratar-se de um tema que sempre tivemos interesse em pesquisar, ou seja, nos chamava a atenção o fato de os fazendeiros quererem sempre ter todos os direitos sobre os camponeses com pouca terra ou dela expropriados, mas, muito mais ainda, achávamos interessantes as várias formas de resistências empreendidas por estes trabalhadores contra os seus “patrões”. Segundo, porque desde criança começamos a ouvir a cantoria de viola e, mais recentemente, passamos a querer entender como os camponeses se utilizam dessa arte para refletirem sobre sua vida e denunciar os seus problemas, sobretudo no que diz respeito a exploração sofrida pelos mesmos frente ao poder do latifúndio. Ao mesmo tempo, queríamos entender o que esses cantadores falam que tanto comovem seu público e de onde tiram tantas inspirações para suas obras. Terceiro, porque pretende de contribuir com a literatura acadêmica, uma vez que o tema tem uma relevância científica e social.

As informações encontradas foram analisadas a partir das lições teórico-metodológicas do materialismo histórico-dialético, elaborado por Karl Marx, para quem “a estrutura econômica da sociedade é a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinados formas de consciência social” (MARX, 1983, p. 24). Sendo assim, uma pesquisa que se quer assentada no materialismo histórico dialético precisa lançar mão do conjunto de interpretações marxistas sobre *forças produtivas, relações sociais de produção, determinações, infraestrutura, superestrutura, estrutura ideológica, estrutura jurídico-política, Estado, modo de produção, formação social, luta de classes*, dentre outros que buscam explicar o sistema capitalista.

Para Marx (1976), é necessário que haja diferença entre a investigação/pesquisa e a exposição. No processo de investigação é indispensável fazer uso de uma observação direta da realidade, atentando para todos os fatos isolados, buscando os pequenos detalhes que passaram despercebidos ao serem analisado apenas superficialmente, refazendo, assim, uma realidade na qual se passa a ter novas visões de mundo, as quais passaram despercebidas em um primeiro

momento. Depois de feito esse processo, segundo esse autor, o cientista social deverá ter um método para expor a sua pesquisa.

O materialismo-dialético traz em sua concepção que é necessário se estudar o desenvolvimento do fenômeno em pesquisa partindo de seu teor interno, analisando suas relações com outros fenômenos existentes, observando o movimento e o desenvolvimento de cada fenômeno, levando sempre em conta os fenômenos que os cercam. Marx (IDEM) atenta que as relações sociais estão interligadas totalmente às forças produtivas e, com o passar do tempo, a sociedade se transforma, vindo, assim, a modificar também as maneiras de produções e as formas de relações sociais das comunidades.

Para nos lançarmos no campo investigativo sobre o tema abordado, foi realizada uma pesquisa bibliográfica (teses e dissertações) de maneira a compreender o que seria utilizado como base para a aquisição de dados na realização do trabalho. Também nos debruçamos sobre dois universos de fontes: os registros cartoriais (sesmarias, assentos de batismos, dentre outros) e a literatura regional (memórias e livros de poesias) para buscarmos entender a cantoria de viola (repente) como uma forma de resistência camponesa. Vale destacar o cuidado metodológico que o pesquisador deve ter ao tratar com cada uma dessas fontes, pois são produções datadas e que precisam ser vistas sempre como produções de sujeitos em um tempo marcado por interesses subjetivos específicos.

Partindo das considerações postas, procuramos dar sentido a nossa pesquisa intitulada *O poder do latifúndio no município de Sumé-PB: a cantoria de viola (repente) como forma de resistência camponesa* dividindo-a em três capítulos.

No primeiro capítulo, analisamos como se deu o processo da formação territorial do Cariri paraibano e, especificamente, do município de Sumé-PB em suas formas de ocupação humana, analisado as lutas de classes que ocorreram neste território entre os portugueses colonizadores e os povos originários.

No segundo capítulo, tratamos sobre a formação do campesinato no Cariri paraibano trazendo observações sobre como os povos originários e africanos contribuíram para essa composição, ao mesmo tempo em que forjavam suas formas de resistência. Também traçamos reflexões sobre como se davam as *lutas de classe* entre os latifundiários e os camponeses dentro das grandes fazendas do município de Sumé-PB.

E por fim, no terceiro capítulo, analisamos como se deu a resistência camponesa frente ao poder do latifúndio através do uso da oralidade musical (cantoria de viola - repente) no meio rural, uma forma de resistência no campo simbólico que se somava a do campo da violência física.

Essa pesquisa se enquadra na linha de pesquisa *Educação do Campo, Estado e Sociedade*, que se propõe a problematizar as lutas dos diversos sujeitos sociais do campo e movimentos populares. Esperamos ter contribuído para com a produção de estudos sobre os povos camponeses do Cariri paraibano e desejamos que possam ter uma boa leitura.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA DO CARIRI PARAIBANO: TERRAS EM DISPUTAS

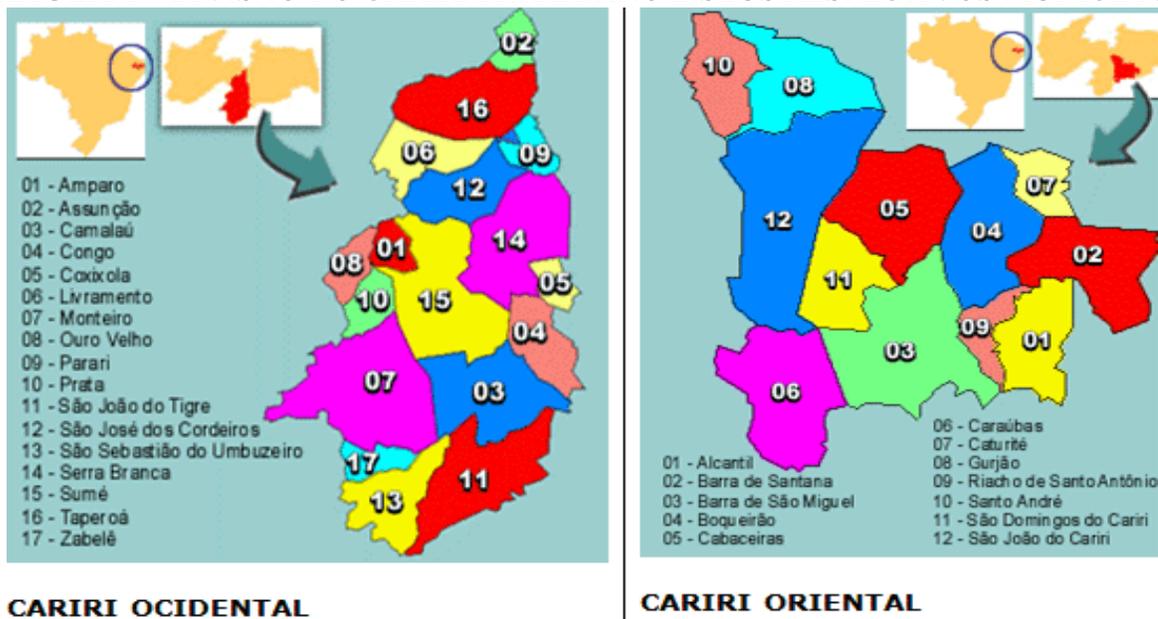
O presente capítulo tem por objetivos observar como se deu o processo da formação territorial do Cariri paraibano e, especificamente, do município de Sumé-PB em suas formas de ocupação humana, analisado as lutas de classes que ocorreram neste território² entre os portugueses colonizadores e os povos originários.

2.1 A formação territorial do Cariri Paraibano: lutas de classes e formação do latifúndio

Do ponto de vista geográfico, o Cariri paraibano é dividido em duas microrregiões, Cariri Ocidental e Cariri Oriental, que ocupam uma área de cerca de 7.158 km² e que passou a receber essa denominação a partir de 1996 incluindo-se na mesorregião chamada de Sertão paraibano (IBGE, 1985). Nesse trabalho daremos ênfase ao Cariri Ocidental, composto por 17 municípios, dos quais destacaremos o município de Sumé e alguns circunvizinhos que deram origem a este município. Segue a imagem que apresenta as duas microrregiões do Cariri paraibano.

² O conceito de território vincula-se à categoria de poder, porém não apenas ao poder no sentido concreto de dominação (poder político), mas também ao poder simbólico, ligado à apropriação de determinados grupos para com seu espaço de vivência. Cf. Santos, 1978.

IMAGEM I – DIVISÃO DO CARIRI PARAIBANO E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS



Fonte: <https://www.milkpoint.com.br/artigos/producao/producao-de-leite-de-cabra-nos-cariris-ocidental-e-oriental-da-paraiba-74236n.aspx>

Há registros (pinturas que se reportam ao período dos povos nativos, fontes escritas que relatam o seu extermínio e/ou a escravidão, etc.), de que nesse território havia um grande número de “indígenas”³, povos nativos desta região que habitavam essas terras exercendo sua cultura material e imaterial antes e depois da invasão portuguesa. Quando se trata da presença dos povos originários na atual região do Cariri paraibano, as pesquisas mais recentes citam duas nações: os Tarairiús⁴ e os Cariris⁵. Ambas eram distintas, com culturas e línguas diferentes e que os colonizadores portugueses negavam suas existências. As duas nações habitavam locais específicos, mas possuíam traços semelhantes quando o assunto era expulsar os colonizadores.

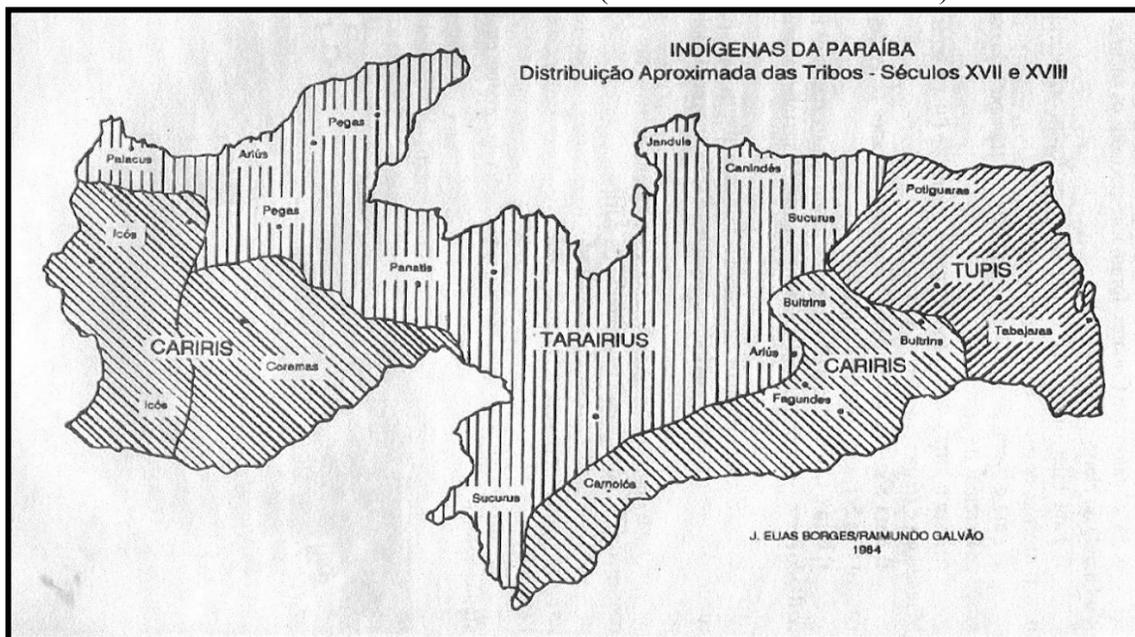
³ É pertinente uma observação sobre essa categoria utilizada para se referir aos habitantes nativos do continente chamado de América. A palavra “índio”, para além de sua capacidade generalizante, também se converteu em sinônimo de colono da América e em seguida de escravo de fazenda. Desse modo, pelo processo de pretensa dominação colonial, “índio”, em grande parte da América, é uma palavra carregada de menosprezo. Ultimamente, as organizações dos habitantes nativos preferem se autodenominar de “povos originários”. Cf. Rojas, 1998, p. 165-166.

⁴ A nação dos Tarairiús apresentava as seguintes tribos: Chocós, Paratiós, Carnoiós, Bodopitás, Bultrins, Icós e Coremas. Viviam nas regiões secas do Sertão, do Cariri juntos aos rios temporários de Rio do Peixe (Sousa), Rio Piancó (Conceição), Rio Paraíba (Monteiro, Cabaceiras e Boqueirão) e no Brejo (Fagundes e Pilar). Cf. Barbosa, 2000.

⁵ A nação dos Cariris apresentava as seguintes tribos: Janduí, Ariús, Pegas, Panatis, Sucurus, Paiacús, Canidés, Genipapos, Cavalcantis e Vidais. Viviam nas regiões secas do Sertão, do Curimataú e do Seridó juntos aos rios temporários de Piranhas (Pombal e Catolé do Rocha), de Pinharas (Patos), de Sabugi (Santa Luzia), de Curimataú (Cuité e Bananeiras). Cf. Idem.

A seguir apresentamos o mapa elaborado pelo etnólogo José Elias Borges, pesquisador da etnogeografia paraibana, cujos estudos etnográficos e linguísticos (com base em copiosa bibliografia) e pesquisas de campo, modificaram em definitivo os conhecimentos sobre as etnias que ocupavam o território paraibano no período anterior a presença da colonização portuguesa e hoje são referência obrigatória para todos que pretendem estudar os povos nativos do Nordeste.

IMAGEM II – DISTRIBUIÇÃO DAS NAÇÕES “INDÍGENAS” E SUAS TRIBOS NO TERRITÓRIO PARAIBANO (SÉCULOS XVII E XVIII)



Fonte: (BARBOSA, 2000).

A região que temos por foco de estudo em nossa pesquisa era ocupada pela nação Tarairiús (Sucurus), cujo povo foi envolvido por meio de aliança nos conflitos entre os elementos colonizadores que estavam a todo tempo querendo dominar mais e mais terras. A aliança dos Tarairiús se deu com os holandeses, já que ambos tinham como inimigo em comum a Coroa portuguesa. Com o declínio holandês para os lusos (1654)⁶, os nativos Tarairiús também foram penalizados. Sobre isso, vejamos:

⁶ As invasões holandesas, que ocorreram no século XVII, foram o maior conflito político-militar da Colônia. Embora concentradas no Nordeste, elas não se resumiram a um simples episódio regional. Ao contrário, fizeram parte do quadro das relações internacionais entre os países europeus, revelando a dimensão da luta pelo controle do açúcar e das fontes de suprimento de escravos. Cf. Fausto, 2003.

O governo luso concedeu anistia a todos que teriam colaborado com os holandeses. Na verdade, após a saída dos batavos do Brasil a perseguição aos “traidores”, principalmente os índios Tapuias (Tarairiús) foi intensa e letal, levando-os a uma quase extinção imediata no pós-governo holandês. (SANTOS, 2009, p. 157).

Podemos observar que ocorreu um grande genocídio por parte da Coroa portuguesa sobre os povos nativos daquela região, de forma rápida, logo após a mudança de governo. Uma nação quase toda extinta de uma hora para outra, reforçando, assim, ainda mais a ideia que esse povo fora inexistente, já que junto a eles morreram muito de suas culturas e sua língua matriz. Esse processo também fortaleceu os poderes dos colonizadores e aumentou ainda mais suas posses de terras a custo de muito sangue “indígena”.

Antes da presença colonizadora do interior das Capitânicas já havia um conjunto de discursos que passou a elaborar uma visão dos “sertões” mistificada e, também, daqueles que nele moravam. Esse tratamento dado aos povos originários se verificava em razão das dificuldades que os colonizadores encontravam em dominarem esses povos e de remodelarem seus costumes. Guedes apud Arruda (2007, p. 05) diz que

A ideia de sertão serviu, no período colonial brasileiro, como parâmetro para representar espaços simbólicos dicotômicos. Desta maneira, a ideia de sertão era uma forma de nomear o desconhecido, sendo considerado como um lugar inóspito e desconhecido, terra a desbravar, região habitada por selvagens bárbaros.

Podemos observar que se tratava de uma forma de diferenciar as áreas litorâneas já invadidas daquelas terras até então desconhecidas, como se o litoral fosse o centro de civilização, enquanto o sertão fosse a terra desconhecida e sem lei. Assim, os colonizadores se valiam do termo “sertão” para justificar suas idas às terras desconhecidas, terras essas que eles diziam comandadas por “selvagens” que necessitavam de domínio, de um povo de consciência para torná-las produtivas, já que aqueles “bárbaros” nada faziam com ela.

Importante destacar que tanto no litoral como no sertão da colônia portuguesa a ocupação territorial se estabeleceu em consonância com a economia capitalista que se encontrava em formação na Europa. Essa nossa argumentação se baseia em Chaves (2010, S/P):

(...) partiremos aqui de uma hipótese preliminar, mas que definitivamente é importante anunciá-la, pois nos serviu de fio condutor das idéias até o presente momento. Estamos partindo do princípio de que, por volta do final do século XVI, a acumulação primitiva de capital no Velho Mundo havia chegado num certo limite nos moldes clássicos da

rapinagem (roubos de terras, expropriação dos camponeses e o saque aos trabalhadores), portanto, isto não significou o fim do processo de acumulação, mas estamos confiantes de que uma nova etapa se iniciou naquele momento. Pressupomos ainda que nesta nova etapa o capitalismo necessitou dar um grande salto livre para chegar a um estágio superior do desenvolvimento de suas forças produtivas e que hoje com distanciamento histórico vemos que a Revolução Industrial atingiu este patamar, contudo acreditamos que este salto contou com bases seguras desempenhando a função de pára-queda caso o capitalismo fracassasse em sua aventura, na nossa leitura **os novos domínios do Além-Mar** que os países europeus conquistaram atenderam a função pára-queda. (Grifos nossos).

Esse autor fundamenta o argumento acima em Prado Júnior (1972), segundo o qual, no século XVI, com a expansão do capitalismo comercial, grande parte dos países da Europa lançaram-se ao mar em busca de ampliarem e dinamizarem seus mercados, esse prolongado processo que mobilizou grandes contingentes humanos. Ou seja, a colonização da América portuguesa se inscreveu dentro do processo de “acumulação primitiva de capital” (MARX, 1980), dando o suporte para o pleno desenvolvimento do capitalismo na Europa. Para Chaves (2010), a colonização:

[...] forneceu riquezas suficientes para o salto que o capital provou para emergir com sua indústria moderna. Das matérias-primas, como a madeira e a tinta para tingir tecidos, passando pela manufatura da cana-de-açúcar até chegar na extração mineral, onde toneladas de ouro, prata e diamantes foram despejados na Europa, toda obra colonizadora deu amplo suporte para que o capitalismo comercial atingisse um estágio superior e pudesse criar bases sólidas. Enfim, nossa leitura dos acontecimentos até o presente momento procurou mostrar a indissociabilidade da modernização capitalista na Europa com os processos de ocupação e colonização realizadas na América Portuguesa (...).

No que diz respeito à ocupação territorial da América portuguesa, cabe destacar que o sistema adotado pela Coroa foi a “doação” de terras aos colonizadores por meio das Sesmarias⁷, ou seja, esse processo se deu tendo por base os critérios tradicionais de uma sociedade feudal que se encontrava em decadência na Europa. Esse mecanismo jurídico (a sesmaria) foi o primeiro passo em direção à concentração fundiária e a origem do latifúndio no Brasil, pois deixou grandes parcelas de terras nas mãos de poucas pessoas (fidalguia portuguesa).

⁷ A aquisição de terras durante todo o período colonial se deu prioritariamente através do sistema sesmarial que vinha sendo empregado em Portugal desde a Idade Média, com seus compromissos feudais. Na América portuguesa, tal sistema foi administrado pela aristocracia latifundiária e escravista, representante do poder colonialista. Consistia na doação de uma porção de terras a quem se dispusesse a exterminar seus verdadeiros donos, os “indígenas” ou os submeter ao Estado português e a Igreja Católica. As sesmarias constituíram uma etapa fundamental para a colonização do Brasil e foram responsáveis pela organização territorial do ponto de vista fundiário. Cf. Pereira, 2008.

Foi a partir desse processo de ocupação territorial que o capitalismo foi se fazendo sentir no “Novo mundo”, assumindo um papel dentro do que Marx chamou de “acumulação primitiva de capital”, ficando fácil entender a função que os povos nativos passaram a ter com as terras em que viviam, ou seja, com a chegada dos colonizadores, os nativos foram obrigados a trabalharem para esses invasores, o que mudou completamente a sua forma de vida. Os colonizadores estavam preocupados unicamente com os benefícios que poderiam extrair destas terras, com a mão de obra barata que encontraram nesse novo território. Desta maneira, na concepção de Marx, o processo de acumulação de capital está ligado diretamente com a exploração sofrida pelos povos originários dentro de uma economia colonial semifeudal que atendeu as demandas do mercado capitalista que vigorava principalmente na Europa Ocidental.

A partir da segunda metade do século XVII, logo após a expulsão dos holandeses, as terras do sertão paraibano passaram a ser povoadas por essa fidalguia portuguesa e a primeira e principal família de colonizadores a ocupar esse espaço foi a dos Oliveira Ledo, terras essas doadas pelo Estado português através do processo sesmarial. Em meio a esse processo, Costa (2012, S/P) destaca o papel desse núcleo familiar:

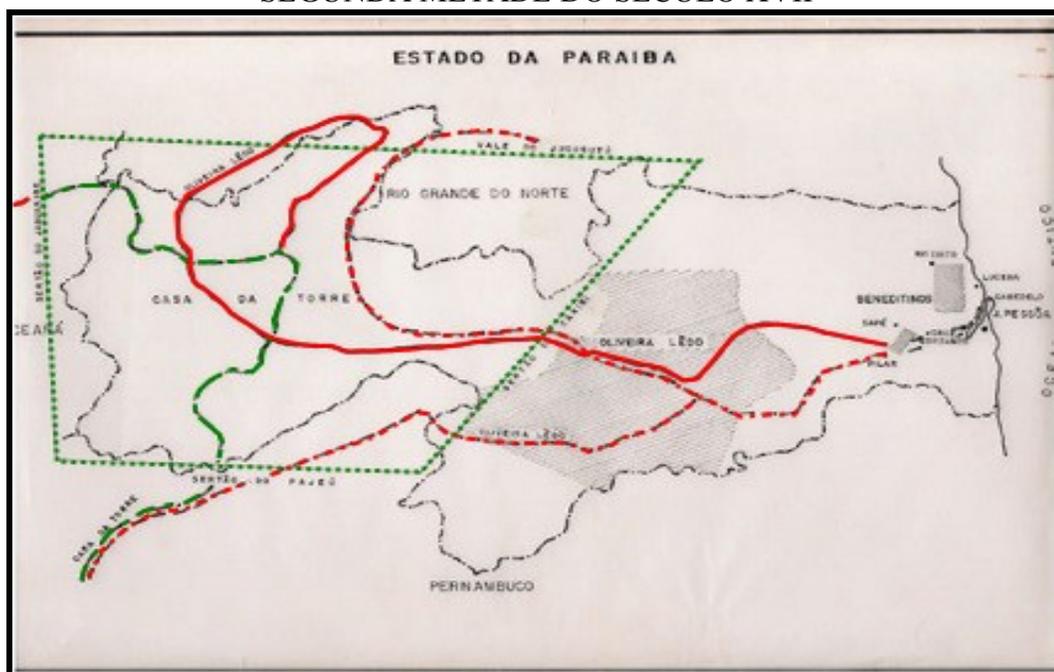
Em meio à complexidade de compreender o que seria esse sertão, deve-se atentar ainda às relações sociais existentes nessa localidade. Nesse sentido, uma família teve bastante influência no processo de conquista de boa parte desse sertão – a família Oliveira Ledo. Provenientes da Capitania da Bahia, a família Oliveira Ledo teria iniciado a conquista de terras na Capitania do Rio Grande, nas localidades dos rios Mipibú e Potengi, onde receberam duas concessões, as chamadas sesmarias.

A partir desta afirmação podemos observar como se iniciou todo o processo de ocupação dessas terras, bem como o destaque ao nome da família que colonizou as mesmas. Os Oliveira Ledo foram figuras responsáveis por essa ação, foram eles os “desbravadores” que invadiram esse território em busca de terras e outras riquezas materiais. Segundo Seixas (2000, p. 110):

Com a restauração do domínio português, na segunda metade do século XVII, é que, na verdade, começou a penetração para o interior paraibano. E a figura de sertanista que se impõe como o primeiro a pisar o semiárido paraibano foi Antônio de Oliveira Ledo, o qual, procedente da Bahia, atravessou o São Francisco e, seguindo o curso do Moxotó, um dos principais afluentes desse rio da unidade nacional, entrou na Paraíba através do rio Sucuru e prosseguiu pelo rio Paraíba até atingir a região do Boqueirão. Ali fundou uma aldeia que recebeu este nome e se estabeleceu, dando os primeiros passos para o povoamento da região do Cariri Velho.

Antônio de Oliveira Ledo seguiu o Rio Sucurú e atingiu o rio Paraíba, seguindo o curso deste onde, em 1665, requereu sesmaria (ALMEIDA, 1962) informando que já se encontrava estabelecido ali desde 1663. Essa sesmaria solicitada possuía trinta léguas de comprimento com doze léguas de largura ao longo do rio da Paraíba⁸. Na imagem que segue se é possível ter uma dimensão espacial da localização dessa sesmaria.

IMAGEM III – OCUPAÇÃO PORTUGUESA DA CAPITANIA DA PARAÍBA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII



Fonte: (SEIXAS, 2004).

Após 1670, há uma ausência de solicitações de sesmarias correspondentes ao Cariri paraibano. Todavia, Pereira (2008, p. 163) observa que “(...) mesmo não documentado, houve um processo de ocupação intenso, quando as secas permitiam, de modo que houve a colonização desde a Aldeia do Pilar até as nascentes do Rio Sucuru”.

Do primeiro pedido de sesmaria feito por Antonio de Oliveira Ledo e outros (1665) ao segundo feito por Pascácio de Oliveira Ledo (30/04/1695) e renovado pelo filho Fellipe Rodrigues

⁸ Essa sesmaria foi requerida por Antônio de Oliveira Ledo, Custódio de Oliveira Ledo, Constantino de Oliveira Ledo, Francisco de Oliveira, Bárbara de Oliveira, Luís Albernaz, Maria Barbosa Barradas, Sebastião Barbosa de Almeida, Pascácio de Oliveira Ledo, Sebastião da Costa e Custódio Alves Martins em 20 de Março de 1665. Cf. Almeida, 1962.

(1739), do lugar Aaduquê (?), onde hoje está localizado o município de São José dos Cordeiros, haviam se passados 48 anos. Vejamos esse documento:

Felippe Rodrigues, como herdeiro e doado por seu pae Pascacio de Oliveira Ledo, e os mais herdeiros de Sebastião Costa, estando a 48 annos de posse de seis legoas de terra em quadro, que fora concedida por este Governo aos seus antepassados Pascacio de Oliveira Ledo e Sebastião da Costa no poço ou riacho, chamado Aaáuquê (?) com quatro legoas para cima e duas para baixo, como constava da petição e documentos juntos, que se achavão nesta Secretaria, sem jamais se poder descobrir a data nos livros de registro delias, não obstante a nota do Secretario, que então era Diogo Pereira de Mendonça, em que declara nas costas da dita petição, que passara a carta de data em 30 de Abril de 1695; e porque os supplicantes estavam possuindo ditas seis legoas de terra, sem terem titulo algum, por evitarem contendas pedião por nova data de sesmaria toda terra que assim foi concedida a seus antepassados, que constava dos documentos juntos. Fez-se a concessão na forma requerida da renovação, da data, de sesmaria aos 7 de Fevereiro de 1739. (JOFFLY, 1893, p. 131)

A próxima sesmaria data de 17 de novembro de 1699, quando Custódio Alves Martins (um dos requerentes da primeira sesmaria de 1665), dizendo ocupar a terra desde 1696, solicitou o lugar Cujajique (São João), onde hoje se acham localizados os municípios de Prata e Ouro Velho.⁹ Vejamos:

Nº 18 em 17 de Novembro de 1699

Alferes Custódio Alves Martins, diz que morador na capitania de Pernambuco e dezejando povoar algumas terras no sertão e tendo notícias de algumas que havia nas cabeceiras e nascenças do Parahyba, metteo com gente que levou em sua companhia pelo sertão com pessoa pratica, por serem partes aonde até então não tinha ido gente branca pelo receio de se toparem com **gentio bravo**, com despesa e risco de vida, e com efeito descobrio alguma terra que **o gentio deo o nome de Cujajique** em cuja terra ele supplicante situou-se e deo o nome de sitio – *S. João* – e logo lhe metteo gado, correndo pelo riacho acima duas légoas e pelo riacho abaixo outras duas legoas, fazendo novo sitio, e com efeito está de posse da referida terra a mais de três annos procurando dentro delles com toda diligencia saber a que jurisdicção pertencia para as poder pedir de sesmaria, para que com legitimo titulo podesse revalidar a sua posse, e porque tem entendido assim por informação particular e como por resolução comum e geral dos moradores daquelle governo requeria das ditas terras quatro legoas confrontadas na forma da Ord. L. 4.º til. 43 e conforme o capitulo do regim. deste governo. Foi feita a concessão de uma legoa de comprimento e trez de largo, deixando salvas pedreiras e **alguma aldeia de índios**, pelo capitão-mór Manoel Soares de Albergaria. Esta concessão foi confirmada pelo Rei de Portugal em 22 de Março de 1702. (TAVARES, 1982, p.40). (Grifos nossos).

Os registros sesmariais apontam que as primeiras fazendas da região surgiram no ano 1670, dando origem assim aos primeiros currais de gado. Essas terras eram invadidas por colonizadores

⁹ Esta sesmaria, erroneamente, tem sido citada como a que originou o município de São João do Cariri.

que, para tanto, expulsavam o povo nativo. Porém, houve inúmeros conflitos entre os dominadores e os povos que já habitavam aquele espaço, demonstrando suas resistências contra os invasores. Essa conclusão pode ser tomada a partir de duas leituras do exposto no documento acima: primeiro, o solicitante da sesmaria chama os “índios” de “gentio bravo”, o que é um forte indício da resistência desse povo em deixar suas terras para os portugueses invasores; segundo, o solicitante também menciona nesse documento que “descobriu alguma terra que o gentio deu o nome de Cujajique”, o que é um significativo sinal de que aquele povo vivia há muito tempo naquela terra então batizada pelos mesmos.

Concluimos, portanto, que ao chegarem nesses lugares, os portugueses se deparavam com povos nativos não dispostos a entregarem suas terras, o que fez com que houvesse diversos conflitos entre essas duas nações, nos quais os colonizadores levaram as vantagens por possuírem armamentos superiores àqueles povos originais. Além de alegar serviço à Coroa, outro argumento usado pela família Oliveira Ledo, para solicitar a terra, era que possuíam gados e cavalos e necessitavam de terras para criação dos mesmos. Deste modo, se comprometiam a povoar tais terras, já que serviam a sua majestade, pois, segundo Formiga (2014, p. 117), “[...] o bom comprimento da tarefa de expandirem os domínios territoriais e fé do reino, os Oliveiras Ledo foram agraciados com mercês reais, movimento que lhes possibilitou a ocupação e expansão portuguesa na América.” Alegavam que já tinham raízes naquela região a mais de dois anos.

Assim, a ocupação territorial do Cariri paraibano teve início com a invasão portuguesa que chegou a essas terras em busca de aumentar ainda mais as suas riquezas na segunda metade do século XVII (1670). Ao chegarem a essa região, que na época era denominada de sertão (região não colonizada), os colonizadores faziam solicitações à Coroa portuguesa, ao governador geral do Brasil ou ao governador da Capitania da Paraíba por meio de sesmarias, para poderem criar gados e plantarem lavouras, principal ciclo econômico da época. Esses pedidos se justificavam sob o argumento de que se tratava de terras devolutas¹⁰. Essa solicitação era aprovada através de uma Carta Régia¹¹, na qual aparecia em detalhes toda a aprovação da solicitação da terra, a exemplo do tamanho, da localização, etc.

¹⁰ O conceito de terras devolutas é residual, ou seja, as terras que não estão incorporadas ao domínio privado e nem têm uma destinação a qualquer uso público. Cf. Di Pietro, 2009, p. 714.

¹¹ A Carta Régia foi um tipo de documento histórico que era assinada por monarcas. Este documento oficial era empregado e assinado por autoridades portuguesas, a fim de instituir alguma determinação permanente e obrigatória.

Geralmente essas terras eram concedidas a homens brancos amigos e/ou parentes do rei, como também àqueles que prestavam serviços à Coroa portuguesa no intuito de se beneficiarem de alguma maneira. Em muitos dos casos os favorecidos com terras tinham a patente de militares (alferes, capitão, entre outras), como cita Guedes (2007, p.109):

Do exposto em relação as sesmarias concedida aos “Homens de armas” fica a conclusão de que por um lado a atividade militar não trazia vultosos ganhos na forma de soldos, por outro lado era uma importante meio de conseguir prestígio social necessário para criar uma rede de apadrinhamentos na forma de promoção do ingresso na vida militar por parte principalmente dos militares de alta patente, bem como [...] de obter terras através do sistema sesmarial.

Ao analisarmos o conjunto de sesmarias requeridas e concedidas no território do Cariri paraibano (1670-1815), notamos que uma justificativa recorrente para o pedido dizia respeito ao esforço empreendido pelo solicitante no que diz respeito à guerra empreendida contra o “gentio brabo” que habitava aquele espaço, dizendo ainda que se tratava de um esforço levado a cabo para fazer valer a colonização de terras para o rei. Eram uma das estratégias de se adquirir essas terras, onde o solicitante deixava claro que tinha eliminado os povos que ali viviam e que as terras estavam improdutivas e que, por esse motivo, desejava possuí-la para manter uma produção econômica ativa e prestar, assim, um serviço à Coroa lusa.

Portanto, a aprovação do pedido implicava na obrigação de o solicitante manter sua terra produtiva. Para tanto, a criação de gado e do plantio de lavouras foram a base predominante dessa economia e que deram o suporte para o surgimento de grandes fazendas, enormes propriedades de terras sob o domínio de um único homem. Na “carta de confirmação de sesmaria”, que era entregue ao solicitante, ficava explícito a obrigatoriedade de tornarem essas terras em fontes agrícolas em um período de três anos, caso contrário elas voltariam a pertencer à Coroa portuguesa.

Os colonizadores, geralmente, pediam propriedades localizadas próximas a fontes de água (rios, riachos, lagoas, poços, olhos d’águas, etc.), uma estratégia de facilitar as formas produtivas naquela região semiárida. Constatamos que, com o passar dos anos, essas terras foram passando de geração em geração, de modo que o poder da grande propriedade ficou concentrado nas mãos de poucas famílias que detinham do poder político e econômico da região. Dessa forma, constatamos uma distribuição irregular da terra, já que, com o passar do tempo, elas ficaram em poder de poucas famílias.

Assim, podemos fazer um estudo sobre esses donos de terras como pessoas que invadiram um espaço que não era seu, para, assim, poderem fincar suas raízes de formas brutais com o extermínio e a escravidão dos nativos, implantando, assim, a pecuária como fonte de renda e justificando suas atitudes sempre a serviço da Coroa portuguesa.

As invasões de terras pelos portugueses foram o eixo gerador do latifúndio, grande marca na história dos sertões que em seu processo histórico apresenta um perfil onde a terra se encontra concentrada nas mãos de poucas pessoas. Desse processo, teve início o desenvolvimento do povoamento nessa região, pois, apesar de poucas pessoas terem reais poderes sobre essas terras, era necessário um número significativo de pessoas para fornecerem serviços aos proprietários e, assim, manterem as riquezas daquelas terras.

Ao analisarmos o banco de dados dos imóveis rurais referentes aos 29 municípios do Cariri paraibano, disponível no site do Sistema Nacional de Cadastro Rural¹², constatamos a permanência da predominância da média propriedade (entre 220 e 824,99 ha) e da grande propriedade (a partir de 825 ha)¹³. Ou seja, notamos que a força do latifúndio e de todos os seus efeitos ainda é uma realidade nessa região paraibana.

A título de exemplo, expomos a seguir o caso correspondente ao município de São João do Cariri, a quem pertencia o território do atual município de Sumé até o ano de 1872, quando então esse espaço passou a pertencer ao município de Monteiro mediante a sua emancipação.

QUADRO I - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE IMÓVEIS RURAIS POR ÁREA PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI-PB

TAMANHO DA ÁREA (HA)	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (HA)
Minifúndio (inferior a 55 ha)	360	6.943,986
Pequena propriedade (entre 55 e 220 ha)	124	14.385,732
Média propriedade (entre 220 e 825 ha)	74	3.804,484
Grande propriedade (superior a 825 ha)	26	35.532,880
TOTAL	584	60.667,082

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2019. Quadro elaborado pelo autor do texto.

O segundo exemplo é referente ao município de Monteiro, ao qual o território do atual município de Sumé pertenceu até o ano de 1951, quando então se emancipou.

¹² Cf. <https://snrcr.serpro.gov.br>.

¹³ Os padrões oficiais estabelecidos pelo Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) em seu artigo 50, com redação alterada pela Lei 6.746/1979, que enquadra os tipos de propriedades existentes no Brasil como: minifúndio (Até 54,99 ha), pequena propriedade (entre 55 e 219,99 ha), média propriedade (entre 220 e 824,99 ha) e grande propriedade (A partir de 825 ha).

QUADRO II - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE IMÓVEIS RURAIS POR ÁREA NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB

TAMANHO DA ÁREA (HA)	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (HA)
Minifúndio (Até 54,99 ha)	2.379	33.054,15
Pequena propriedade (entre 55 e 219,99 ha)	284	31.495,61
Média propriedade (entre 220 e 824,99 ha)	102	44.432,73
Grande propriedade (A partir de 825 ha)	06	9.478,46
TOTAL	2.771	118.460,95

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2019. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Em ambos os casos vemos a predominância da média e da grande propriedade, ou seja, a concentração da terra nas mãos de poucas pessoas. Por outro lado, identificamos um grande número de camponeses com pouca terra (minifúndio e pequena propriedade).

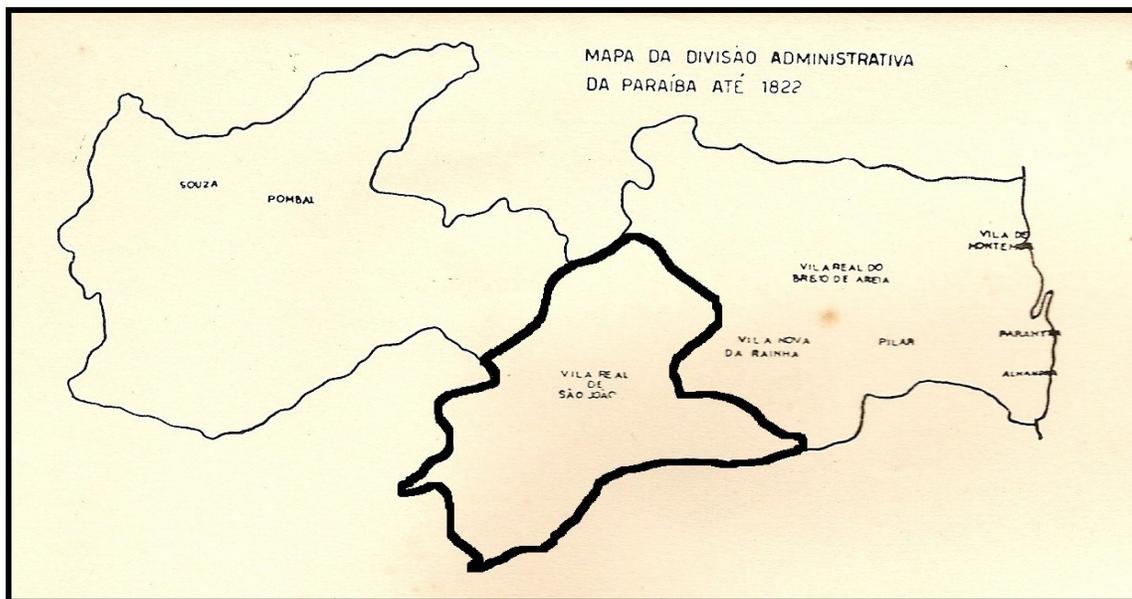
2.2 A formação territorial do Município de Sumé: lutas de classes e formação do latifúndio

Sumé (como é conhecido atualmente) recebia o nome de São Tomé e, antes da sua emancipação política, em 1º de abril de 1951¹⁴, pertencia ao município de Alagoa do Monteiro, este que, antes de sua emancipação política em 1872, pertenceu ao município de São João do Cariri. Terras essas que têm o seu processo de habitação marcado por violências e grandes disputas que se reflete ainda hoje por meio do grande número de latifúndios nessa região. De acordo com o *site* da Prefeitura Municipal de Sumé, que traz a versão “oficial” da história local, o município recebe o nome de Sumé graças as suas origens “indígenas”, que significa “personagem misterioso que pratica o bem e ensina a cultivar a terra”. Com a colonização portuguesa, esse personagem passou a ganhar a conotação católica de São Tomé com fins de evangelização.

A seguir apresentamos a divisão administrativa da Paraíba até o ano de 1822, com destaque para a circunscrição da Vila Real de São João do Cariri que abarcava uma área para além do atual Cariri paraibano.

¹⁴ Pelo Decreto-Lei Estadual Nº 520, de 31/12/1943, o distrito de São Tomé passou a denominar-se Sumé. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito de Sumé figura no município de Monteiro, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1/7/1950.

IMAGEM IV – DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PARAÍBA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX.



Fonte: Atlas Geográfico da Paraíba, (1965).

O distrito de Alagoa de Monteiro foi criado pela Lei Provincial de Nº 194, de 04/09/1865, subordinado a São João do Cariri. Apenas com a elevação de Alagoa do Monteiro a categoria de município, com a Lei Provincial de Nº 457, de 28/06/1872, a mesma deixou de ser subordinada a São João do Cariri, chegando a possuir um total de seis distritos que faziam parte de seus limites: Sumé, Prata, Ouro Velho, São Sebastião do Umbuzeiro, Camalaú e São João do Tigre. Com essa emancipação, o novo município de Monteiro levou consigo o território que atualmente pertence ao de Sumé. Dessa forma, Sumé passara a não mais fazer parte do território de São João do Cariri e sim do de Alagoa do Monteiro. Abaixo apresentamos uma imagem que destaca a divisão administrativa da Paraíba no ano de 1889, com destaque para o Cariri paraibano e onde se pode ter uma ideia da dimensão territorial do então município de Monteiro.

IMAGEM V – DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PARAÍBA NO FINAL DO SÉCULO XIX



Fonte: Atlas Geográfico da Paraíba (1965).

Como podemos observar, o processo de formação territorial do atual município de Sumé se deu a partir de São João do Cariri, que deu origem a várias vilas a partir do século XVIII, com destaque para Vila de São Tomé (que é a base de nossos estudos), cuja história oficial registra uma grande série de latifúndios. Segundo o *site* do IBGE, um exemplo desse latifúndio data do ano de 1762, período esse em que esse território era uma grande fazenda, cujo proprietário era Manuel Tavares Baía. Em 1903, essa fazenda já havia se tornado um povoado (São Tomé) e se encontrava pertencendo a Manuel Augusto de Araújo, no confluente do Rio Sucuru com o Riacho São Tomé ficando conhecido pelo nome do riacho (IBGE)¹⁵.

Contudo, os registros oficiais de sesmarias dispostos em Joffily (1893) e Tavares (1982)¹⁶ apontam um total de 10 solicitações de terras no território correspondente ao atual município de Sumé. Vejamos esses pedidos dispostos no quadro abaixo:

¹⁵ Cf. <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=31631&view=detalhes>

¹⁶ Joffily (1893), em “Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parahyba”, descreve 345 cartas de sesmarias que devido às repetições totalizam 316; e Tavares (1909), em “Apontamentos para a História Territorial da Parahyba”, descreve 1.138 cartas, incluindo as de Joffily.

QUADRO III – SESMARIAS REFERENTES AO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB

Nº	DATA	REQUERENTE	ÁREA (ha)	SÍTIO
137	15/04/1717	João da Rocha Mota	10.800,0	Catoé/Conceição
140	19/05/1717	João da Rocha Mota	21.000,0	Sucuru/Catoé/Buraco/Campo da Ema
189	18/12/1722	Pedro da Costa de Azevedo	10.800,0	Conceição/Sucuru/Olho D'água/São Paulo
240	07/11/1734	Antônio da Cunha Ferreira	10.800,0	Olho D'água Oity
282	15/05/1741	Antônio da Cunha Ferreira	10.800,0	Gerimun
307	16/11/1742	Antônio da Cunha Ferreira	10.800,0	Cachoeira
586	25/08/1762	Antônio Duarte Vieira	10.800,0	-
656	07/11/1768	Antônio da Silva Motta	10.800,0	-
834	28/10/1785	José Francisco Torres	10.800,0	Riacho dos Porcos
943	14/08/1790	Antônio Fernandes da Silva	10.800,0	Mocós, Impoeiras, Carrapateira, Olho D'água do Cunha e Sucuru

Fonte: (TAVARES, 1982).

No ano de 1762, os perímetros que correspondem a atual sede do município de Sumé pertenciam a Manuel Tavares Baía, grande proprietário de terras e criador de gado. Mas, bem antes disso, podemos localizar as sesmarias já doadas nessa região aos “homens bons” que haviam prestado serviços à Coroa portuguesa. Dessa forma podemos observar as seguintes cartas de sesmarias da referida época:

Nº 137 em 15 de Abril de 1717

Coronel João da Rocha Motta na Villa de S. Antonio do Recife, tendo no sertão dos Cariry's terreno desta capitania, uns sítios povoados com gados vacum e cavvallar e nas testadas das suas terras do sitio Cotaé, detraz da serra está um poço d'agua que chamão Pedra Comprida, com alguma terra circunvizinhas, capaz de crear gado, devolutas, que confiam por uma parte com a dos campos do dito sitio Cotaé de traz da serra dele suplicante e por outra com terras dos olhos d'agua do tenente Raphael Ferreira de Mello; e pela outra com terras de do sitio Conceição, do Capitão Cosme Ferreira de Mello; com matas e catingas; e porque quer povoar o dito poço e terras devolutas, onde está sito e pelo jus da vizinhança e contigue tem preferencia para requerer de ditas terras e posse por sesmarias para o augmento do dito sitio Catoé, pedia trez léguas de comprido e um de largo, em que se compreende o dito poço, começando o comprimento do fim dos campos e terras, detraz da serra do Sitio Catoé, delle suplicante, direito ao poço da Pedra Comprida, continuadas até findar as matas e catingas e a largura da dita légua, começando meia légua do dito poço para as terras do olho D'agua do dito tenente Raphael Ferreira de Mello e a outra meia légua do mesmo poço para as partes das terras do Sítios Conceição do capitão Cosme Ferreira de Mello, que tudo faz as ditas léguas de comprido e uma de largo continuadas. Foi feita a concessão no governo de João da Maia da Gama, sendo a mesma confirmada em 17 de julho de 1718, pelo rei de Portugal.

As terras solicitadas datam do dia 15 de abril de 1717, em nome do Coronel João da Rocha Motta, vindo do Recife, que ao fazer o pedido o suplicante afirma que são terras devolutas e, para justificar seu pedido, faz menção à sua criação de gado e cavalo. As terras por ele suplicadas

possuem um poço de água por traz da serra e possuem matas e caatinga, ambiente propício para a criação do gado. Essas terras faziam divisas com a propriedade do tenente Raphael Ferreira de Mello, por um lado, e com as terras do capitão Cosme Ferreira de Mello, por outro. Vejamos a segunda sesmaria identificada por nós:

N^o 140 em 19 de Maio de 1717

Coronel João da Rocha Motta e o Capitão Paulo Monteiro de Barros, moradores da vila S. Antonio do Recife, dizem que tendo no sertão dos Cariry's uns sítios de terras chamados, Sucurú, Cotaé, Burraco e Campo da Ema, que houve por compra do Capitão João Ferreira de Mello já defuncto e de seu filho o tenente Miguel ferreira de Mello, povoados com gados vacum e cavalar a 17 para 18 anos e nas ilhargas da data do dito capitão João Ferreira de Mello e seos companheiros, da parte do norte está um riacho detraz da serra da Ema chamado riacho dos Campos da Lagôa de cima e poço Salgado com alguma terra circunvizinhas capaz de crear gado, devoluta; e porque querem povoar dita terra e pelo jus da visinhaça e antiguidade têm preferencia para requerer a mercê delas, pediam seis léguas de comprimento e uma de largo para ambos em que se comprehenderão o dito riacho de terras da serra da Ema, por nome Riacho dos Campos da Lagôa de Cima e Poço Salgado, começando o comprimento do dito capitão João Ferreira de Mello e seos companheiros para o poente uma légua de largo continuada pela parte do norte. Foi feita a concessão no governo de João de Maia da Gama, e confirmada pelo rei de Portugal em 22 de Julho de 1718.

A solicitação ocorreu no dia 19 de Maio de 1717, em nome do Coronel João da Rocha Motta e do Capitão Paulo Monteiro de Barros, ambos moradores em Recife, os mesmo já eram detentores de terras na região dos Cariry's, terras essas compradas ao Capitão João Ferreira de Mello (já falecido na época) e ao seu filho o tenente Miguel Ferreira de Mello.¹⁷ Os solicitantes afirmam que já possuíam gado e cavalos naquela região há cerca de 17 a 18 anos, utilizando como justificativa para a sua solicitação que as terras eram detentoras de poços e olhos d'água e como objetivo o seu povoamento em razão do tempo que ali se faziam presentes e devido a esse fator eles teriam preferência para a posse daquelas terras. A mesma foi aprovada no dia 22 de julho de 1718. Vejamos a sesmaria seguinte:

N^o 189 em 18 de Dezembro de 1722

Pedro da Costa de Azevedo, não tendo terras capazes de situar os gados que possui; e porque tem noticia que no Cariry há um riacho no qual entra o rio Sucurú entre e o sul no dito rio, ficando para parte de cima a fazenda da Conceição do capitão Cosme Ferreira de Mello e para parte de baixo a fazenda do Sucuru e vem a entrar o dito riachão no rio Sucurú por entre ela duas fazendas, ficando da parte sul a fazenda Olho D'água e para parte de cima do mesmo sul, as terras que foram do governador João Fernandes Viera, pelo

¹⁷ Importante registrar, como dito anteriormente, que a aquisição de terras durante todo o período colonial se deu prioritariamente através do sistema sesmarial, porém identificamos que a relação de compra e venda de terras entre os colonizadores também se fez presente.

Parahybinha, e da fazenda do Sargento Mor Alves, chamada S. Paulo, e corre o dito riachão por meio desses dois logares; pelo que pede por terras devolutas três legoas de comprimento e uma de largura para cada banda. Fez-se a concessão na forma requerida de três legoas de comprimento e uma de largura, no governo de João de Abreu Castello Branco.

A solicitação data do dia 18 de dezembro 1722, tendo por solicitante Pedro da Costa de Azevedo, que, apesar de ser detentor de cabeças de gado, não possuía o espaço adequado para manter a sua criação e ao ficar sabendo de terras devolutas as margens de um riacho na região do Cariry manifestou seu interesse para tornar aquelas terras produtivas através da criação de gado. Passemos a sesmaria seguinte:

Nº 240 em 7 de Novembro de 1734

O sargento-mor Antonio da Cunha Ferreira, morador no Recife de Pernambuco, tendo bastante número de gado no sertão do Cariry, em cujo logar tem descoberto um olho D'agua chamado Oity, o qual desagôa no riacho da Cova do Tapuya e este no riacho Sucurú; e porque no dito riacho estão terras devolutas que confrotão pela parte da norte e do poente dele supplicante e pela parte do nascente com terras que foram do capitão João Ferreira de Mello que hoje as possuem os herdeiros do coronel João da Rocha Motta e pela parte sul com terras que foram do governador João Fernandes Vieira, e como pelas ordens de S. é permitido conceder-se por data de sesmaria três legoas de terra de comprimento e uma de largo á pessoa, que descobre as ditas terras para effeito de as povoarem por isso pedia a mercê de tres léguas de comprimento e uma de largo principiando da Cova do Poço do Tapuya para cima, entrando pelo dito riachinho e olho D'agua do Oity buscando o poente, e uma de largo. Fez-se a concessão na forma requerida, no governo de Pedro Monteiro de Macedo.

Em 7 de novembro de 1734, o sargento-mor Antônio da Cunha Ferreira, morador do Recife, grande proprietário de gado no sertão do Cariry, afirma ter descoberto um olho d'agua onde se encontra terras devolutas que fazem divisa pelo norte com suas regiões, fazendo desse fator a principal justificativa pelo interesse naquelas terras. Já a sesmaria seguinte diz o seguinte:

Nº 282 em 15 de Maio de 1741

O sargento-mor Antonio Cunha Ferreira, à custa de sua fazenda descobrira no sertão do Cariry um poço d'agua chamado Gerimun no riacho das Lages, devoluto, ao qual pretendia, para fazer crear seos gados, três legoas de terras, duas do dito poço para cima e uma de largo, meia para cada banda do dito riacho das Lages, que desagua no rio cachoeira em terras dele supplicante para a parte do nascente e confronta pela parte do norte e poente com terras que foram do capitão João Ferreira de Mello e hoje possuídas pelos herdeiros do coronel João da Rocha Motta e pela parte do Sul com terras dele supplicante. Fez-se a concessão no governo de Pedro Monteiro de Macedo.

Em 15 de maio de 1471, o sargento-mor Antônio Cunha Ferreira, solicita no sertão do Cariry um poço de água denominado por Gerimun, que fica no riacho das Lages, segundo o mesmo são terras devolutas e seu objetivo era de criar gado nas terras solicitadas. O mesmo, ao requerer a terra, informa que tanto o Riacho das Lages como o poço já mencionado deságuam no rio Cachoeira, rio este que estava situado em terras já pertencente ao solicitante. Passemos a sesmaria seguinte:

Nº 307 em 16 de Novembro de 1742

Sargento-mor Antonio da Cunha Ferreira, morador em Pernambuco, diz que é senhor e possuidor de um sitio de crear gados no sertão do Cariri, chamado Cachoeira e como entende haver no dito logar contiguo ao dito sitio algumas terras de sobras devolutas e desapropriadas, das quaes denuncia o suplicante por falta de cultura para effeito de lhe serem dadas, as quaes começam nas suas testadas, légua e meia de comprido e meia de largo, buscando o norte incluindo na dita data o olho d'agua de Gamelleira para crear nelle os seos gados vacuns e cavalaes que tem ou aonde mais conta lhe tiver; portanto , pedia fosse servido conceder por data e sesmaria as tres léguas de terras de comprido e uma de largo, na parte que tem confrontado para crear seus gados. Foi feita a concessão, no governo de Pedro Monteiro de Macedo.

A solicitação data do dia 16 de novembro de 1742, em nome do sargento-mor Antônio da Cunha Ferreira, vindo do Pernambuco, que afirma possuir um sitio na região do Sertão do Cariry chamado de Cachoeira, dizendo que, ao perceber na região algumas terras devolutas e desapropriadas, resolveu requerer as mesmas para a criação de gado e cavalo. O seu pedido foi aceito no governo de Pedro Monteiro Macedo¹⁸. Tratemos da sesmaria seguinte:

Nº 586 em 25 de Agosto de 1762

Antonio Duarte Vieira diz que na ribeira do rio Parahyba, sertão do Cariry de Fora, entre as fazendas Conceição e Sucurú se acham sobras, de comprehensão de tres léguas de uma ou outra fazenda, com agua e com capacidade para crear gados, a qual pretende por sesmaria de tres léguas principiando do Boqueirão da serra e paragem donde sahe o ruiacho Sucurú, e por outro nome riacho Detraz da Serra; e por este abaixo até o rio da Conceição, buscando o sul a contestar com terras de fazenda do Olho d'agua, com largura que se achar. Foi feita a concessão no governo de Francisco Xavier de Miranda Henrique.

No dia 25 de agosto de 1762, Antônio Duarte Vieira, afirma que nas ribeiras do rio Parahyba, no Sertão do Cariry de Fora, entre duas fazendas (Conceição e Sucurú) se encontram sobras de terras, as mesmas possuem uma fonte de água e possui capacidade para a criação de gado. Sua

¹⁸ Pedro Monteiro Macedo foi Capitão-Mor da Capitania da Paraíba de 1734 a 1744.

solicitação foi concedida no governo de Francisco Xavier Miranda Henrique¹⁹. Passemos a antepenúltima sesmaria:

Nº 656 em 7 de Novembro de 1768

Capitão Antonio da Silva Motta, Morador no Cariry de Fora, diz que descobriu terra devoluta no dito sertão, que pretende por sesmaria fazendo peão no riacho chamado Maguqui ou no Boqueirão da Serra, com légua e meia para baixo e légua e meia para cima, contestando pelo poente com terras da Torre e pelo nascente com terras do sitio do sargento-mor Antonio da Cunha e com as da viúva D. Margarida Branca Ferreira, tendo esse riacho a sua nascença na parte do sul e faz barra com terras do supplicante abaixo de S. João. Pedia em conclusão tres léguas de comprimento e uma de largo, podendo fazer peão onde mais conveniente for. Foi feita a concessão no governo de Jeronymo José de Mello Castro.

Em 7 de novembro de 1768, o Capitão Antônio da Silva Motta, residente da região do Cariry de Fora, afirma ter descoberto terras devolutas na dita região e fazendo uso do instrumento da sesmaria suplicou à Coroa pedaços de terras vizinhas as fazendas já ali presentes, vindo a ter seu pedido aceito no governo de Jeronymo José de Mello Castro²⁰. A penúltima sesmaria diz que

Nº 834 em 28 de outubro de 1785

José Francisco Torres diz que tem gados a carece terras para os crear, e por que descobriu na ribeira do Riacho dos Porcos terras devolutas, quer uma data de terra de tres léguas de comprido e uma de largo, pegando na cachoeirinha da Palha com légua e meia pelo riacho abaixo e meia para cada parte, e da dita Cachoeira da Palha pelo riacho acima ou outra légua e meia, porem como julga não ter terras bastante pelo riacho acima aonde se possa inteirar da outra légoa e meia quer encostar-se á serra das Emas e beirando-se pela parte do Sul buscando as cabeceiras do riacho do Jatobá, ficando-lhe o riacho do Mulungú pela parte do nascente e o do Jatobá pelo poente como melhor conta lhe fizer. Foi feita a concessão no governo de Jeronymo José de Mello Castro.

No dia 28 de outubro de 1785, José Francisco Torres, afirma que descobriu terras devolutas na ribeira do Riacho dos Porcos e que precisava delas para criar seus gados. A última sesmaria traz o seguinte teor:

Nº 943 em 14 de Agosto de 1790

Antonio Fernandes da Silva, Morador no Cariry de fora diz que descobriu terras devolutas, sobras das fazendas dos Mocós, Ipoeiras, Carrapateira, Olho d'agua do Juá pelo riacho da Porteira a cima, até completar tres léguas de comprido e uma de largo ou vice-versa, pede por sesmaria conforme as ordens de S.M. Foi feita a concessão, no governo de Jeronymo José de Mello Castro.

¹⁹ Francisco Xavier de Miranda Henriques foi capitão-mor e governador da Paraíba no século XVIII.

²⁰ Jerónimo José de Mello e Castro foi capitão-mor e governante da capitania da Paraíba entre 1764 e 1797.

Em 14 de agosto de 1790, Antônio Fernandes da Silva, morador do Cariry de Fora, declara ter encontrado sobra de terras devolutas de algumas fazendas da região (Mocós, Ipoeiras, Carrapateira e Olho d'água do Juá), fazendo solicitação das mesmas para si, cujo pedido foi atendido no governo de Jeronymo de Mello Castro.

Ao observarmos essas escritas podemos notar nitidamente como se deu a distribuição destas terras ao longo do século XVIII, divididas para homens de poder e de patentes que apoiavam a Coroa. Também notamos as parcelas de terra que eram doadas, geralmente três léguas de comprimento por uma de largura, sistematização essa que se deu com interesses de manter todas as terras em produtividade por meio de criações de bovinos e plantios.

Como podemos observar, a primeira sesmaria que se teve registro onde hoje se localiza o município de Sumé foi no ano de 1717, e a última do ano de 1790, ou seja, um período de dominação e de exploração de terras, tendo o sistema sesmarial como forma de controle territorial desta região.

Ao analisarmos as fontes que tratam da questão territorial dos séculos seguintes, identificamos que o acesso e controle da terra continuaram centrados nas mãos de poucos. Nesse sentido, mesmo com o fim das sesmarias em 1822, podemos observar um grande número de fazendas que se fizeram notadas nos séculos XIX e XX, a exemplo da Fazenda Feijão, Fazenda Riachão, Fazenda Bom Sucesso, Fazenda Jatobá, Fazenda Carnaúba, Fazenda Santa Catarina, entre inúmeras outras existentes na região do Cariri paraibano.

Batista (2010, p. 111) observa essas grandes extensões de terras ao citar Joffily (1977, p. 398-399), que traz a seguinte descrição das terras localizadas entre as comunidades de São Tomé (atual município de Sumé) e Alagoa do Monteiro (atual município de Monteiro):

Deixando São Tomé e seguindo a estrada de Vila do Monteiro, a uma légua está a fazenda Riachão [...] Riachão é intocavelmente a melhor fazenda que se encontra na estrada de Monteiro. Uma grande e confortável casa de vivenda, edificada em um pequeno oiteiro, sobranceira a uma extensa várzea, cortada pelo riachão que dá nome a fazenda.

Temos, assim, a noção dessa grande propriedade ali existente, que dispunha de boa infraestrutura, desde a casa grande, onde residia o fazendeiro e sua família, destacando-se a qualidade da terra e da água, sendo esta referenciada a partir do grande riacho de água que deu

nome à fazenda, que, ao observamos o processo de ocupação através das sesmarias, percebemos ser uma característica chave em todas as solicitações de terras.

Batista (2010, p. 111) diz que, nos registros de suas observações, Joffily (1977) não esconde sua admiração por toda fartura que se pode encontrar naquelas terras, apesar de se localizarem em uma região com precipitações de chuvas irregulares, chamando atenção para boa qualidade das terras e das plantações ali existentes, uma grande fonte agrícola de produção presente nesta fazenda.

Além da fazenda Riachão, Batista (2010, p. 113) destaca também a fazenda Feijão que pertenceu ao Coronel Sizenando Rafael de Deus²¹ até o ano de 1940, localizando-se próxima ao distrito de São Tomé do município Alagoa de Monteiro. Esse autor descreve essa fazenda da seguinte maneira:

A fazenda feijão, de propriedade do Coronel Sizenando Rafael de Deus, contava com uma média de trinta vaqueiros trabalhando cotidianamente entre outras pessoas em atividades diversas, mas, que faziam diariamente parte do complexo funcionamento dessas propriedades rurais. Entre essas pessoas podemos destacar uma professora, um açougueiro, dois motoristas, um eletricista e dois soldados de polícia. Dado a quantidade de pessoas empregadas em atividades diversas e de outras que procuravam a fazenda para negociar produtos de utilidades variadas, foi organizada pelo Coronel Sizenando, uma feira semanal que acontecia todos os domingos. (2010, p. 113)

Como podemos observar, a propriedade contava com um numerário significativo de profissionais, destacando-se, além dos vaqueiros, ocupações específicas que nos dão indícios das necessidades demandadas e supridas ali mesmo naquela propriedade, a exemplo da professora e dos soldados de polícia, serviços esses prestados em favor do fazendeiro e contra os seus moradores no sentido de fortalecer as relações de trabalhos semifeudais²² ali existentes.

Ainda sobre a economia dessa fazenda, a citação nos diz sobre uma feira semanal que acontecia dentro das terras do coronel, principal forma de comércio na época. Ainda segundo Batista (2010, p. 113), o Coronel possuía cerca de seis mil cabeças de gado em suas terras, e, nos currais que ficavam arredor de sua casa, o leite das vacas era tirado e encaminhado por um sistema

²¹ Sizenando Rafael de Deus, grande fazendeiro no Cariri paraibano, aparece nos Livros de Tombo da Igreja de Alagoa do Monteiro na qualidade de bem feitor, herói do Município. Todavia, nos relatos orais de memória é visto como um tomador de terras, isto é, teria aumentado sua propriedade tomando as terras dos pobres. Cf. Batista, 2010, p. 154-155.

²² A semifeudalidade é identificada no desenvolvimento econômico, político e social do Brasil, sendo refletida nas relações de trabalho, político-ideológicas e socioculturais. São expressas na semi-servidão dentro das fazendas, com altas jornadas e precarização da condição humana, em que, o pagamento não supre as necessidades humanas básicas.

de encanamento até uma cozinha da fazenda, o qual era utilizado para fabricação de queijo e de coalhada, sistema esse que era destaque na região pelo fato de ser único em todo Cariri paraibano.

Um poeta de nome Pinto do Monteiro²³, que também foi vaqueiro nessa fazenda, em um de seus versos, relatou um pouco dessas riquezas da fazenda ao dizer em poesia como era o seu trabalho prestado ao fazendeiro:

Em uma propriedade
Rica de prata e de ouro
Com quinze anos de idade
Eu vesti roupa de couro
Da fazenda do Feijão
Fui mais de uma ocasião
Comprar boi no Piauí
Juntar em diversos cantos
Trazer mil e mil e tantos
Pra meu velho Cariri (MEDEIROS, 2007, p. 69).

Ao observarmos que o ano de nascimento de Pinto de Monteiro foi 1895, percebemos que o contexto ao qual ele se refere é o do ano de 1910, uma vez que no período citado o poeta tinha quinze anos de idade. Além da alta quantidade de bovinos existentes na propriedade naquele tempo, o verso revela a realidade vivida pelo próprio poeta e por vários outros trabalhadores da região. Qual seja, a pouca idade (15 anos) que ele relatou ter no tempo em que começou a exercer o ofício de vaqueiro naquelas terras, situação essa que se verificava em razão das sérias dificuldades que as famílias de camponeses pobres tinham de se manterem na pequena propriedade, restando aos seus filhos se submeterem precocemente ao trabalho árduo e semifeudal de vaqueiro nas grandes fazendas²⁴. O vaqueiro era uma figura central nas fazendas, podendo ser considerado o “braço direito do patrão”, porém exercendo também várias funções dentro do latifúndio que não apenas as relativas à pecuária.

Entendemos que os vaqueiros eram servos, uma vez que as relações de produção²⁵ entre eles e os fazendeiros nas fazendas eram baseadas no “pagamento” em produto e não em dinheiro.

²³ Severino Lourenço da Silva Pinto, conhecido como Pinto do Monteiro (21/11/1895 – 28/10/1990) foi um poeta popular, compositor, cantador e improvisador nascido no município de Monteiro - PB.

²⁴ O “pagamento” feito aos vaqueiros era chamado de “a sorte”. De cada quatro bezerros nascidos na fazenda (geralmente, os machos), um pertencia ao vaqueiro, a ser entregue no final do ano. Caso precisasse de dinheiro antes da entrega da cria, ele até podia solicitar ao patrão, mas teria que pagar a dívida com um ou mais animais. Na prática, o vaqueiro poderia até ficar sem bezerro e sem dinheiro.

²⁵ Relações de Produção é um conceito elaborado por Karl Marx, segundo o qual elas são as formas como os seres humanos desenvolvem suas relações de trabalho e distribuição no processo de produção e reprodução da vida material.

Segundo Gonçalves (1997, p. 23), o vaqueiro era um “tipo de servo recrutado entre os índios domesticados no litoral e também mestiços e portugueses pobres”.

Ao fazermos uma análise da questão agrária desse período, identificamos inúmeras fazendas no município de Alagoa do Monteiro, propriedades com imensas quantidades de terras e vasta área produtiva/improdutiva. Ou seja, tratava-se de um sistema agrário onde a desigualdade estava nitidamente presente naquele município. Existia uma pequena elite agrária proprietária de grandes parcelas de terras e, no polo oposto, um grande número de camponeses com pouca terra ou sem-terra que passou a se submeter a viver na condição de moradores dos primeiros citados. Esses moradores podem também ser conhecidos como agregados, rendeiros, posseiros, quase servos da gleba²⁶.

No Nordeste brasileiro, o latifúndio não se modernizou em sua versão capitalista e nele sobreviveram relações semifeudais. De acordo com Andrade (2011, p. 159), no sertão e no agreste, no século XX, ainda predominava os “dias de sujeição” para com os moradores de fazendas, onde os mesmos eram obrigados a darem “três ou quatro dias de serviços semanais, reservando os demais à cultura de algodão e cereais que fazem em área de um a dois hectares, cedida pelo fazendeiro”.

Oliveira (2001), ao analisar o modo de produção capitalista e a agricultura no Brasil, levantou a tese de que nessa produção persistem as relações não capitalistas de produção. Sobre isso, diz ele:

Se, de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não-capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais. Essa contradição tem nos colocado frente a situações em que há a fusão entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista; e também frente à subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. E, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzido o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física (OLIVEIRA, 2001, p. 11).

Segundo a teoria marxista, nas sociedades de classes, as relações de propriedade são expressões jurídicas das relações de produção. Assim, nas sociedades de classes, as relações de produção são relações entre classes sociais, proprietários e não proprietários. Cf. Marx, 1982.

²⁶ Os servos da gleba eram camponeses vinculados à terra e constituíam a mais baixa classe social da sociedade feudal (entre os séculos V e XV). Além do trabalho relacionado com a terra (agricultura, silvicultura), os servos também realizavam atividades de transporte (por terra e por rios), artesanato e mesmo manufatura. Sofriam intensa exploração dos proprietários da terra (senhores feudais) e da Igreja Católica através de impostos.

Notamos que o sistema latifundiário necessitava de uma pequena produção camponesa precarizada, onde as famílias para sobreviverem tinham três saídas: vender as terras ao latifúndio; arrendar terras ao latifúndio; ou ser morador nos latifúndios. Ser morador significava viver uma relação de trabalho em que o mesmo passava a residir em uma pequena área do latifúndio submetendo-se as vontades de seus proprietários, que lhes sediam esses espaços em trocas de favores e lealdade. O que significava se submeter a viver uma forma de trabalho árduo e semifeudal. Nesse contexto, o pequeno agricultor via nessas grandes propriedades uma forma de garantir sua subsistência, onde, geralmente, faziam todas as funções da fazenda, a exemplo de cuidar do gado, ajeitar cercas, plantar, entre outras tantas tarefas.

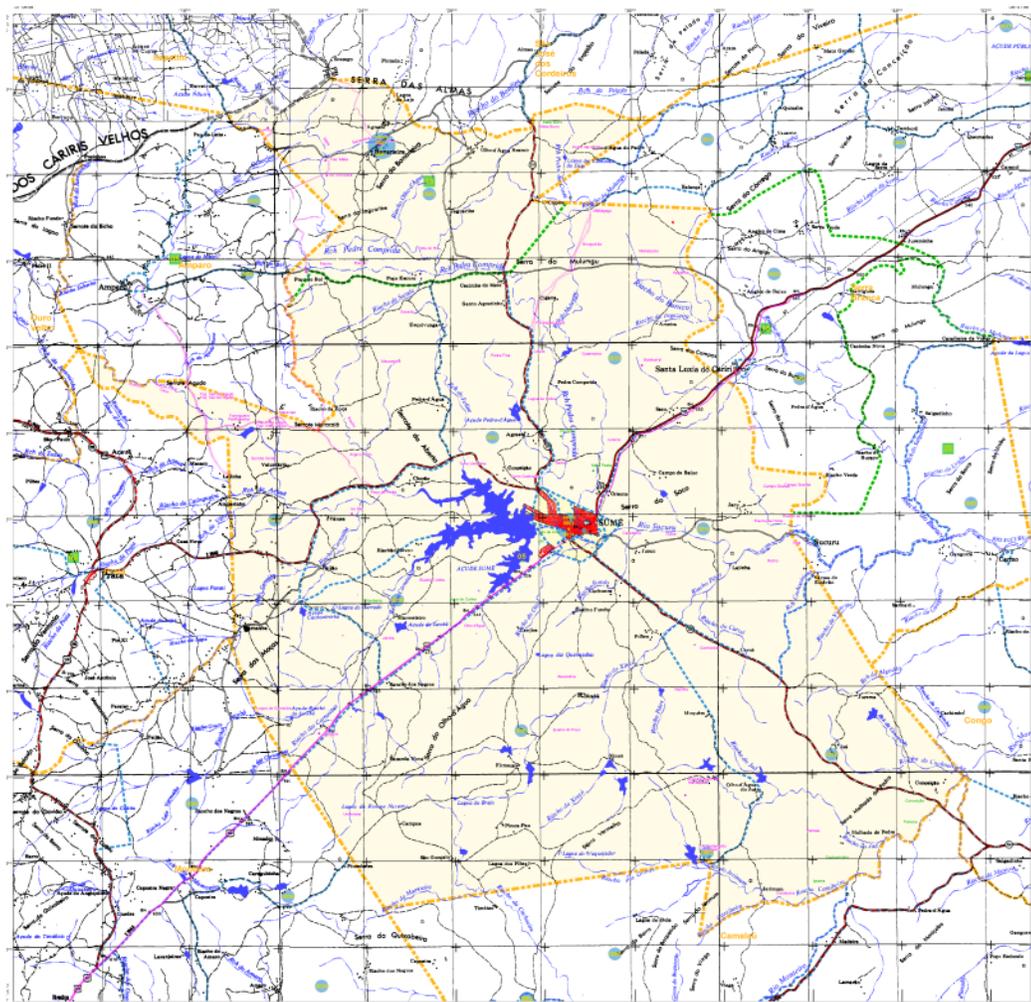
Diante dos fatos já citados, podemos observar o papel que o latifúndio teve no processo de povoamento do Cariri paraibano, pois essas fazendas contabilizavam grande parte do pessoal que estava em busca de empregos e acabava por ser morador das próprias fazendas em que trabalhavam.²⁷

Segundo Batista (2010, p. 77), em dados fornecidos pelo IBGE (1900), entre os anos de 1890 a 1900, a população do município de Alagoa do Monteiro passou de 863 para 12.634 pessoas e, em 1920, o primeiro Censo Agropecuário registrou uma população de 25.140 pessoas (IBGE, 1920). Batista (2010, p. 77) ainda destaca que nesse período foram registrados 702 proprietários de terras rurais naquele município, fato que nos chama atenção pelo motivo da população camponesa não ter sido levada em conta. O que revela que esses sujeitos, para conseguirem lugares na sociedade, tiveram que fazer uso da resistência, fortalecendo, assim, suas raízes a partir dessas formas de resistir a toda a situação de exploração e foram, portanto, surgindo enquanto campesinato conforme conhecemos hoje.

Sobre a atual configuração do território do município de Sumé, vejamos o mapa que segue:

²⁷ Importante destacar que nem todas as fazendas possuíam a infraestrutura encontrada na Feijão, que era uma propriedade que ganhava destaque pelos investimentos feitos pelo seu proprietário.

MAPA I – MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB



Fonte: (IBGE, 2010).

Atualmente, quando observamos os dados dos imóveis rurais referentes ao município de Sumé, disponível no site do Sistema Nacional de Cadastro Rural, também constatamos a permanência da predominância da média propriedade (entre 220 e 824,99 ha) e da grande propriedade (a partir de 825 ha). Vejamos o disposto no quadro abaixo:

QUADRO IV – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE IMÓVEIS RURAIS POR ÁREA PARA O MUNICÍPIO DE SUMÉ

TAMANHO DA ÁREA (HA)	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (HA)
Minifúndio (inferior a 55 ha)	607	10.142,055
Pequena propriedade (entre 55 e 220 ha)	154	17.892,361
Média propriedade (entre 220 e 825 ha)	86	36.062,067
Grande propriedade (superior a 825 ha)	13	19.683,120
TOTAL	860	83.779,603

FONTE: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2019. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Ao analisar os dados presentes no quadro, podemos observar que, de acordo com o Sistema Nacional de Cadastro Rural, no ano de 2019, em um número total de 860 imóveis rurais, a minoria (13) é caracterizada enquanto grande propriedade, tendo uma área total de 19.683,120 hectares, enquanto isso, a maioria das propriedades (607) se enquadra enquanto minifúndios, em uma área de 10.142,055 hectares. Também identificamos que a média propriedade é a que mais ocupa áreas territoriais, com um número de 86 imóveis distribuídos em uma área total de 36.062,067, enquanto que as pequenas propriedades, com um número de 154 imóveis, possuem uma área de 17.892,361 para 154 imóveis.

Ao observarmos os dados gerais, um fato que nos chama bastante atenção é o das maiores parcelas de terras estarem dentro da média e grande propriedade, que juntas são detentoras de 67% de todo território analisado, tendo seu número de imóveis rurais (99) bem resumido diante das demais. Enquanto isso, os minifúndios e a pequena propriedade conta com 33% das áreas totais e as duas juntas reúnem cerca de 761 imóveis rurais, uma diferença absurda quando se pensa em igualdade de distribuição.

No que diz respeito à grande propriedade, apresentamos o quadro em seguida que informa sobre o nome dela, de seu proprietário e o seu tamanho.

QUADRO V – A GRANDE PROPRIEDADE NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB

Nº	DENOMINAÇÃO	TITULAR	ÁREA TOTAL
01	Fazenda Jaguaribe	Epitácio Roberto Dantas	850
02	Fazenda Balanço	Sebastião Simões Irmãos	868
03	Fazenda Jaguaribe	Evaldo Adelmo do Nascimento	879,3
04	Fazenda Quaresma	Eliezer Braz Pereira	903,88
05	Fazenda Passagem Rasa	Ezequiel Braz Macedo	950
06	Fazenda da Bananeira	Jeffeson Figueiredo Menezes	959
07	Fazenda Jurema I	Otaviano de Queiroz Japiassú	1.262,00
08	Fazenda Quaresma	Maria Pereira de Macedo	1.299,00
09	Fazenda Saco Bamburral e Taboa	Pedro Odom de Sousa	1.344,30
10	Fazenda Olho D'água do Cunha	José Torres Mayer	1.751,96
11	Fazenda São Gonçalo	Maria Cleonice Gonçalves Ferreira	1.873,00
12	Projeto de Assentamento Serrote Agudo	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	2.358,63
13	Projeto de Assentamento Mandacaru	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	4.384,05
TOTAL			19.683,12

FONTE: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2019. Quadro elaborado pelo autor do texto.

No quadro exposto, podemos observar como está feita a distribuição das grandes parcelas de terras no município de Sumé, os nomes de seus proprietários e o quanto de terra cada um possui. Dos treze grandes pedaços de terras, apenas dois estão sob posse do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como projetos de Assentamentos Rurais, o projeto do Assentamento Mandacaru (antiga fazenda Feijão)²⁸ e o projeto de Assentamento Zé Marcolino (antiga fazenda Serrote Agudo)²⁹, ambas são as maiores detentoras de áreas dentre as trezes apresentadas no quadro.

A fazenda São Gonçalo, é a terceira maior em questões territoriais, conta com cerca de 1.873,00 hectares de terras na mão de uma única pessoa, a senhora Maria Cleonice Gonçalves Ferreira e a fazenda Olho D'água do Cunha pertencente a José Torres de Mayer mede 1.751, 96 hectares, aparecendo como a quarta maior propriedade.

Diante dos dados apresentados nos quadros exposto, observamos ainda uma forte presença do latifúndio no município de Sumé, que, apesar do tempo transcorrido, esse sistema guarda relação com o processo de ocupação do século XVII e ainda se mantém presente, ou seja, a injustiça na distribuição de terras ainda é frequente no município estudado.

²⁸ Em 14 de julho de 1999, foi assinado o decreto de desapropriação da Fazenda Feijão no município de Sumé, dando origem ao assentamento *Mandacaru*.

²⁹ Em 05 de julho de 2001, foi assinado o decreto de desapropriação da Fazenda Serrote Agudo, nos municípios de Sumé, Prata e Amparo, dando origem ao assentamento *Zé Marcolino*.

3 A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NO CARIRI PARAIBANO

O latifúndio criou raízes profundas na região do Cariri paraibano, sendo o grande responsável pelo processo de povoação dessa região, pois, a partir dessa base econômica sob o domínio da classe dominante, surgiu uma nova fração da classe trabalhadora³⁰, a camponesa. Em meio ao processo econômico da época representado pelo latifúndio, um conjunto de homens e mulheres pobres que a ele era submetido foi se forjando enquanto classe por meio de um conjunto de experiências em comum que podem ser percebidas pelas suas resistências que eram efetivadas enquanto estratégias para conseguirem viver em meio a exploração que lhes era imposta³¹.

Desse modo, o presente capítulo tem por objetivo tratar sobre a formação do campesinato no Cariri paraibano, especificamente trazendo observações sobre como os povos originários e africanos contribuíram para essa composição, ao mesmo tempo em que forjavam suas formas de resistência³². Também traçamos reflexões sobre como se davam as *lutas de classe* entre os latifundiários e os camponeses dentro das grandes fazendas do município de Sumé-PB.

3.1 Povos Originários: contribuições para a formação do campesinato

Existem várias interpretações históricas que tratam do chamado “descobrimento de um novo mundo” e por muito tempo foi hegemônica a explicação que tratava esse fato histórico assentado na ideia de que a história destas terras se deu a partir de 1500 (ano de sua invasão), um equívoco

³⁰ As classes sociais, para Marx, surgem a partir da divisão social do trabalho. Em razão dela, a sociedade se divide em possuidores e não detentores dos meios de produção. Surgem, então, a classe dominante e a classe dominada (ou seja, a dos trabalhadores).

³¹ Marx (1978), analisando a sociedade francesa, em seu livro *O dezoito de Brumário*, expõe uma complexa estrutura de classes sociais na qual o campesinato é apresentado como uma classe que desempenha a atividade agrícola e vive diretamente de sua produção, fazendo parte dela o camponês servo da gleba, submetido aos laços da servidão, e o camponês parcelário, pequeno proprietário rural. Para Sodré (1957), o campesinato brasileiro é composto pela massa de parceiros, arrendatários, médios e pequenos proprietários de terra, posseiros, agregados e vaqueiros. Este conceito de campesinato de Sodré é utilizado por vários autores que também afirmam a predominância do campesinato no Brasil: Guimarães (1989), Martins (1983), Oliveira (2001) e Andrade (1986).

³² Concordamos com autores como Batista (2010) que argumenta que o território do Cariri paraibano não foi ocupado, apenas, pelos grandes latifundiários. Esse autor tem por base o estudo de Graziano (1980), segundo o qual a população pobre (trabalhadores livres) que vinha da metrópole procurou apoderar-se de pequenas áreas de terras, mediante o trabalho familiar cotidiano na terra, em áreas mais distantes do latifúndio açucareiro. Estamos de acordo com esse autor quando ele diz que “Não negamos o papel dos grandes proprietários rurais, donos das sesmarias que dominaram a região e que se encontra nos registro de doação de sesmarias, mas, tomar, exclusivamente esses dados legais para explicar o povoamento da região não dá conta de explicar porque junto às grandes propriedades proliferaram tantos minifúndios.” (2010, p. 99).

que deve ser evitado, pois, ao cometer esse equívoco histórico, é como se não existissem povos nessas terras antes da data citada, é como se fosse um território abandonado, deserto, sem qualquer tipo de povoamento.

Não podemos cair no erro de negar a existência dos nossos antepassados, que são os povos originários desta terra que hoje chamamos de Brasil, povos esses que foram os primeiros de fato a fazerem uso deste território que hoje habitamos e que incidiram a sofrer quando povos vindos da Europa passaram a desejar essas terras para fortalecerem suas rendas.

Podemos denominar esse período como a primeira fase de uma globalização perversa, pois de acordo com Gomes e Rocha (2016, p. 93):

Se foi através das Grandes Navegações que se iniciou o processo de globalização, foi através da colonização que esse processo se materializou. Assim, precisamos entender que colonização é um sistema que ocorre quando pessoas de uma região saem para habitar ou explorar outro espaço. Nesse procedimento, é preciso atentar para um ponto muito importante, o de encontro ou choque de culturas. Isso pode ser visto nas descobertas marítimas, que foram além de concepções geográficas e capitalismo comercial, surgindo assim um novo significado para as relações que regem os povos.

Assim, notamos como se deu o encontro de duas culturas diferentes, ou seja, uma que já estava presente nestas terras e outra que chegava e que tinha como objetivo colonizar a primeira, causando, desse modo, um conflito entre ambas. Foram novos costumes e culturas diferentes que se encontraram, de modo que não poderia haver um relacionamento amigável entre essas nações, tendo em vista que os navegadores europeus entendiam as suas tradições e costumes como superiores a todas as demais, buscando aplica-los sobre os povos originários (que receberam a nomenclatura de índios pelos invasores), motivo esse que gerou vários conflitos. Essa compreensão sobre os povos originários foi uma constante em toda a história do Brasil, reafirmando-se ainda mais no pós-“independência” do país (1822), como bem descreve Oliveira (2016, p. 34),

No final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, como durante todo o período colonial, o problema de como tratar os “índios bravos” era uma preocupação recorrente para as autoridades e a elite dirigente. O documento que ofereceu os delineamentos básicos para a política indigenista a ser adotada no Pós-Independência foi o famoso texto “Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil”, escrito por José Bonifácio de Andrade e Silva. Uma versão preliminar havia sido apresentada às Cortes Portuguesas, juntamente com cinco outros projetos similares de deputados brasileiros (o que atesta o interesse que o assunto merecia).

Pelo descrito na citação acima, notamos que, no século XIX, os povos originários continuaram sendo vistos como bravos e, portanto, considerados selvagens. Essa argumentação havia se colocado como a principal justificativa para colonizar a América portuguesa, uma vez que os invasores viam os povos originários como seres que necessitavam ser amansados, como se fossem animais selvagens que precisavam ser domesticados, começando, assim, a imporem suas culturas sobre os mesmos, causando um grande número de mortes e de trabalhos forçados a serem prestados à Coroa portuguesa. Enquanto isso, esses homens que se diziam civilizados iam tomando a força as terras e as riquezas presentes naquele “novo mundo”.

Tal forma de tratamento aos povos originários se deu em todo o território brasileiro onde os colonizadores tiveram acesso e na Capitania da Paraíba não foi diferente. Desde o início desse encontro os conflitos foram intensos e muitos “indígenas” foram escravizados para trabalharem no cultivo da cana-de-açúcar, importante ciclo econômico do Nordeste. Durante os primeiros 150 anos, a única parte da Paraíba a ser explorada economicamente pelos colonizadores foi a das áreas litorâneas, pois era favorável ao cultivo da cana de açúcar, o que possibilitou as instalações de engenhos naquela região. Mas, após a expulsão holandesa (1654), assim como no resto da colônia, a Coroa portuguesa resolveu empreender a interiorização com destino a terras até então não colonizadas e que as denominavam de sertões.

Como o foco da nossa pesquisa é o Cariri paraibano (os sertões), vamos dar destaque aos povos nativos destas terras (Cariris e Tarairiús), buscando compreender como se deu a relação entre esses povos nativos e os colonizadores portugueses, como foi a entrada desses invasores nessas terras, suas formas de domínios e as formas de resistências que surgiram diante de toda essa situação pelos povos que já habitavam essa região.

Podemos observar a chegada dos colonizadores nesta região através da escrita de Nunes Filho (2008, p. 29) que descreve esse processo da seguinte forma:

A história dos Cariris Velhos é a saga de homens que, seguindo a ponta do boi, adentraram-se pelos caminhos das águas ou pelos leitos vazios dos rios e dos riachos, para penetrar em um mundo desconhecido e misterioso, numa terra povoada de macambira e caroás, espécies de raros encantos pertencentes à família das bromélias. Chão pedregoso, ora enfeitado com malacachetas brilhantes, ora abundantes de xiquexiques, mandacarus, coroas-de-frade, facheiros e lastrados.

Assim, percebemos as formas utilizadas pelos colonizadores para conseguirem ter acesso àquelas regiões mais afastadas, notamos que os mesmos fizeram usos da pecuária para abrirem os

caminhos que seguiam sempre os rios que ali existiam, pois facilitavam os acessos, já que são praticamente caminhos naturais e que sempre estão a dar acesso a novas terras, bastando seguir seus leitos. Podemos identificar como se deu esse processo no Cariri através das descrições acima apontadas por Nunes Filho, que relata a vegetação típica da caatinga, além de citar os leitos de rios temporários, grande característica desta região caracterizada pelo clima do semiárido.

Nunes Filho (2008 p. 30), ao apontar outras características destas terras, nos dá indícios da presença de povos nativos, quando ele faz a seguinte afirmação:

Neste vasto território habitado por uma pequena população indígena, quando começaram a chegar os primeiros povoadores brancos, em fins do século XVII, os silêncios das caatingas eram quebrados apenas pelo canto dos anumarás, dos canários amarelos, dos conrizes, galos-de-campina, sabias, jurutis, codornizes e nambus; pelo vôo estridente do asa branca nos grotelhões ermos ou pelo ruído dos repteis arrastando seus corpos indolentes nas folhagens secas que forravam o chão.

Para esse autor, o vasto território do atual Cariri paraibano era habitado por uma pequena população de povos originários quando do momento da presença da colonização portuguesa. Todavia, outros autores analisam essa questão em outros termos. Souza (2017), por exemplo, diz que:

A nação tupi da Paraíba dividia-se em potiguaras e tabajaras, e fixaram-se na região litorânea da capitania. Em parte da atual microrregião do Cariri paraibano e do Sertão havia os tarairiús formado pelos sucurus, canidés, janduís, pegas, ariús dos paiaçús, panatis, e os ariús de Campina Grande, enquanto os cariris eram composto pelos bultrins da região de Pilar e Alagoa Nova, os fagundes ou bodopitás de Campina Grande, já na fronteira com o Ceará os icós e os curemas e por fim os carnoiós em Boqueirão e Cabaceiras.

Os Cariris e Tarairiús foram as duas nações “indígenas” que povoaram o interior das terras paraibanas, conforme demonstrado no primeiro capítulo desse trabalho (VER IMAGEM II). Os Tarairiús e Cariris possuíam uma vida material e imaterial diferenciada que pode ser pormenorizada no quadro abaixo para um melhor entendimento de como esses povos viviam:

QUADRO VI – PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AS NAÇÕES “INDÍGENAS” QUE HABITAVAM O INTERIOR DA ATUAL PARAÍBA

CLASSIFICAÇÃO	NAÇÃO TARAIRIÚS	NAÇÃO CARIRIS
TRIBOS	Janduís, Ariús, Pegas, Panatis, Sucurus, Paiacus, Canidés, Genipapos, Cavalcantis e Vidais.	Chocós, Paratiós, Carnoiós, Bodopitás, Bultrins, Icós e Coremas.
LOCALIZAÇÃO	Viviam nas regiões secas do Sertão, do Curimataú e do Seridó juntos aos rios temporários de Piranhas (Pombal e Catolé do Rocha), de Pinharas (Patos), de Sabugi (Santa Luzia), de Curimataú (Cuité e Bananeiras).	Viviam nas regiões secas do Sertão, do Cariri juntos aos rios temporários de Rio do Peixe (Sousa), Rio Piancó (Conceição), Rio Paraíba (Monteiro, Cabaceiras e Boqueirão) e no Brejo (Fagundes e Pilar).
BIOTIPO	Eram altos, fortes e corredores. De crânio oval e de proporção média.	Eram de baixa estatura, branquicefalia, mesorrinia tipo mongol.
ECONOMIA	Desenvolveram pouco a agricultura e, por isso, eram nômades (não tinham moradia fixa). Assim, eram coletores e caçadores. Eram ictiófagos (alimentavam-se com peixes e cobras) e bebiam o mel de abelha que era misturado com o pó dos ossos de seus mortos.	Plantavam milho, feijão e abóboras. Usavam um tipo especial de enxada e tinham ritos dedicados à colheita. Conheciam a cerâmica e a confecção de tecidos.
CULTURA	Praticavam o endocanibalismo (comiam seus próprios parentes). De modo que, assim, guardavam-nos dentro de si. Usavam a lança de arremesso com uma ponta de pedra pontiaguda como arma. Faziam uso de machado tosco. Praticavam corrida de toros e em suas festas o povo dividia-se em duas metades (<i>moieties</i>).	Não antropófagos. Enterravam seus mortos em igaçabas (potes grandes) ou emparedados em grutas. Usavam o arco e a flecha e a zarabatana como armas. Usavam cordões nodados para contar os anos.

Fonte: (SILVA, 2018).

Como apresentado no quadro, esses povos possuíam comportamentos completamente diferentes, o que coloca por água abaixo as teorias que trazem a ideia que essas nações se comportavam semelhantemente dividindo uma mesma cultura. Assim, podemos observar que essa é uma definição precipitada e incoerente, já que cada uma dessas nações possuía maneira própria de viver e conviver entre si e que, ao mesmo tempo, se diferenciava entre uma nação e outra.

Agora que entendemos um pouco como viviam esses povos, vamos buscar analisar como se deu o seu encontro com o “homem branco”, como sucedeu o processo de colonização no Cariri paraibano, as lutas de classes que não foram nada harmoniosas devido à perversidade do colonizador que estava sedento por terras para formar suas grandes fazendas e manter suas criações de gado.

Vestígios da presença do “homem branco” puderam ser percebidos pelos povos originários do Cariri paraibano antes mesmo do encontro entre ambos, como descreve Nunes Filho (2008, p. 65):

Antes do encontro frente a frente, o que mais impressionava eram as picadas abertas na caatinga. Enquanto os nativos faziam suas veredas e caminhos, quebrando com as mãos os garranchos e galhos dos arbustos, aquela gente desconhecida que acabava de chegar abatia árvores, cujo o tronco um índio não conseguia abraçar. Para eles, era uma demonstração de superioridade que, ao mesmo tempo, os amedrontavam e seduzia.

Notamos que os invasores foram chegando ao Cariri paraibano já desmatando e ameaçando aquele território que não lhes pertencia. Enquanto os nativos se preocupavam em apenas abrir veredas para suprirem suas necessidades de locomoção, esse povo que por ali chegava derrubava árvores gigantes, muitas vezes na tentativa de amedrontar os nativos, mostrando a força que eles possuíam como uma forma de intimidação. Os colonizadores logo procuravam demonstrar suas forças na tentativa de se mostrarem superiores, pois eles não sabiam o que iam encontrar naquelas terras, qual o poder de luta daqueles nativos, então para eles era primordial mostrarem força, como uma forma de defesa.

Um fato a ser mencionado é que, para ter acesso a essas áreas, os colonizadores recebiam ajuda de alguns “indígenas” guias que se juntaram a eles. Mas, muitos nativos que por ali viviam não conheciam aquele povo que começava a chegar e passaram a se assustar com os comportamentos que começaram a lhes ser impostos pelo “homem branco”, principalmente quando eles usavam suas armas, cujos disparos eram assustadores. O encontro definitivo dessas nações (colonizadores x “indígenas”) é retratado por Nunes Filho (2008, p. 66) da seguinte maneira:

[...] depois de longos períodos de fuga, um dia, o enfrentamento tornou-se inevitável. Um grupo aproximou-se, capitulou, sujeitou-se. Outros grupos sucederam-se em atitudes idênticas. Poucos foram os inconformados que resistiram a espingarda do branco. Ambos com o passar do tempo foram exterminados.

Logo, notamos que o encontro desses povos não se deu de forma amistosa, uma vez que os invasores mancharam as terras do Cariri paraibano com sangue “indígena” ao fazerem uso de suas espingardas tecnicamente superiores aos arcos e flechas utilizados por aqueles povos originários que empreenderam resistências à invasão. Os colonos portugueses atacaram sem piedade, dizimando, assim, etnias por completo, até mesmo as que fizeram alianças com os mesmos, quer seja pela força militar que também lhes sobrecaía ou pela dura mudança de comportamentos que lhes era imposta. Nesse segundo caso, notamos que, em um curto período de tempo, efetivou-se uma mudança radical ao forçá-los a abandonarem suas experiências de vida e a adotarem o estilo de vida do colonizador português.

Esses povos originários ainda hoje são lembrados pelos poetas populares, a exemplo de Luizinho Batista³³, o qual fez um poema denominado “Na Serra dos Sucurus”, que traz sua memória sobre as características desses povos, o ambiente que eles viviam e como se deu o encontro com o homem branco. Vejamos:

Sabiamente a natureza
 Ergues uma bonita serra
 Premiou essa beleza
 Ao povo da nossa terra
 Abrigo que deu origem
 Nossa bela mata virgem
 Jatobá e mulungus
 Cedro pinhão marmeleiro
 Cactos jurema e pereiro
 Nas serras dos Sucurus

Viste nascer ao teu pé
 Uma cidade que cresce
 Como uma filha de Sumé
 Fiel a ti permanece
 Surgiram os mutirões
 E os primeiros casarões
 De Augusto Santa Cruz
 Entre orgulho e coragem
 Expulsa a tribo selvagem
 Da Serra dos Sucurus

Destemido após a guerra
 O nosso índio bravio
 Caçava em cima da serra
 Pescava dentro do rio
 Fazia nos matagais
 Instrumentos musicais
 Flautas feitas dos bambus
 Dançavam após conflitos
 Foram momentos bonitos
 Na Serra dos Sucurus

A centenária aroeira
 Se embalava comovida
 Ao som da cachoeira
 Do rio Pedra Comprida
 Por belos bosques e dunas
 Gigantescas baraúnas
 Angicos e ariús
 Cobrindo a mata que havia
 Onde a fera se escondia
 Na Serra dos Sucurus

³³ Poeta popular e escritor sumeense.

Quando o índio batalhava
 Defendendo a sua gente
 A tribo se orgulhava
 Do seu guerreiro valente
 A arma que ele usava
 Era flecha que atirava
 Contra a tribo de arcabuz
 Só a vitória almejava
 No fim da guerra voltava
 Pra Serras dos Sucurus

O teu passado de glória
 Esses teus belos lajedos
 Nós contamos tua história
 Tu guarda nossos segredos
 Deceparam a tua flora
 A fauna está indo embora
 Peba veado e tatus
 Acauã triste e nervosa
 Fica cantando a saudosa
 Nas Serras dos Sucurus

Meu velho berço sagrado
 Lindos campos clima puro
 As lembranças do passado
 Esperanças do futuro
 Onde canto minhas mágoas
 Vendo o mover das águas
 Dos rios levando paus
 Deixando as margens Sumé
 Jogando cisco no pé
 Da Serra dos Sucurus

Partindo o índio guerreiro
 Para outra região
 Ouviste a voz do vaqueiro
 Da fazenda Riachão
 O homem civilizado
 Trouxe cabra ovelha e gado
 Leite, coalhada e cuscuz
 O queijo e a rapadura
 Mudando a velha cultura
 Da Serra dos Sucurus (...). (BATISTA, 2006, p. 23-24).

Diante da superioridade bélica do invasor português, as forças de resistência dos povos originários do Cariri paraibano foram, cada vez mais, se fazendo vencer e sobreviventes começavam a empreender como estratégia de sobrevivência a sua adequação aos trabalhos então presentes nas fazendas que começaram a existirem naquela região, dedicando-se a criação de gado em troca de morada e comida e já não tendo mais tempo nem muito menos terras para manterem as suas experiências de vida.

Ao conquistarem a terra no Cariri paraibano, o “homem branco” procurava instalar a sua fazenda, cuja mão-de-obra deveria ser empregada no desmatamento da área escolhida e na construção de casa de vivenda e de currais. Nesse sentido, o colonizador, inicialmente, procurou fazer uso dos “indígenas” que, aos poucos, foram se forjando em meio a um processo de miscigenação que terminou por os nominarem de caboclos³⁴.

Esse processo foi responsável pelo desaparecimento de muitos elementos próprios da experiência de vida dos povos originários do Cariri paraibano, cujos mentores colonizadores se faziam valer da ideia de serem superiores a todas as outras nações e, ao mesmo tempo, do amparo dado pela Coroa que justificava esse comportamento. De acordo com Nunes Filho (2008, p. 73):

Os desbravadores das nossas caatingas, em sua maioria, eram estrangeiros como fome de terras, gente que chegou aqui pelo acaso da história. Sem projeto e sem capital, a única alternativa era ocupar os espaços pretensamente vazios, tomar os lugares dos habitantes primitivos, aproveitando-se deles através de uma relação unilateralmente rendosa e privilegiada, já que eles, os colonizadores, eram os únicos verdadeiramente protegidos pela legislação do Reino.

Desta forma, ganhavam cada vez mais forças para invadirem as terras e excluírem os povos nativos, pois os tinham como um povo atrasado, sem cultura, estranho e preguiçoso. Aos poucos, a história desse povo foi sendo esquecida em meio a um processo em que aquele povo “visitante” começou a dominar tudo, modificando aquele espaço geográfico e ferozmente escrevendo sua historia como se fosse o verdadeiro e primeiro dono daquelas terras, dando assim impulso à tão falada “civilização”. A sesmaria do sítio Cujajique (22/03/1702), terceira do Cariri paraibano, onde hoje estão localizados os municípios de Prata e Ouro Velho, nos traz indícios da presença dos povos originários no Cariri paraibano. Vejamos:

Alferes Custódio Alves Martins, diz que morador na capitania de Pernambuco e dezejando povoar algumas terras no sertão e tendo noticias de algumas que havia nas cabeceiras e nascenças do Parahyba, metteo com gente que levou em sua companhia pelo sertão com pessoa pratica, por serem partes **aonde até então não tinha ido gente branca pelo receio de se toparem com gentio bravo**, com despesa e risco de vida, e com effeito **descobrio alguma terra que o gentio deo o nome de Cujajique** em cuja terra ele supplicante situou-se e deo o nome de sitio – S. João – e logo lhe metteo gado, correndo pelo riacho acima duas légoas e pelo riacho abaixo outras duas legoas, fazendo novo sitio, e com efeito está de posse da referida terra a mais de três annos procurando dentro delles com toda diligencia saber a que jurisdicção pertencia para as poder pedir de sesmaria, para que com legitimo titulo podesse revalidar a sua posse, e porque tem entendido assim por informação particular e como por resolução comum e geral dos moradores daquelle governo requeria das ditas terras quatro legoas confrontadas na forma da Ord. L. 4.º til. 43 e conforme o capitulo do regim. deste governo. Foi feita a concessão de uma legoa de comprido e trez

³⁴ Caboclo é a designação dada no Brasil para o indivíduo que foi gerado a partir da miscigenação de um índio com um branco. Também é chamado de mameluco, caiçara, cariboca, curiboca e caboco.

de largo, deixando salvas pedreiras e alguma aldeia de índios, pelo capitão-mór Manoel Soares de Albergaria. Esta concessão foi confirmada pelo Rei de Portugal em 22 de Março de 1702. (TAVARES, 1982, p. 40). (Grifos nossos).

A sesmaria do riacho Unebatucú (08/01/1703), no Cariri paraibano, onde hoje está localizado o município de Taperoá, também revela pistas da presença dos povos originários:

Licenciado Francisco Tavares de Mello, Capitão Gonçalo Paes Chaves, Gonçalo Barbosa, e ajudante Cosme Pinto, moradores nesta capitania, dizem que não tendo terras para criar seus gados e tendo descoberto sobre a serra da Borborema, da entrada que seguia dos Cariris para as Piranhas, para a parte do nascente **um riacho chamado pela língua do gentio – Unebatucú**, cujas terras estão devolutas, e **tão somente descobertas pelo gentio bravo, que antigamente parece, tiveram nela uma aldeia, por alguns vestígios que dela se achavam**; e supostos não tinha o dito riacho águas necessárias queriam eles suplicantes fazerem benefícios para a represar pelo que pediam três léguas de terras de comprimento e uma de largo para cada um, dito riacho abaixo, ficando-lhe este em meio da largura pedida. Foi feita a concessão pelo capitão-mor Francisco de Abreu Pereira, de seis léguas de comprimento e uma de largura, que partirão por data entre si os suplicantes (TAVARES, 1982, p. 50). (Grifos nossos).

Como podemos observar os povos das nações Tarairiús e Cariris foram extintos de suas terras, tendo suas histórias interrompidas pela colonização do “homem branco”, um sistema perverso que tirou as terras dos seus verdadeiros donos para situar currais de gados em propriedades privadas da terra. Fizeram sumir a maioria das experiências de vidas dos povos nativos, que foram obrigados a acompanharem uma nova forma de vida, vestindo seus corpos, falando outra língua, mudarem de moradias, entre tantos outros novos costumes que tiveram que se adaptarem. Não havia mais lugar para esse povo.

Faz-se importante destacar que, para tanto, foi fundamental o amparo dado pela Igreja Católica que também justificava esse comportamento colonizador. Nesse sentido, os portugueses invasores sempre buscavam dominar os “indígenas” a partir dos preceitos do cristianismo e, portanto, desrespeitando as matrizes religiosas nativas.

Essa constatação pode ser obtida em Medeiros (1990), que analisa e transcreve integralmente o Livro de Batizados N° 03 da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora (1773-1784)³⁵. Nessa obra identificamos várias crianças “indígenas” batizadas na região do Cariri paraibano em um recorte temporal de onze anos da segunda metade do século XVIII, sendo, portanto, um forte indício de como esse sacramento católico passou a ser imposto sobre os povos

³⁵ A Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora foi criada em 1750, com sede em um templo construído pelos Jesuítas e passou a compreender uma enorme área territorial.

originários que ali sobreviveram ao processo de colonização. Tais registros batismais podem ser observados no quadro abaixo:

QUADRO VII – REGISTROS DOS BATIZADOS DE “ÍNDIOS” NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORADOS MILAGRES DO CARIRI DE FORA (1777-1783)

Nº	Criança	Mãe	Pai	Fazenda	Local do Batismo	Data do nascimento	Data do batismo
01	Lorença	Maria dos Prazeres	Joam Gonçalves de Moraes	Salgado	Casa de Vicente Nogueira de Carvalho	20/08/1777	27/12/1777
02	Manoel	Cecília de Torres	José Soares	Urubu	Capela de São Pedro do Pajeú	02/10/1777	09/03/1778
03	Catharia	Thereza Jesus	Patrício Oliveira	Carnaúba	Casa da viúva Ana Francisca Coelho Barreto	20/10/1777	16/11/1777
04	Manoel	Ana Maria	-	Vila de Cimbres	Fazenda da Serra	02/05/1778	23/06/1778
05	Ignácio	Joanna de Torres	Antônio Mendonça	São José	Matriz de Nossa Senhora dos Milagres	01/11/1778	02/01/1779
06	Joam	Maria Rodrigues	-	Riacho do Cunha	Fazenda Riacho do Cunha	03/01/1779	02/07/1779
07	Antônio	Joana Vieira	Joaquim Cardoso Pinheiro	Bom Jesus	Fazenda Bom Jesus	14/03/1779	28/06/1779
08	Francisco	Florência	Francisco	São Paulo	Fazenda São Paulo	04/05/1779	24/06/1779
09	Manoel	Maria	-	São Paulo	Fazenda São Paulo	10/05/1779	24/06/1779
10	Germana	Rosa Pereira	Ângelo Lopes	Carrapateira	Fazenda Carrapateira	29/05/1779	02/07/1779
11	Ignácio	Joana da Costa	Lorenço Pereira	-	Matriz de Nossa Senhora dos Milagres	06/01/1780	24/01/1780
12	Antônio	Francisca Correa	Manoel Vieira	Badalo	Fazenda Badalo	01/05/1780	31/05/1780
13	Margarida	Merensiana Dias	Antônio Borges	-	Matriz de Nossa Senhora dos Milagres		10/09/1780
14	Clara	Florência Correa	Antônio da Costa	-	Fazenda Pedra da Bixa	11/08/1781	21/08/1781
15	Catharina	Joanna Vieyra	Joaquim Cardozo		Fazenda Tapera	02/10/1781	25/07/1781
16	Paulo	Anna Pereira	Francisco Dias	-	Fazenda Bom Jesus	15/12/1781	24/07/1781
17	Antônia	Anna Maria	-	Barra das Figueiras	Matriz de Nossa Senhora dos Milagres	?/11/1782	21/01/1783
18	Josefa	Andreza	Joaquim Torres	-	Matriz de Nossa Senhora dos Milagres	01/06/1783	16/06/1783

Fonte: Medeiros, 1990. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Como vemos no quadro citado, dezoito crianças “indígenas” foram, entre os anos de 1777-1783, levadas à pia batismal, das quais cinco na própria matriz e treze nas diversas capelas ou oratórios privados das várias fazendas do Cariri paraibano, prática essa que ia de encontro com os costumes de seus pais³⁶.

Esses registros batismais trazem também a informação se a criança era legítima ou natural, o que significava a condição matrimonial de seus pais, uma vez que, de acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)³⁷, um filho só seria legítimo se seus pais concretizassem o matrimônio segundo a religião católica; do contrário, seria classificado como natural. Nesse sentido, identificamos que as crianças “índias” se registraram como legítimas em doze ocorrências e como naturais em seis. Ainda no que diz respeito aos registros que apontam a legitimidade matrimonial, identificamos como bastante interessante: o da criança Teresa. Nele identificamos que o sargento-Mor João Mendes Branco, filho de portugueses, se casou, em segundas núpcias, com a “índia” de nome Maria José, filha de pais incógnitos³⁸. Pois bem, Teresa, filha deste casal, foi descrita no registro pelo padre como branca, tratando-se de um equívoco, uma vez que ela era uma autêntica e legítima mameluca.

Outro indício que nos permite perceber a presença dos povos originários no Cariri paraibano é o referente aos topônimos que nomeiam alguns locais da região. Entre outros, podemos citar os que dão nomes a alguns municípios do Cariri paraibano, como Camalaú, Coxixola, Parari, Itamorotinga (Serra Branca), Sumé, Taperoá, Zabelê, Caraúbas e Caturité. Além dessas denominações, existem no município de Sumé um rio, uma serra e uma vila denominadas de Sucuru, constituindo-se, assim, em uma grande evidência da presença dos antigos índios Xucurus naquela região.

³⁶ Além dessas dezoito crianças nomeadas pelo padre de “índias”, há outras cinco identificadas pelo batizante de “mamelucas”, as quais citamos com suas respectivas datas de batismos: Gonçalo (27/01/1775), Alexandre (13/01/1777), Domingos (20/03/1777), Gonçalo (21/12/1780) e Josefa (09/02/1783). Também há uma criança registrada enquanto “curiboca”: Felis (01/02/1775).

³⁷ Foi elaborada em 1707, quando o arcebispo da Bahia, Dom Sebastião Monteiro da Vide, convocou o Sínodo Diocesano da Bahia e proclamou as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Publicadas em 1719, vigoraram até 1890. Se constituíram como o primeiro Código de Leis Eclesiástico do Brasil e a única legislação eclesiástica elaborada no período Colonial. Cf. Goldschmidt, 2004.

³⁸ Os estudos de Moraes (2011) e de Macedo (2013) mostram que, na região do Seridó paraibano e potiguar, foi comum a história das mulheres “pegas a dente de cachorro” ou a “casco de cavalo”, referindo-se ao processo, não pacífico, de dominação das populações “indígenas” e sua incorporação à vida do colono. No Cariri paraibano, esse é um objeto de estudo ainda a ser estudado. Rietveld (1999, p. 67) e Nunes Filho (2008, p. 97-103) são os únicos autores que tratam da existência desses “caboclos brabos” no Cariri paraibano.

Sendo assim, somos levados a entender que os povos originários que sobreviveram passaram a viver sob uma nova perspectiva que não era a dele, apresentando-se como única e superior e procurando acabar de vez com suas experiências de vida. Ao mesmo tempo, o quadro citado também nos traz a relação de várias fazendas circunscritas no Cariri paraibano, o que corrobora o nosso entendimento de que aquelas unidades de produção econômicas fizeram uso da mão de obra “indígena” para suprirem suas necessidades.

Diante do exposto, concordamos com a tese de Batista (2010) que considera a presença dos povos originários como de grande contribuição para a formação do campesinato do Cariri paraibano.

Além dos povos originários e dos colonizadores portugueses, devemos citar outros povos que passaram a habitar o Cariri paraibano de forma precária graças às ações dos colonizadores que foi responsável por arrancar esses povos de suas origens para serem escravizados nas terras “descobertas” no Brasil. Assim, pode-se dizer que, como em todo o resto do território brasileiro, no Cariri paraibano houve o encontro destes três povos, o indígena, o português e o africano. É sobre esse último que passamos a tratar no próximo tópico.

3.2 Povos Africanos: contribuições para a formação do campesinato

A historiografia que trata da escravidão africana no Cariri paraibano, a exemplo de Pequeno Filho (2014), Cavalcante (2015) e Alves (2015), afirma que, a partir do século XVIII, se verifica a presença da mão-de-obra africana escravizada que foi capaz de manter ali as bases do latifúndio. Essa historiografia mostra que a maioria das fazendas fazia uso dessa mão-de-obra que exercia várias funções específicas, a exemplo de agricultor, pedreiro, cozinheira, costureira, além de serem usados em vários tipos de trabalho, como na criação do gado, curtição de couro, lavouras de subsistência, etc. que eram essenciais para o funcionamento do latifúndio. Coube àqueles homens e mulheres a responsabilidade de cultivarem e cuidarem da lavoura para subsistência, além de manterem em dias toda a estrutura das terras, na construção de casas, currais, cercas, barragens, entre tantas outras necessidades que ali aparecessem.

O africano chegou ali para suprir as lacunas que a mão-de-obra “indígena” escravizada deixava, pois aqueles nativos eram acostumados com uma cultura do trabalho completamente diferente da dos colonizadores, uma vez que faziam uso da caça, da pesca e da coleta de frutos, não

possuindo o hábito de plantarem em grande escala no latifúndio que se fundara. Galliza (1979) enfatiza que o trabalho do “negro” esteve presente no sertão desde os tempos coloniais:

Embora nas primitivas fazendas sertanejas tenha ocorrido a utilização da mão-de-obra índia ou mameluca, devido a sua predominância na região e ao nomadismo típico do pastoreio, tão adequado à índole indígena, o trabalho do negro não foi omissos no criatório, nos tempos coloniais (GALLIZA, 1979, p. 24).

Com a chegada do africano, o colonizador viu que eles possuíam muito mais habilidades laborais do que os “indígenas”, até porque já vinham de um continente que possuía outra experiência de trabalho, que possibilitou conhecer muito da tecnologia do manuseio com o ferro ou da construção de casas, habilidades estas que chamaram a atenção dos colonizadores e que veio a ser mais um fator que contribuiu para o desaparecimento do “índio”. Os povos originários foram de extrema importância para a colonização daquela região, pois os colonizadores fizeram uso do conhecimento desse povo para adentrar nas matas, já que eles conheciam como ninguém aqueles caminhos. Mas, com a dominação e instalação do homem branco nesse território, o “indígena” passou a ser descartado, não sendo mais tão importante para os grandes donos de terras, que preferiram a mão-de-obra africana, pois lhes aparecia como bem mais lucrativa.

Alguns historiadores, a exemplo de Joffily (1977) e Almeida (1997), afirmaram que a presença de africanos escravizados na região do Cariri foi baixíssima, quase insignificante, versão esta que se pensarmos com calma é bem contraditória, levando em conta o grande número de latifúndios que fizeram uso da mão-de-obra africana escravizada presente na região. De acordo com Galliza (2010, p. 40), só entre os municípios de Souza e São João do Cariri, a presença escravista foi bem significativa, superando até mesmo municípios de áreas canavieiras.

Essa autora (1979, p. 34) aponta que de “De acordo com o primeiro censo império 1872, a vila de Alagoa do Monteiro, onde o distrito de São Thomé estava ligado, teria uma população livre de 9.891 pessoas e 611 escravos.” Mariz (1978, p. 27) também descreve sobre a utilização e a importância dessa mão-de-obra escrava no Cariri ao demonstrar que, em 1885, no município de São João do Cariri, encontrava-se o maior número de escravos: “Em 1885 tínhamos ainda 9.207 escravos homens e 10.571 mulheres. Possuíam escravos em maior número os municípios de São João do Cariri, Capital, Mamanguape, Itabaiana incluindo pilar, Guarabira, Ingá, Piancó, Pombal. O primeiro com 1.976 escravos de ambos os sexos, o último com 1.031.” Assim, podemos concluir

definitivamente que a figura do africano escravizado esteve bem presente na construção desses espaços, atuando nitidamente no processo histórico.

Assim como aconteceu com os povos originários, a colonização sobre os africanos no Cariri paraibano também se fez acontecer por meio da Igreja Católica que sobre estes impunha seus sacramentos. Comprovamos essa afirmação tomando por base dois trabalhos de dissertação que problematizaram os povos africanos nesse território: o primeiro é o de Alves (2015), que fez o levantamento de 751 registros de batismos entre 1752 e 1815, de 436 registros de crismas entre 1778 e 1816, de 133 registros de casamentos entre 1752 e 1811 e de 374 registros de óbitos entre 1752 e 1808; e o segundo é o de Cavalcante (2015), que fez o levantamento de 1523 registros de batismos entre 1849 e 1871 e de 212 registros de óbitos entre 1854 e 1872.

Não é o nosso objetivo aprofundar a discussão sobre a importância da mão-de-obra escravizada, mais analisar as ações dos africanos escravizados e ex-escravizados como povoadores do Cariri paraibano, observando, sobretudo, como, eles romperam com os vínculos de opressão ao fugirem das fazendas e ocuparem áreas distantes dos domínios de seus donos, onde construíam famílias, passavam a desenvolver uma agricultura de subsistência e a viverem autonomamente para suprirem suas necessidades, contribuindo, dessa forma, com a formação do campesinato regional.

Mesmo alguns historiadores tendo afirmado que os africanos escravizados dessa região foram tratados de forma diferenciada da realidade canavieira, onde a violência e os castigos eram mais severos, as fontes históricas nos dizem o contrário. De acordo com elas, aqueles homens e mulheres sofriam com a crueldade de seus patrões que puniam severamente qualquer um que fosse contrário a suas ideias. Encontramos, por exemplo, o registro de que na Fazenda Camalaú Velho os castigos com o tronco eram presentes, onde os escravizados eram amarrados e torturados por não cumprirem ordens do “seu senhor”. (RIETVELD, 1996, p. 31). Esse comportamento dos senhores de escravos não era um fato isolado, pois esse mesmo autor nos dá notícia que em outros lugares do Cariri a violência era sempre utilizada:

Os escravos não recebiam bom tratamento. Aqueles que trabalhavam nas terras de Benevides [atual município de São Sebastião do Umbuzeiro], era colocada uma sela sobre eles e uma pessoa os montava, usando as esporas para feri-los. Em Santa Clara usava-se um chicote para bater neles até sangrar (RIETVELD, 1999, p. 55).

Podemos observar a violência sofrida por esses povos na oralidade popular, por meio da poesia que descreve os tratamentos que os africanos recebiam enquanto escravizados. Canhotinho

(1913-1965), um cantador de viola (repentista), negro e natural do município de Taperoá-PB, descreve a seguinte situação em forma de versos:

Quando era injusto o Brasil
 Os pretos se cativaram
 O choro dos filhos brancos
 As mães-pretas consolaram,
 E o leite dos filhos pretos
 Os filhos brancos mamaram. (AMÂNCIO, 2013, p. 235)

Esse autor denuncia, assim, um relacionamento que se dava entre negros e brancos, onde as mães-pretas, mulheres escravizadas de origem africana, eram obrigadas a cuidarem dos filhos dos seus patrões, deixando os próprios filhos de lado. Muitas vezes, as mesmas alimentavam os filhos dos brancos com o seu próprio leite deixando os seus filhos com fome, um comportamento desumano e que mostra com que valor esses povos negros eram tratados, eram privados dos direitos de criarem seus próprios filhos dignamente.

Ainda seguindo as pistas descritas na cultura popular, Manoel Xudú, (1932-1985), repentista do município de Pilar-PB, se reporta da seguinte forma ao tratamento que era dado ao negro:

Na senzala poeirenta
 Entre as teias de aranha,
 A tristeza era tamanha
 Que cantar ninguém aguenta.
 Negra era igual jumenta
 Para o filho do patrão
 Conserva o cabelão
 Só botando óleo de coco,
 Era o meu Brasil de caboco
 De Mãe Preta e Pai João.

Mesmo um velho de noventa
 Já quase tremendo a fala,
 De primeiro na senzala
 Levava murros na venta
 De pancada eram cinquenta,
 Tapa, soco e empurrão;
 Se pedia compaixão,
 Gritava até ficar rouco,
 Era o meu Brasil de caboco
 De Mãe Preta e Pai João. (AMÂNCIO, 2013, p. 240-241)

Os versos dizem como eram tratados os negros nas senzalas, mostrando que a crueldade era tamanha, onde as mulheres escravizadas eram tratadas como bichos selvagens ao deverem atender

à vontade de seus patrões. Dizem também sobre a agressão física que esse povo sofria, até mesmo com pessoas de mais idade, de forma que revela que eles não foram tratados de forma diferenciada da realidade canavieira, onde a violência e os castigos eram mais severos. O poeta Adauto Ferreira, poeta nascido em Caruaru-PE, em 1949, também deu sua contribuição ao falar desses maus tratos:

Se de noite, o negro olhava
 A luz de um pirlampo
 Tinha o capitão do campo,
 Que era quem lhe vigiava;
 Pois o negro trabalhava
 Na mais grotesca opressão
 Levava além de empurrão
 Muito pontapé e soco,
 Era meu Brasil de caboco
 De Mãe Preta e Pai João (AMÂNCIO, 2013, p. 241)

Esse autor se remete a figura do Capitão do mato, homem de confiança dos donos das terras que tinham como função vigiar os negros escravizados e punir os que resolvessem desobedecer ao seu senhor, eram homens carrascos que davam conta de todas as ações contra os escravizados, representando uma das formas de repreensão àquele povo.

Mas, apesar de todos esses exemplos citados, é de extrema importância registrar também nos focos de resistências que nasceram diante de toda essa situação, pois os negros resolvem mostrar que também tinham voz diante aquele sistema autoritário e desumano que tentava os dominar.

Diante desses maus tratos dos senhores de terras, nasceu a insatisfação por parte dos escravizados que passaram a tomar a fuga dessas fazendas como um dos principais meios de resistência, fugiam em busca de lugares melhores para sua sobrevivência, em busca de uma nova vida livre de castigos e mais humana. Nunes Filho (2008, p. 82), em suas pesquisas sobre a região do Cariri, faz o seguinte comentário: “Lendo formais de partilha de fazendas muito antigas [...] algumas vezes encontrei referências a negros foragidos [...] de certa forma, os escravos das fazendas de gado, como não eram vigiados, tinham até mais facilidade de fugir que os negros dos engenhos.”

Os Livros de Batizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora também falam de negros foragidos. Nesse sentido, identificamos dois registros: o primeiro diz que Joanna, em 04 de março de 1786, batizou sua filha de nome Domingas com um ano e meio de idade, sendo mãe e filha escravizadas de Domingos de Abreu e Lima, moradores de um lugar

denominado como “Feijão”, constando no registro que a mãe andava fugida com a criança³⁹; o segundo registro diz que Joanna, em 4 de março de 1787, batizou sua filha de nome Maria com três anos de idade, sendo mãe e filha escravizadas de Manoel Barbosa, moradores também do lugar denominado como “Feijão”, informando ainda que a criança “anda com a mai fogida e não apareceu”⁴⁰. Temos, portanto, duas mulheres escravizadas que pertenciam a uma mesma localidade (Feijão), mas de proprietários diferentes, que se encontravam fugidas com suas filhas.

Ao fazerem uso dessa resistência, esses homens e mulheres buscaram áreas mais afastadas das grandes fazendas, onde se instalaram e passaram a produzir o necessário para a sua subsistência e a de seus agregados e, dessa maneira, foram se caracterizando aos poucos com a figura de pequenos agricultores. Logo, se é possível afirmar que essa relação de exploração entre senhor de terra e africanos escravizados terminou dando brechas para o enraizamento do campesinato no Cariri paraibano. Batista (2010, p. 106) afirma que:

Podemos encontrar os indícios da importância dos negros para a formação do campesinato regional em diversas ocasiões. No município de Camalaú que anteriormente era parte do município de Monteiro, fazendo parte, portanto da área que nos detemos a analisar, encontramos referência em uma rua denominada “Rua Preta” ou “Roça Velha”, tendo essas denominações associadas aos escravos. Estas denominações apresentam com clareza que aquele local foi habitado unicamente por famílias de negros e lá desenvolvem suas atividades agrícolas com fins de subsistência, advindo daí o termo “Roça Velha”, sendo uma clara alusão a sua forma de trabalho.

Assim, notamos a grande contribuição negra para os primeiros passos do campesinato na região em estudo, como resultado de uma estratégia de resistência contra a escravidão e as situações deprimentes de exploração que eram empregadas. Em locais de difícil acesso, homens e mulheres negras passaram a produzir para seu próprio consumo, “livres” da exploração latifundiária e dos castigos implantado por esse sistema.

É importante registrar que para a formação do campesinato caririzeiro foi importante o processo de miscigenação que foi se dando a partir do encontro entre povos originários, portugueses (ricos e pobres) e africanos que foi dando origem a um povo mestiço. De acordo com Nunes Filho (2008, p. 83), “Aos poucos, a população mestiça foi se multiplicando e se espalhando

³⁹ Cf. Livro de Registro de Batismo da Paróquia Nossa Senhora dos Milagres (1786-1837), folha 5.

⁴⁰ Cf. Livro de Registro de Batismo da Paróquia Nossa Senhora dos Milagres (1786-1837), folha 4.

pelas inúmeras sesmarias, criando uma maneira própria de conviver, de trabalhar, de se vestir, de falar e de pensar.”

Esse povo mestiço também compõe as raízes do campesinato caririzeiro, assumindo, muitas vezes, as funções de vaqueiros ou de meeiros nas grandes fazendas. Diferentemente dos escravizados, esses homens recebiam algo pelo seu trabalho e possuíam certa confiança dos seus patrões, pois participavam das divisões dos lucros da produção algodoeira, outra importante fonte de renda que foi ganhando espaço a partir da segunda metade do século XIX. Segundo Nunes Filho (2008, p. 73):

Essas duas categorias de trabalhadores gozavam de uma grande confiança de seus patrões, mantendo com eles uma relação de afeto alimentada pelo compadrio, em alguns casos, um vínculo tão íntimo que parecia de natureza familiar. Por esta razão, os moradores-meeiros gozavam de bastante estabilidade. Havia também os trabalhadores do eito, gente pobre e subjugada, sem nenhuma perspectiva de progresso.

Destacam-se, assim, duas categorias trabalhistas que gozavam da confiança dos donos das fazendas: os vaqueiros, responsáveis por atividades voltadas para a agropecuária (cuidar do gado, olhar cerca, além de prestar ao papel de segurança da fazenda); e os meeiros que, com a produção do algodão, buscavam se inserir no mercado, gerando, assim, uma fonte de renda mais estável como veremos mais a seguir.

3.3 Economia Agrária e luta de classes

Ao observarmos a distribuições de terras feitas a partir de sesmarias, podemos notar que, a princípio, a criação de gado foi a principal justificativa para os pedidos de terras feitos a aceitos pela Coroa, pois, segundo Batista (2010 p. 76), “Constituiu-se, assim, estas doações com as origens da ocupação com o intuito econômico voltado para a produção pecuária, mediante a ocupação de vastas extensões de terras, que iriam caracterizar a região como sendo dos grandes latifúndios.” Nascendo, portanto, uma economia pecuarista na região que se tornaria o foco central da economia local e que também servia como forma de garantir cada vez mais terras aos já senhores dela.

Além da criação de gado, outra fonte de renda presente a partir da segunda metade do século XIX, como anunciado no tópico anterior, foi a crescente presença do cultivo do algodão, atividade essa inicialmente considerada como uma forma de subsistência, geralmente mantida nas pequenas

parcelas de terras dos trabalhadores das fazendas, fazendo com que eles se inserissem na economia regional, pois essa produção se unificava com as atividades agropecuaristas.

O algodão nem sempre teve seu lugar certo no mercado, até por que, de início, nunca se foi cogitado uma possibilidade de gerar grandes lucros. Mas, a partir do século XIX, houve uma reviravolta no mercado internacional e esse produto foi ganhando cada vez mais espaço na economia, pois, além de servir de ração para o gado, ele passou a ser exportado para confecções de roupas nas fábricas inglesas. Segundo Batista (2010, p. 115)

Na Paraíba, o avanço da produção do algodão, nas áreas interioranas do estado, ocorre na segunda metade do século XIX, período em que esse produto se consolida com a principal fonte de renda da Paraíba, superando o principal produto que rendia dividendos ao estado, o açúcar.

Foi apenas questão de tempo para que o algodão passasse a ser a principal fonte econômica de toda a Paraíba, fazendo com que os proprietários, que antes tinham sua base econômica voltada apenas para a agropecuária, passassem a ter o algodão como uma rica e grandiosa fonte de renda, fazendo acontecer grandes plantios dessa cultura, principalmente na região do Cariri ocidental. Há registros escritos que informam que nessas áreas se encontravam grandes parcelas de terras com essa produtividade.

Ainda de acordo com Batista (2010, p. 116), em Alagoa do Monteiro o latifúndio investiu ferozmente no plantio do algodão. Ademais, o clima seco e o solo da região favoreceram o cultivo, pois era uma planta que resistia aos longos períodos de estiagem. Assim, esse município passou a ser referência no ramo, alcançando altos índices de produtividade que o colocaram na posição de principal distribuidor na Paraíba e até mesmo em estados vizinhos, a exemplo de Pernambuco.

Importante destacar que esse grande salto na economia algodoeira se deve a conjuntura estadunidense que se dava naquele momento, tendo como principal fator a quebra do EUA no mercado produtivo do algodão devido a Guerra da Secessão (1861-1865)⁴¹, a qual trouxe grandes prejuízos econômicos para aquele país, causando, assim, uma grande alta no preço do produto

⁴¹A Guerra de Secessão (Guerra Civil) foi um conflito militar que ocorreu nos Estados Unidos, entre os anos de 1861 e 1865. De um lado ficaram os estados do Sul (Confederados) contra os estados do Norte (União). O conflito teve início em 1861, através de ações militares do Sul. Com duração de cinco anos, a guerra provocou a morte de aproximadamente 600 mil pessoas. Os estados do norte, mais ricos e preparados militarmente, venceram e impuseram seus interesses sobre o país. Essa guerra abalou a produção algodoeira concentrada nos estados do sul.

brasileiro, motivo esse pelo qual os grandes proprietários de terras investiram buscando altos lucros no mercado. Diante desse contexto favorável, Alagoa do Monteiro não viu obstáculos para ampliar a sua produção do algodão, de modo que os seus fazendeiros passaram a investir em máquinas vindas do exterior para garantirem, assim, uma produção em uma grande escala visando um lucro exuberantemente alto.

Desse modo, notamos que, apesar do plantio do algodão ter se iniciado como uma cultura de subsistência agrícola por parte dos trabalhadores das fazendas que buscavam resistirem às dificuldades de adentrarem ao mercado econômico, seu auge só foi possível após os investimentos daqueles detentores de grandes riquezas que possuíam terra (o capital) para tais investimentos e que conseguiram aumentar sua renda de forma significativa. Enquanto isso, os camponeses pobres não tinham forças econômicas para acompanharem a necessidade do mercado que se colocava naquele momento.

O algodão passou ser a força dos grandes fazendeiros, assumindo a dianteira na disputa lucrativa com a pecuária, além de ter sido responsável por diversificar aquela economia caririzeira. Ao mesmo tempo, ela serviu também como investimento para formação acadêmica dos filhos dos donos das grandes propriedades rurais, que naquela época eram enviados para a cidade de Recife para adquirirem o título de bacharel em Direito. Segundo Batista (2010, p. 120):

Formava-se, assim, dessa associação econômica com a aquisição dos títulos acadêmicos uma nova perspectiva de elite rural. Como pode ser constatado na história, embora existissem os conflitos internos, os filhos de alagoa do Monteiro que tiveram a possibilidade de adquirir o título em Bacharel em Direito, na cidade do Recife, passaram a atuar na política partidária, não somente como coadjuvantes das determinações das diretrizes, oriundas das oligarquias que dominava o cenário estadual, mas, também, almejando maiores destaques nos cenários políticos, tanto local quanto estadual.

Assim sendo, o algodão contribuiu tanto para consolidar o poder econômico dos grandes fazendeiros como também para formar os filhos destes que passaram a atuar na política partidária local e estadual, reforçando ainda mais os poderes dessa classe. Identificamos, portanto, a parentela do latifúndio assumindo os principais cargos públicos e, também, eclesiásticos.

Apesar de toda essa situação imposta pelo latifúndio semifeudal, o pequeno camponês procurava resistir firmemente àquele sistema de exploração, buscando fontes de renda outras para tirarem algum lucro próprio. Por exemplo, os camponeses com pouca terra procuravam os latifúndios para plantarem algodão como forma de obterem alguma renda, porém, eles não

abandonaram suas pequenas parcelas de terras onde também plantavam essa cultura que lhes dava, de certa forma, um acesso à economia local. Antes dessa cultura se apresentar como principal fonte de subsistência camponesa, os camponeses faziam uso da venda de hortaliças ou de animais de pequenos portes no comércio local, a qual lhes possibilitava equilibrar sua renda familiar, não era um ganho fixo, mas era fundamental para esses povos. Batista (2010, p.116) faz uma análise sobre o momento em que a cultura do algodão se consolidou dizendo que

Com o algodão o camponês pode contar com uma produção para um mercado certo e não perde essa oportunidade e abre brechas tanto para produzir, quanto para inserir sua produção no mercado. A princípio utilizava toda área possível de suas terras considerando que a cultura do algodão podia ser consorciada numa mesma área, junto ao milho e ao feijão, consórcio este que não prejudicava a cultura para a subsistência, mas, não se limitava apenas a suas pequenas áreas, mas buscando, expandir essa produção procuravam junto aos grandes proprietários concessões de áreas de terras para cultivar o algodão.

Desta maneira, identificamos como se estabelecia a relação de produção entre o patrão e o trabalhador, conhecido por “meia”⁴², onde o primeiro fornecia terras e algum auxílio econômico e em troca o segundo lhe retribuía com metade de toda sua produção. Além de fornecer a mão-de-obra para o dono da terra, vemos que o camponês se submetia a situações de exploração. Todavia, vemos que essa “sujeição” camponesa pode ser vista como uma forma de resistência que os camponeses encontraram para garantirem suas produções e manterem-se dentro da economia local.

Mas, isso não quer dizer que essa relação se dava de forma harmoniosa, pois os camponeses notavam toda a exploração existente naquele processo de modo que criavam outras formas de resistirem a ela lutando por uma produção mais justa e pelo reconhecimento de suas parcelas de terras, principal meio de produção da época. Os latifundiários sempre se preocupavam em aumentar cada vez mais suas posses de terras, de modo que, muitas vezes, buscavam expropriar sítios vizinhos as suas fazendas que pertenciam aos camponeses, dando início a uma luta de classe pela legitimidade da terra⁴³. Os latifundiários agiam de forma sutil para fazerem suas ações, pois naquele período não pegaria bem para um grande produtor de terra ter seu nome “sujo” em meio a sociedade, principalmente como invasor de terras, pois isso causaria uma visão bastante negativa

⁴² Diz-se do agricultor que trabalha em terras que pertencem a outra pessoa. Em geral, o meeiro ocupa-se de todo o trabalho e reparte com o dono da terra o resultado da produção. O dono da terra fornece o terreno para o cultivo particular do agricultor e de sua família. Fornece, ainda, equipamento agrícola e animais para ajudar no trabalho.

⁴³ São muitos os processos crimes existentes nos Fóruns do Cariri paraibano que dão conta das brigas e crimes praticados por conta da disputa pela terra entre vizinhos.

para aquele proprietário, situação não tão agradável para os mesmos, já que queiram ser figuras ilustres da sociedade.

Segundo Batista (2010, p. 156-157), “os camponeses sabiam muito bem o comportamento utilizado por alguns componentes da elite para ampliar seus domínios e, naturalmente, sabiam os espaços sociais que podiam comentar as ações desses sem correr o risco de represaria.” Percebemos, portanto, que os camponeses tinham certa preocupação de onde iriam tratar certos assuntos para, assim, evitarem ações dos latifundiários que pudessem lhes prejudicar, pois, apesar de tudo, eles entendiam a relação de poder assimétrica em que estavam envolvidos, ou seja, compreendiam que os donos de terras tinham bem mais poder na região.

Batista (2010, p. 158), ao analisar a fala de Nunes Filho sobre o capitão José Pereira de Gouvêa, dono da fazenda Cachoeirinha em São Tomé (Sumé), diz que o mesmo era delegado de polícia. Sobre ele esse autor relata que “Era um homem que costumava castigar seus empregados, deixando-os uma noite inteira no tronco, como se fossem escravos, vinte anos após a abolição da escravatura.” (NUNES, 1997, p. 100 apud BATISTA, 2010, p. 158). Atitudes como essas eram tomadas para calarem os camponeses que reagiam diante de toda a exploração. José Pereira de Gouvêa é um exemplo, entre tantos outros, de fazendeiros que eram carrascos para os trabalhadores de seus latifúndios.

Podemos ver registros dessas perversidades também na poesia da época. O já mencionado poeta Pinto de Monteiro, em um de seus versos, expressa a seguinte estrofe sobre o dito capitão:

No sitio cachoeirinha
Vivia Zé de Gouvêa
Prendendo sem ter motivo
E metendo na cadeia
Matando de fome e de sede
De bexiga e de peia. (MEDEIROS, 2005, p. 199).

Pelo posto no verso apresentado podemos ter noção do abuso de autoridade que esse delegado detentor de terras praticava com os seus moradores e trabalhadores meeiros, conseguindo “respeito” através do medo que as pessoas tinham em bater de frente com o mesmo, uma figura cruel e desumana que fazia uso do coronelismo⁴⁴ na qual quem fosse contrário a suas ideias pagaria

⁴⁴ Prática de cunho político-social, própria do meio rural e das pequenas cidades do interior do Brasil, que floresceu durante a Primeira República (1889-1930) e que configura uma forma de mandonismo em que uma elite, encarnada

caro. Mas, importante registrar que, diante a comportamento autoritário, houve focos significativos de resistência camponesa, um grande exemplo foi o verso citado, uma denúncia feita através da arte e da poesia.

A fama de Zé de Gouveia enquanto pessoa cruel e desumana foi muito presente nas narrativas populares, gerando diversas críticas ao mesmo. Pinto do Monteiro ainda descreve outras atitudes do senhor Gouveia:

Por Carnaúba de Baixo
José Gouvêa vinha,
Atirando em gado e bode,
Porco, peru e galinha
Meteu-se bala em Sumé,
Correu pra Cachoerinha. (IDEM).

De acordo com o denunciado na estrofe, as atitudes desse latifundiário para com os camponeses eram deprimentes, buscava obter um respeito através da violência. Todavia, o poeta camponês, através de sua arte, faz uma denúncia dessa violência que o seu povo sofria nas mãos daquele indivíduo.

É a partir desse tipo de denúncias que vemos focos de resistência através da arte. A poesia popular sempre esteve atenta quando o assunto são as grandes críticas sociais, as formas de exploração que são impostas sobre um povo, as injustiças sociais, entre tantos outros temas relacionados, cumprindo um papel de sempre evidenciar as lutas de classes existente no seu meio e de sempre denunciar a violência do latifúndio.

Os camponeses, em sua maioria, eram analfabetos, pois não tinham oportunidades de frequentar a escola, desde muitos novos tinham que se dedicar a cuidar das terras do patrão, de modo que só os filhos dos latifundiários conseguiam ter acesso ao estudo escolar. Mesmo sem essa formação acadêmica, os camponeses sempre buscaram se manter informados dos acontecimentos em seu meio social e, para tanto, recorreram a cultura da oralidade. De acordo com Nunes Filho (2008, p. 84),

Geograficamente isolados, quase sem contato com a linguagem escrita devido à ausência de escolas, o sertanejo, fruto da miscigenação entre o branco, o negro e o índio, desenvolveu uma forma prodigiosa a audição, a oralidade, o ritmo e a musicalidade. Por conta de fatores que não tenho condições de comprovar, disseminou-se um sentimento

emblematicamente pelo proprietário rural, controla os meios de produção, detendo o poder econômico, social e político local.

poético quase generalizado que pendura até hoje entre as populações sertanejas. Desse viés, nasceu o violeiro, bardo das caatingas. Original, único, talentoso, prodigiosamente inteligente. Sábio sem leitura, culto sem escola.

Um povo sem direito a estudar, mas que sentiu a necessidade de se manter informado. Assim, entre esse povo, surgiu a figura do violeiro repentista, que fez uso da cultura para retratar o dia a dia, as experiências vividas, além de fazer altas críticas sociais diante das injustiças sofridas. Como destacado na citação acima, era um povo que nunca frequentou escola, mas possuía um alto nível intelectual, capaz de cantar sobre qualquer tema, fazendo, para tanto, uso de suas experiências de vidas, das situações do dia a dia. Podemos dizer, portanto, que, ao mesmo tempo em que surgiu a figura do violeiro repentista, nasceu também uma nova forma de resistência camponesa expressa através da cultura e da arte.

4 A RESISTÊNCIA CAMPONESA POR MEIO DA ORALIDADE MUSICAL: A CANTORIA DE VIOLA (REPENTE) COMO EXPRESSÃO DA LUTA DE CLASSES

Neste capítulo buscamos analisar como se deu a resistência camponesa frente ao poder do latifúndio através do uso da oralidade musical (cantoria de viola - repente) no meio rural, uma forma de resistência no campo simbólico⁴⁵ que se somava a do campo da violência física. Como e o porquê desta oralidade possuir tanta força capaz de incomodar os grandes proprietários, sujeitos que se julgavam intocáveis?

A partir de agora vamos chamar esses sujeitos responsáveis por essa prática de resistência através da oralidade musical (cantoria de viola - repente) de cantadores de viola ou de repentistas, sendo eles poetas populares que, na maioria das vezes, rimam em forma de improviso, sempre atendendo ao pedido de uma plateia que assiste e prestigia seu trabalho. Essa modalidade artística se iniciou nos terreiros das fazendas, onde os detentores dessas habilidades glosavam sobre os mais variados temas, fazendo uso de sátira⁴⁶ e do humor para relatar os acontecimentos cotidianos e também denunciar as explorações das quais eram vítimas. Mas, antes de entrar de fato nestas questões, precisamos entender alguns pontos históricos desta modalidade artística.

4.1 A Cantoria de Viola (Repente) como forma de resistência

Como identificamos no último capítulo, os camponeses do Cariri paraibano estavam cientes de toda forma de injustiças que o latifúndio lhe impunha. Identificamos que, desde o início da colonização dessa microrregião no século XVIII, houve vários focos de resistências, como, por exemplo, os povos originários que lutaram bravamente na tentativa de protegerem suas terras dos colonizadores ou então quando os africanos escravizados fugiam das grandes fazendas buscando abrigos em áreas fora do alcance das que se achavam seus senhores. Portanto, diante da ação

⁴⁵ De acordo com Scott (2000), a resistência material e a resistência simbólica fazem parte de um mesmo conjunto de práticas de resistência e são coerentes entre si. Assim, as diversas manifestações de caráter verbal, como a agressão oral contra uma figura dominante em um ambiente seguro, os ritos de inversão como acontece no carnaval, são também aspectos dessas manifestações de resistência. Cf. Scott, 2000.

⁴⁶ De acordo com Frye (1973), a sátira pode ser caracterizada como uma ironia militante cujo conteúdo visa uma atitude combativa. De igual modo, Comte-Sponville (1999) aponta a ironia e a sátira como armas que produzem um riso reflexivo, ou seja, “um riso que se leva a sério” (1999, p. 02).

colonizadora, começou a surgir a resistência de um povo que se viu explorado pelo latifúndio, podendo ser considerada como sendo as origens das várias formas de resistência existentes hoje.

Consideramos que o *discurso oculto* também foi uma das principais armas que os camponeses acharam para lutarem contra a injustiça presente no seu cotidiano, forma essa que não traria consequências para os mesmos⁴⁷. Conseguiram expressar suas angústias e, ao mesmo tempo, protegerem-se das formas de repreensão aplicadas pelos exploradores. Foi através da oralidade musical (cantoria de viola - repente) que isso foi possível no meio social dos camponeses, onde os mesmos podiam debater quaisquer assuntos que, mesmo chegando aos ouvidos dos seus patrões, não passaria de um boato, pois as únicas fontes que esses diálogos ficariam gravados eram nas mentes das pessoas participantes⁴⁸.

De acordo com Abreu (1999, p. 74), a cantoria de repente é uma arte poético-musical encontrada essencialmente no Nordeste brasileiro, baseada no improviso cantado, alternado por dois cantores, daí o nome repente⁴⁹. O repente nordestino é considerado como uma das diversas formas que surgiu de interpretação de canto e poesia a partir da tradição medieval ibérica dos trovadores advinda para o Brasil com a colonização portuguesa. Datam da primeira metade do século XIX, os primeiros registros das manifestações de cantoria na Paraíba, na região de Teixeira, cujo nome indicado como expoente é o de Agostinho Nunes da Costa, que viveu entre 1797 e 1858. Os primeiros cantadores eram de origem rural que ousaram fazer desafios entre si, em cantorias, e falar do sertão, retratando o sofrimento do povo, devido à estiagem; depois os assuntos foram aumentando, e, atualmente, falam do conhecimento de diversas áreas que se possam pensar, como: ciência, tecnologia, religião, história, geografia, etc. Conseguimos reunir no quadro a seguir os principais cantadores de viola (repentistas) do Cariri paraibano.

⁴⁷ Scott (2000) entende que cada grupo subordinado, à sua maneira, desenvolve, a partir de suas condições de sofrimento, um discurso contestatório ao poder nos espaços fora da ação desse poder. Esse discurso é por ele denominado de *discurso oculto*, pois não se revela em público, mas é produzido e compartilhado por aqueles em igual situação de subalternidade em espaços considerados seguros, fora das vistas dos detentores de poder.

⁴⁸ Mais recentemente foram surgindo publicações de repentistas com o objetivo de divulgarem as suas cantorias e também de autores que compilaram as poesias cantadas pelos primeiros repentistas ainda vivas nas memórias populares. Foi a partir dessa literatura que pudemos conhecer esse *discurso oculto* enquanto forma de resistência camponesa.

⁴⁹ O repente possui diversos modelos de métrica (o conjunto das regras que presidem a medida, o ritmo e a organização do verso, da estrofe e do poema como um todo), predominando os versos heptassílabos (sete sílabas) e decassílabos (dez sílabas). A rima usada é a rima perfeita. Há dezenas de modalidades do repente, entre elas a sextilha, gabinete, o martelo agalopado e o galope à beira-mar.

QUADRO VIII – RELAÇÃO DOS POETAS DE CANTORIA DO CARIRI PARAIBANO

Nº	POETAS	MUNICÍPIO	NASC. E MORTE
01	Abel Caetano	Livramento	-
02	Aberlado Pereira	Monteiro	-
03	Anderson Rodrigues	Livramento	-
04	André Rodrigues	Livramento	-
05	Antônio Feitosa de Lima	Monteiro	1921-1973
06	Antônio Ferreira	Monteiro	-
07	Antônio Marinheiro	Taperoá	-
08	Antônio Monteiro	Monteiro	-
09	Antônio Pereira	Livramento	1911-1983
10	Antônio Samuel Pereira (Gato Velho)	Sumé	1922-?
11	Biu de cristiano	Sumé	-
12	Biu Gomes	Serra Branca	-
13	Biu Soares	Sumé	-
14	Diniz Vitorino Ferreira	Monteiro	1940-?
15	Edézio Vicente da Silva	Monteiro	1924-?
16	Elísio Félix da Costa (Canhotinho)	Taperoá	1912-1965
17	Emídio Nunes Filho	Monteiro	-
18	Enoc Ferreira Leite	São João dos Cordeiros	-
19	Erasmo Ferreira	São João dos Cordeiros	-
20	Evaldo Filho	Sumé	-
21	Evaldo Severino	Sumé	-
22	Firmo Batista de Lima	Monteiro	1927-?
23	Francisco Coelho “Chicuta”	Congo	-
24	Francisco de Assis Bezerra	Sumé	-
25	Heleno Bezerra da Silva Pinto	Monteiro	1899
26	Hilário Marinho	São João do Cariri	1926
27	Inácio Bezerra de Sousa (Bezerrinha)	São João do Cariri	-
28	João Batista Bernardo João Furiba	Naturalizado Sumeense	1931-2019
29	José Alberto Batista	Sumé	-
30	José Faustino Neto	Boqueirão	1940-?
31	José Galdino da Silva Duda (Zé Duda)	Cabaceiras	1866-1931
32	José Lucas	Sumé	-
33	José Marcolino	Sumé	-
34	José Nunes Filho (Zé da Cazuzza)	Monteiro	1929
35	José Patrício Ferreira de Siqueira Patriota	Monteiro	-
36	José Reginaldo da Silva (Zequinha)	Monteiro	1948-?
37	José Ricardo de Souza	Serra Branca	1944-?
38	José Rodrigues de Lima	Livramento	1936-?
39	José Soares de Moura	Livramento	-
40	José Torres	Monteiro	-
41	Josué Félix de Souza	Taperoá	1908-?
42	Josué Ferreira Dias	Prata	1905-?
43	Jurandir Tembório	Prata	-
44	Lino Pedra Azul de Lima	Monteiro	1907-1962
45	Luís Tenório	Monteiro	-
46	Luizinho Batista	Sumé	-
47	Marcilio Patriota	Ouro Velho	-
48	Negrão Maciel	Sumé	-
49	Negrinho da Viola	Camalaú	-
50	Roberto Monteiro	São João do Cariri	1919-?
51	Odilon Joaquim de Melo (Calumbri)	Monteiro	1922-?

52	Olívio Livramento	Livramento	-
53	Severino Lourenço da Silva (Pinto do Monteiro)	Monteiro	1896-?
54	Teresinha Tiète	São João do Cariri	-
55	Valdir Rodrigues Teles (Valdir Teles)	Livramento	1955-?
56	Valdir Soares	Sumé	-
57	Viante Amaro de Sousa (Vicente Amaro)	Monteiro	1919-?
58	Xexéu da Paraíba	Monteiro	-
59	Zé Albino	Monteiro	-
60	Zé Pinheiro	Sumé	-
61	Zé Vitoriano	Amparo	-
62	Zito Nunes de Siqueira	Monteiro	1945-?

FONTES: Amâncio, 2013; Batista, 2006; Nunes, 2014.

Assim, cansados de tantas explorações e de terem que suportar tudo calado, o cantador de viola começou a se fazer como um sujeito crítico da sociedade, denunciando as práticas de exploração no mundo camponês, as formas de trabalho causticantes, as violências ocorridas, entre tantas outras situações, sempre fazendo uso de um local e de uma plateia bem específica. Segundo Batista (2010, p. 166):

Um espaço de interação social que possibilitou o exercício de um discurso contestatório utilizado pelos camponeses foram os encontros promovidos para a exibição dos poetas “repentistas” ou “violeiros”, que em forma de versos cantavam temas sugeridos pela plateia, evento este denominada “cantoria”.

As cantorias, que aconteciam de forma frequente, também eram uma forma de relaxamento, de descanso e de diversão, era um momento de confraternização e de socialização no âmbito rural, geralmente sua plateia eram trabalhadores da própria fazenda e de fazendas vizinhas.

Diferentemente da Literatura de Cordel⁵⁰ que é impressa, o repente de viola por ser uma oralidade cantada permite que o poeta tenha um controle sobre a sua crítica social, pois o local e a plateia específicos favorecem a isso. Enquanto o cordel é comercializado em feiras e destinado a todo público, o cantador de viola conhece muito bem a plateia presente em suas apresentações de modo que em sua retórica só utiliza palavras que agradem o público presente, criando, assim, uma forma de defesa contra qualquer tipo de represália que possa surgir por pessoas contrárias às suas ideias, já que é a própria plateia quem indica o tema a ser cantado.

⁵⁰ A literatura de cordel, também conhecida no Brasil como folheto, é um gênero literário popular escrito frequentemente na forma rimada, originado em relatos orais e depois impresso em folhetos. Remonta ao século XVI, quando o Renascimento popularizou a impressão de relatos orais na Europa, e mantém-se uma forma literária popular no Brasil. O nome tem origem na forma como tradicionalmente os folhetos eram expostos em feiras livres para venda, pendurados em cordas, cordéis ou barbantes.

Batista (2010, p. 167) nos traz a seguinte afirmação:

No que diz respeito à expressão poética dos repentistas, a elaboração do discurso se dava de modo diferente, pois estes eram convidados a cantarem em uma determinada residência e para uma plateia que estava a vista, sabendo estes, pelo perfil dos presentes o que era possível dizer ou não.

O fato de esses poetas terem em vista sua plateia fazia com que eles pudessem expressar sua visão de mundo de modo a saberem as críticas a serem feitas naqueles momentos e sempre buscando agradar seus espectadores, uma vez que o seu pagamento dependia de seu público presente que, uma vez satisfeito com os versos, depositava em uma bandeja ou em um chapéu uma determinada quantia em dinheiro. Quase nunca esses versos eram publicados, os poucos que estão disponíveis são aqueles que ficavam decorados por alguém da plateia, o que dava mais segurança ao cantador de glosar os temas sugeridos.

Esses eventos sempre eram organizados com antecedência, suas divulgações eram feitas em feiras em formas de convites orais feitos a amigos; o organizador da cantoria, ou seja, o dono do local onde o evento acontecia, tinha a liberdade de convidar qualquer pessoa, entre amigos, familiares etc.

Para Viveiros (2009, p. 34) “O violeiro é o representante máximo do repente”. Segundo o mesmo, os repentistas violeiros são a “elite do improviso” graças a sua inteligência e desenvoltura a glosar sobre vários temas. Ainda falando sobre o repente, Viveiros (IDEM) afirma que os cantadores de viola (repentista):

[...] deram uma nova dimensão a temática inclinando-a no sentido do social para chamar atenção dos governantes para os desníveis sociais, sobretudo para as distorções formadoras de privilégios e bolsões de miseráveis.

Vemos que o repentista ganhou destaque no mundo crítico, de forma a chamar a atenção dos governantes de plantão para as desigualdades sociais, além de apontar suas atitudes em só privilegiar as classes dominantes e excluir os trabalhadores. Desse modo, observamos a figura do violeiro indo contra as classes dominantes, provocando esses exploradores. José Alberto Batista da Silva, poeta sumeense, descreve da seguinte forma a profissão de cantador de viola:

Denuncia a máfia que nos pisa
Canta em nome dos necessitados

Num país de tantos explorados
 Uma vez com esta se precisa
 Em prol do sertão veste a camisa
 Com seu pinho descreve sua dor
 O seu jeito, seus modos, sua cor
 Seu sorriso, sua felicidade
 Competência, coragem e qualidade
 É difícil faltar no cantador. (BATISTA, 2006, p. 136).

Ainda navegando sobre essa profissão, os poetas repentistas Hipólito Moura e Raimundo Caetano⁵¹ descrevem de forma explícita as suas práticas utilizadas nas cantorias e os temas abordados contra a opressão sofrida pelos menos favorecidos. Vejamos os versos deles:

Eu uso as minhas estrofes
 Pra passar informações
 Para discutir política
 Guerras e religiões
 Aproximar as pessoas
 Interligar as nações

Eu uso as minhas canções
 Tiradas da providencia
 Pra se a favor da paz
 E acabar com a violência
 E tirar as vendas dos olhos
 Dos cegos sem consciência

Uso a minha resistência
 Para atender em pedidos
 Pra lamentar contra a crise
 Dos menos favorecidos
 Crimes que são praticados
 Erros que são cometidos

Eu uso a arte pesada
 De uma maneira analítica
 As vezes como uma arte
 As vezes como uma crítica
 Além de não da justiça
 Aos descasos de política

Eu uso essa arte crítica
 Sem sonho e sem devaneio
 Pra secar minha cabeça
 E pra ver o clube cheio
 E também fazer protesto
 Sem vandalismo no meio

Pra falar das inflações

⁵¹ Hipólito Moura é natural do Piauí e Raimundo Caetano da Paraíba (Cuité).

E dos mendigos da sarjeta
 Da camada de ozônio
 Do raio ultravioleta
 Da preservação do homem
 Da salvação do planeta

Pra cantar serra e jardim
 Para falar do pré-sal
 Dos negócios das igrejas
 Na nudez do carnaval
 E dos abandonos das vítimas
 Na exclusão social

Falo em buraco de estrada
 E em desvio de merenda
 Falo da falta de emprego
 E das concentrações de renda
 Nos golpes por internet
 Nas mortes por encomenda

Eu vou de rua a fazenda
 Cantando de mundo a fora
 Decorro algumas canções
 Um verso faço na hora
 Eu sou igualmente as nuvens
 Que estão lá fora agora
 A gente canta a tapera
 E a sala de reboco
 O sabiá do sertão
 Canta o caboré de oco
 Não tem assunto difícil

Que a gente não sabe um pouco. Fonte:
https://www.youtube.com/watch?v=41IEfukH2_o

No verso citado, notamos que a visão de mundo dos cantadores expressa que eles são conhecedores da exploração existente na sociedade e que, ao mesmo tempo, usam a sua arte para denunciá-la. São versos, portanto, que expressam uma arte de resistência.

É importante destacar que, apesar de se tratar de um *discurso oculto*, esses artistas também terminaram por chamar a atenção das classes dominantes, causando-lhes certo desconforto e dessabores destes com os poetas repentistas. Sendo assim, muitos donos de terras passaram a não ver com bons olhos a cantoria, pois, de acordo com Batista (2010, p. 173), “A própria elite não tinha certeza, suspeitava que nos espaços onde se realizavam essas cantorias, se faziam críticas a elite, e alguns poetas como Pinto do Monteiro, era conhecido por não prestar deferência a elite local.”

De acordo com as fontes consultadas, Severino Lourenço da Silva Pinto, conhecido no mundo da cantoria como Pinto do Monteiro, considerado um dos maiores repentistas, nunca

agradou as classes dominantes, sempre estava discordando das atitudes tomadas por elas, era um sujeito crítico. Antes de ser cantador de repente, Pinto do Monteiro foi vaqueiro na fazenda do Feijão do Coronel Sizenando no município de Sumé-PB, conforme já destacado no segundo capítulo desse trabalho. Ali começou a exercer a profissão de vaqueiro aos 15 anos de idade, passando a viver a semifeudalidade camponesa imposta pelo latifúndio por alguns anos, motivo pelo qual passou a ser contrário às ideias do seu patrão. Em uma entrevista do ano de 1975, aos jornalistas Orlando Tejo e Urbano Lima, Pinto falou sobre a sua saída da fazenda Feijão:

Pinto, quando começou esse negocio de cantoria?

- Eu era vaqueiro na Fazenda do Feijão, no município de Monteiro, do Coronel Sizenando Rafael de Deus. Ele era inimigo de cantoria.

- Um dia eu disse que ia ouvir Antônio Marinho com Manoel Clementino Leite.

Ele disse:

- Você não vai.

- Vou!

Ficou calado, passou-se... Quando foi de tarde...

- Ô fulano, tem uma novilha minha com bicheira lá pros lado da lagoa das Marrecas, da Serra Vermelha, do Bola, por ali... vá pegar.

Eu fui ajeitar o cavalo, aí lembrei...

- Ah! Ele não quer que eu vá pra cantoria!

Aí eu fui, e no outro dia ele estava de cara fechada. Cheguei junto dele e disse:

- Tá aqui suas perneiras e seu gibão... Não quero mais ser vaqueiro.

Nesta entrevista podemos observar duas classes sociais antagônicas em conflitos, podemos ver que o patrão não gostava de cantoria, pois não queria que o seu empregado fosse, e, para ter certeza disso, ele criou toda uma situação para tentar impedir que seu vaqueiro fosse a dita cantoria. Mas, ao perceber a estratégia utilizada pelo latifundiário, o vaqueiro não faz a vontade dele e acabou indo à cantoria, vindo a pedir demissão no dia seguinte devido às atitudes do patrão. Podemos notar um forte indício da forma de resistência que partia do trabalhador que, certamente, já estava cansado de tanta exploração. Em um de seus versos Pinto de Monteiro descreve as práticas exercidas na fazenda da seguinte forma:

Em uma propriedade
Rica de prata e de ouro
Com quinze anos de idade
Eu vesti roupa de couro
Da fazenda do Feijão
Fui mais de uma ocasião
Comprar boi no Piauí
Juntar em diversos cantos
Trazer mil e mil e tantos

Pra meu velho Cariri (MEDEIROS, 2007, p. 69).

Fica evidente, na fala do próprio Pinto, o sistema de dominação existente naquela fazenda, onde o trabalhador só poderia sair da fazenda com a autorização do patrão, sinais evidentes de um comportamento coronelista. Por outro lado, também observamos uma suposta forma de submissão do trabalhador ao patrão ao primeiro se dirigir até o segundo para pedir permissão para ir a determinado lugar, o que demonstra o peso da semifeudalidade ali presente. Ainda podemos ver sinais de que o vaqueiro era ciente de toda a exploração, bem como da resistência camponesa quando, ao descumprir a ordem do fazendeiro, deixando-o chateado, o mesmo se demite, pois entende que poderia conseguir algo melhor do que aquele emprego. Como já dito antes, a semifeudalidade é identificada no desenvolvimento econômico, político e social do Brasil, sendo refletida nas relações de trabalho, político-ideológicas e socioculturais. São expressas na semi-servidão dentro das fazendas, com altas jornadas e precarização da condição humana, em que, o pagamento não supre as necessidades humanas básicas.

Anos depois Pinto de Monteiro se tornou poeta repentista e em seus versos são presentes assuntos que remetam a essas explorações sofridas pelos camponeses na grande propriedade rural (latifúndio). Em uma de suas poesias ele narra os motivos de ter deixado a fazenda Feijão:

Obs: Carta
 No dia trinta de junho
 Eu me ausentei do Feijão
 Deixei como testemunha
 Chapéu, perneira e Gibão
 Não quis trabalhar de graça
 Desta vez assentei praça
 Me incorporei na milícia
 Novo, forte e disposto
 No dia cinco de agosto
 Me alistei na polícia
 No riacho do navio
 Na cidade da Floresta
 Garboso, novo e sadio,
 Depois de ter me alistado
 Pra mim foi uma festa.
 De quepe, sabre e fardado
 Armamento e cartucheira,
 Vou agora enveredar,
 No encalço de Luiz Padre
 E de Sebastião Pereira. (NUNES, 2014, p. 121).

O verso o poeta Pinto do Monteiro aponta detalhes de como era sua vida como vaqueiro, revelando algumas atitudes de explorações quando ele menciona, por exemplo, “não quis trabalhar de graça”, sendo uma referência a pouca remuneração que ele recebia trabalhando horas e horas na fazenda. Esse depoimento revela uma luta de classes presente no seu cotidiano, pois ele servia ao seu patrão em troca de quase nada, apenas para o seu sustento e não morrer de fome. Ele também dá indícios de que, ao sair da fazenda, procurou outros empregos, principalmente na polícia, descrevendo sua fisionomia jovem e saudável, bem como sua alegria em se alistar na polícia, fazendo planos de ir atrás de pessoas relacionadas ao cangaço, a exemplo de Luiz Padre e Sebastião Pereira, sujeitos esses que estavam diretamente ligados a figuras políticas da região⁵².

4.2 A Cantoria e a denúncia do latifúndio

Convivendo com toda a situação de exploração no meio rural, ninguém melhor que esses artistas cantadores para surgirem com essas denúncias sobre a desigualdade existente naquele meio. Conhecedor de todas as relações de produção existentes nas fazendas da região e, principalmente, dos ofícios da vida do vaqueiro, Pinto do Monteiro descreve as atividades do cotidiano desses profissionais da seguinte maneira:

Vaqueiro é pegar touro
 Amansar bezerro e vaca
 Cortar pau, fazer estaca
 E prepara bebedouro
 Comer queijo e beber soro
 Curtir couro e fazer sola
 Fazer freio e rabichola
 Tirar leite e capar bode
 Quem é vaqueiro não pode
 Ser tocador de viola. (MEDEIROS, 2007, p. 66)

A figura do vaqueiro assumia um papel de um “faz de tudo” na fazenda, pois era de sua responsabilidade zelar por todas as questões relacionadas à sua infraestrutura, desde o ajeitar de uma cerca até toda a parte de cuidados com o gado. Ou seja, era um personagem importante na história da economia regional, nas lutas de classes, nas questões culturais etc. Esse camponês

⁵² Ambos eram cangaceiros pernambucanos. Luiz Pereira da Silva Jacobina, mais conhecido como Luiz Padre, nasceu no ano de 1891, em Belmonte-PE. Sebastião Pereira e Silva (20/01/1896-21/08/1979), mais conhecido como Sinhô Pereira, era natural de Serra Talhada-PE

sempre esteve sujeito aos mandados do patrão, pois necessitava do espaço da fazenda para retirar o seu sustento e o de sua família. Todavia, quando o patrão se ausentava da fazenda, era o vaqueiro o responsável pelo latifúndio, sendo, portanto, o homem de sua confiança. Notamos, desse modo, que as relações de produção do latifúndio para com esse trabalhador variavam de hora em hora. Euclides da Cunha descreve a figura do vaqueiro como segue:

O vaqueiro, (...), criou-se em condições opostas, em uma intermitência, raro perturbada, de horas felizes e horas cruéis, de abundância e misérias - tendo sobre a cabeça, como ameaça perene, o sol, arrastando de envolta, no volver das estações, períodos sucessivos de devastações e desgraças. (CUNHA, 2003, S/P)

De acordo com esse autor, as relações de trabalho sempre tiveram seus “altos e baixos”. Por exemplo, como dito no primeiro capítulo, o “pagamento” feito aos vaqueiros era chamado de “a sorte”, a cada quatro animais nascidos na fazenda (geralmente, os machos), o vaqueiro tinha direito a um a ser entregue no final do ano. Caso precisasse de dinheiro antes da entrega da cria, ele até podia solicitar ao patrão, mas teria que pagar a dívida com um ou mais animais. Na prática, o vaqueiro poderia até ficar sem bezerro e sem dinheiro. Pinto de Monteiro ainda nos dá pistas sobre essas relações de trabalho que envolvia patrão e vaqueiro nos seus altos e baixos,

Amarra vaca e novilha
 Ir samba e vaquejada
 Dançar marcando quadrilha
 Cochilar com namorada
 Botar cavalo em mourão
 Topara touro de ferrão
 Tirar peixe do jequí
 Lama em fundo de poço
 Eu fiz tudo quando moço
 No meu velho Cariri. (MEDEIROS, 2007, p. 69).

Como podemos ver, além do trabalho pesado, ele descreve outros momentos em que ele dedicava ao seu lazer quando em sua juventude andava por fazendas na região do Cariri paraibano, sendo durante esses momentos de diversão no meio dos camponeses em que começaram a surgir as denúncias das explorações as quais eles sofriam, pois eram momentos onde vários trabalhadores se reuniam, longe das vistas dos patrões, ficando livres para dialogarem a vontade para desenvolverem o seu *discurso oculto*.

Não foi somente Pinto do Monteiro que em suas poesias apresentava o retrato cruel do coronelismo, muitos outros poetas que conviveram neste meio também fizeram sua descrição, a exemplo de Benoni Conrado⁵³ que também sofreu com esse sistema autoritário dos coronéis. Disse ele no verso que segue:

Trabalhei no sertão roçando mato
Muitas vezes passei sem refeição,
Obrigado a sofrer reclamação
Dum feitor puxa-saco e chato.
E, além do salário ser barato,
Inda era meu pai que recebia;
Não restava pra mim uma quantia
Que comprasse um cigarro pra fumar
A mais feia mulher do meu lugar
Não me olhava nem se quer pra dar bom dia. (AMÂNCIO, 2013, p. 190).

Nos detalhes dados por Benoni na estrofe exposta, identificamos, mais uma vez, a visão que os camponeses tinham diante da exploração sofrida em seu trabalho, informando que muitas vezes trabalhou sem refeição e, mesmo assim, tendo que dar conta do serviço. Diz também que o baixo salário que recebia dava apenas para as necessidades mais urgentes, um salário que não condizia com o trabalho prestado. Portanto, trata-se de um depoimento que expressa a semifeudalidade vivida pelos camponeses nos latifúndios em que trabalhava. O poeta Valdir Teles⁵⁴ também retrata do assunto da seguinte maneira:

Trabalha de morador
Na fazenda do patrão
Dando ao dono a produção
Enfrenta chuva e calor.
Só volta ao sol se pôr,
Não vai a divertimento;
Vê gado a todo o momento
Tira leite e não tem gado
O pão do pobre é molhado
Com lágrimas de sofrimento.

Com uma enxada jacaré
Na sua roça trabalha,
Usando o chapéu de palha
E uma bota em cada pé.

⁵³ Poeta cearense falecido em 11 de agosto de 2014.

⁵⁴ O poeta repentista Valdir Rodrigues Teles nasceu em Livramento, PB, Cariri paraibano, em 18 de julho de 1955, mas foi levado ainda recém-nascido para São José do Egito, Sertão do Pajeú pernambucano, onde recebeu forte influência da cultura local e teve o primeiro contato com a cantoria de viola.

O rico come filé,
 Lá no seu apartamento
 E o pobre por alimento
 Teve fava ou feijão furado,
 O pão do pobre é molhado
 Com lágrimas de sofrimento. (AMÂNCIO, 2013, p. 405).

A poesia citada denuncia as péssimas condições de trabalho vividas pelo povo camponês no latifúndio, no caso específico aquele que era “morador” (também ser conhecidos como agregados, rendeiros, posseiros, quase servos da gleba), que, conforme descrito no primeiro capítulo, era aquele com pouca terra ou sem-terra que passava a se submeter a viver nessa condição nas terras do fazendeiro. Diz a poesia sobre as péssimas condições de trabalho (longa jornada de trabalho na chuva e no sol), a apropriação da produção pelo fazendeiro, a péssima alimentação que consumia, revelando a forma de trabalho camponês na região do Nordeste marcada pelo latifúndio, o que nos mostra que essa conduta exploratória não se deu de forma isolada e sim foi algo muito comum na vida dos trabalhadores pobres do campo.

Essas *relações de produção* entre camponeses e latifundiários sempre foram marcadas por uma desigualdade gigante e permanecem vivas até nos dias atuais. Em cantoria realizada em 20 de junho de 2019, no “Recanto do Repente” (Sumé-PB), os poetas Evaldo Filho⁵⁵ e Ivanildo Vila Nova⁵⁶, ao glosaram em cima do mote “o latifúndio está presente na sina do nordestino”, trouxeram pistas dessa nossa afirmação. Vejamos:

O nordestino é preparado
 Mesmo sem ter alegria
 Sofre a todos os dias
 Não é bem remunerado
 No cabo de um machado
 Engrossa seu coró fino
 Sofrendo desde menino
 Pra o patrão ruim e valente
 O latifúndio está presente
 Na sina do nordestino

Várias famílias matutas
 Antigas e primitivas
 As terras improdutivas

⁵⁵ Cleyson Silva ou Evaldo Filho, como é mais conhecido, é poeta repentista nasceu em Sumé, PB, em 20 de dezembro de 1997, e forma dupla com o seu pai, Evaldo Severino, que também é repentista. Faz parte da nova geração do repente.

⁵⁶ Ivanildo Vila Nova nasceu em Caruaru, em 13 de outubro de 1945, sendo que passou a morar em Campina Grande, PB, considerada a capital dos repentistas e cantadores. Profissional da cantoria desde 1963, Ivanildo tornou-se um dos mais renomados repentistas brasileiros.

São chamadas devolutas
 O Cartório faz minuta
 De algum registro latino
 O fazendeiro assassino
 Tem capataz e gerente
 O latifúndio está presente
 Na sina do nordestino

A minha voz hoje é boa
 Para falar tudo isso
 Nordestino no serviço
 Não leva uma vida boa
 Quem possui terras tão boas
 Não doa um chão pequenino
 E com gesto de assassino
 Zomba da cara da gente
 O latifúndio está presente
 Na sina do nordestino

A grilagem é que segura
 Os aceiros e roçados
 Que são quilômetros quadrados
 De uma só criatura
 Quem dorme na noite escura
 Trabalha no sol atino
 Alguém corta seu destino
 Planta não colhe a semente
 O latifúndio está presente
 Na sina do nordestino

Vemos que todas as estrofes denunciam a condição histórica da semifeudalidade que o latifúndio impõe sobre o povo camponês nordestino, condição essa marcada, por exemplo, pelo trabalho pesado, pela remuneração baixa, pela grilagem e pela força policial (capataz e gerente).

Ainda sobre o poder do latifúndio sobre o camponês, Nunes Filho (2001, p. 74) descreve a poesia do repentista João Batista Siqueira⁵⁷ que revela a sua percepção e a dos camponeses de um modo geral sobre a prática muito frequente dos grandes proprietários de terras se apropriarem dos sítios dos camponeses, conforme segue:

Se o pobre tem um terreno
 Verdadeiramente seu
 O patrão diz eu condeno
 O terreno é todo meu
 Eu herdei de meus avós
 Planta, cerca de avelós
 Começa logo a invadir

⁵⁷ João Batista Siqueira foi um camponês que viveu entre 1912 e 1982, no sítio Queimadas, no município de São José do Egito-PE.

Depois da terra cercada
 O pobre fica sem nada
 O melhor jeito é sair.

O verso acima revela a impressão que o referido repentista tinha sobre a prática da grilagem de terras⁵⁸ tão presente na história brasileira e, particularmente, no Cariri paraibano, conforme analisado no segundo capítulo. Frente à essa ação do latifundiário, os camponeses agiam tanto por meio do campo da violência física (assassinato dos grileiros) como através da resistência no campo simbólico (*discurso oculto*) nos momentos em que se realizavam as cantorias.

4.3 A Cantoria e a denúncia do Estado

A cantoria teve um papel importante quando o assunto era denunciar as práticas de injustiças cometidas pelo Estado contra o povo camponês, sejam elas por negligência dos governantes, da justiça, da polícia entre tantos outros, ou seja, também foi através do verso e da batida de viola que o poeta repentista expôs toda sua insatisfação contra esse tipo de práticas exercidas pelo Estado⁵⁹.

Seguindo esse viés, em uma cantoria ocorrida na cidade de Sumé, em data não mencionada, que contou com a participação dos grandes repentistas João Furiba⁶⁰ e Pinto do Monteiro, em que se pôs em disputa uma histórica rivalidade entre os municípios vizinhos de Sumé e Monteiro do Cariri paraibano, surgiram versos denunciando as forças políticas regionais. Furiba, poeta naturalizado sumeense, fez verso elogiando o seu município, enquanto Pinto, sabendo das dificuldades pelas quais aquele município passava, revidou dizendo:

A vitamina daqui
 É farinha e rapadura
 A água é pouca e salgada

⁵⁸ Grilagem de terras é a falsificação de documentos para, ilegalmente, tomar posse de terras devolutas ou de terceiros. O agente de tal atividade é chamado grileiro. O termo "grilagem" provém de uma causa usada para o efeito de envelhecimento forçado de papéis, que consiste em colocar escrituras falsas dentro de uma caixa com grilos, de modo a deixar os documentos amarelados (devido aos excrementos dos insetos) e roídos, dando-lhes uma aparência antiga.

⁵⁹ Ao longo de nosso texto tratamos conceitualmente o Estado a partir da compreensão marxista, segundo a qual "(...) o poder político do Estado representativo moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa". Para Marx, o Estado é um aparelho, cuja principal função é a de tentar impedir que o antagonismo de classe degenerem em lutas. Entretanto, este mesmo Estado não se atém apenas a mediar os interesses das classes opostas e acaba por contribuir e reforçar a manutenção do domínio da classe dominante sobre a classe dominada. Cf. Marx, 1993.

⁶⁰ João Batista Bernardo (04/07/1931- 31/01/2019), popularmente conhecido por João Furiba, nasceu em Taquaritinga do Norte, PE, mas viveu boa parte da vida em Sumé-PB, no Cariri Paraibano. Faleceu em 31 de janeiro de 2019.

A cidade está escura
 Isso acontece a quem bota
 Maluco na prefeitura. (FURIBA, 2005, p. 44).

Em outra ocasião, Furiba retrucou Pinto dizendo que o mesmo nunca conseguiu se sustentar financeiramente em Monteiro, revelando dessa vez ele sobre a situação econômica daquele município. Declamou Furiba o seguinte verso:

Pinto nasceu em Monteiro
 De anos tem quase cem,
 Nasceu pobre está de esmola
 Nunca juntou um vintém
 É uma prova que Monteiro
 Não ajuda o filho que tem. (AMÂNCIO, 2013, p. 57).

Os versos de ambos revelam o descontentamento com a política local, Furiba ironiza o fato de uma cidade (Sumé) viver em situação precária graças ao prefeito, enquanto Pinto critica a falta de oportunidade de emprego encontrada em outra (Monteiro). Apesar de os dois poetas estarem recitando versos no campo da disputa em que a rivalidade entre os dois municípios estava em pauta, entendemos que eles trazem indícios das dificuldades não só dos mesmos viverem naquela região, mas do povo pobre que sempre esteve buscando outros lugares melhores para obterem sua renda, já que naqueles municípios as condições de sobrevivência para eles eram poucas.

Diante de promessas políticas não cumpridas, Furiba, já cansado com toda essa situação, fez o seguinte verso em uma cantoria em Mossoró - RN:

Lá em casa chegou um candidato
 Me falou com a cara muito lisa
 Prometeu uma calça e a camisa
 Palitô, a gravata e o sapato
 Na parede pegou o seu retrato
 Eu falei: - Meu voto é do senhor
 Prometeu o pirão pro corredor
 Não deu a farinha do pirão
 O político depois da eleição
 Nega tudo que disse ao agricultor. (FURIBA, 2005, S/P).

O poeta repentista Chico Lopes, cantando na “Rádio Cidade de Sumé”, fez uma crítica ao saber que o governador da Paraíba Cássio Cunha Lima⁶¹ se encontrava em Campina Grande se

⁶¹ Cássio Cunha Lima foi governador da Paraíba por duas vezes entre 2003 e 2009.

divertindo em um Carnaval fora de época, enquanto o povo do Cariri paraibano passava por muitas dificuldades. Indignado com a postura de tal autoridade política, ele retrucou o seguinte verso:

O nosso governador
Chega em Campina Grande
Fica entretido por lá
Com uma tal de Micarande
E o povo do Cariri
Morra de fome e debande (BATISTA, 2006, p. 66).

Em certa ocasião, João Paraibano⁶² cantou com Nonato Costa⁶³ em Campina Grande, onde ao adentrar ao tema da política brasileira o mesmo fez a seguinte denúncia do governo vigente no país daquele período:

O Nordeste de fome fez um teste
Denudando caatinga e céu azul,
Quando 30 milhões recebe o Sul,
Tem mais 30 ou 40 o Centro-Oeste.
Mas ajuda pra vítimas do Nordeste
Nunca vem de quem tá na presidência,
A não ser uma “frente de emergência”
Pra direita ganhar uma eleição,
O Nordeste reclama com razão
Da pobreza e da falta de assistência. (AMÂNCIO, 2013, p. 440).

Tratou-se de uma denúncia feita pelo poeta sobre os problemas relacionados à questão do desenvolvimento econômico e social do Nordeste, mostrando que as políticas implementadas pelo Governo federal na Região (Frentes de Emergência⁶⁴) não foram eficazes ao tentar reduzir a distância, em termos econômicos, que separa o Nordeste do resto do país.⁶⁵ Tratou-se de uma denúncia da chamada “Indústria da seca”⁶⁶ que era acionada nos períodos de estiagens no Nordeste

⁶² João Pereira da Luz (1952-2014), mais conhecido como João Paraibano, foi um poeta e repentista nascido em Princesa Izabel-PB, que viveu muitos anos em Afogados da Ingazeira no sertão Pernambucano.

⁶³ Raimundo Nonato da Costa nasceu no dia 12 de novembro de 1969, em Santana do Acaraú, no sertão do Ceará.

⁶⁴ As Frentes de Emergência contra as secas foram instituídas pelo Governo Federal, em 1979, tendo em vista propiciar uma ocupação permanente à mão-de-obra liberada pela agricultura, em consequência direta da prolongada estiagem. As *frentes de emergência* consistiam na realização de obras de pequenos e médios portes em grandes propriedades.

⁶⁵ Sobre a questão regional, ver: Oliveira (1977) procurou demonstrar que o planejamento do Nordeste do Brasil visava assegurar a reprodução do capital da região centro-sul e não resolver os problemas da pobreza nordestina; e Furtado (1989) relatou as dificuldades políticas de natureza ideológica ocorridas durante a implantação da SUDENE.

⁶⁶ Indústria da Seca é um termo utilizado para designar a estratégia de alguns políticos que aproveitam a tragédia da seca na região Nordeste do Brasil para ganho próprio.

com vistas a garantir verbas federais para as das classes dominantes e votos para os candidatos que os representavam.

Já os poetas repentistas Rogério Meneses⁶⁷ e Raimundo Caetano⁶⁸ denunciaram as práticas de injustiças do Estado brasileiro nos seguintes versos:

A maldita reforma engavetada
Um governo covarde e todo omissos
Nosso povo quer terra e só por isso
Nossa gente está sendo massacrada
A bandeira da pátria ensanguentada
Com o sangue dos pobres foi tingida
Por caprichos de um chefe genocida
Que só da cobertura a rei do gado
Nosso povo está sendo massacrado
Na porteira da terra prometida

Tantos líderes marcados para morrer
Por que tem com o povo um compromisso
Não existe uma lei que evite isso
E esse quadro só vai se reverter
Quando houver homem sério no poder
Quando a máfia do voto for punida
Quando a gangue do campo for detida
E o Brasil for de fato governado
Nosso povo está sendo massacrado
Na porteira da terra prometida

Pra provar que é sem leis esse país
E que a justiça é um bolo de mentira
Vejo a morte do líder Genio Lira
Que prender os culpados ninguém quis
Padre Josimo Moraes de Imperatriz
E a doméstica Cibelia Aparecida
Chico Mendes, nativa e Margarida
Sem contar dezenove em El Dourado
Nosso povo está sendo massacrado
Na porteira da terra prometida

A grilagem ampliou o seu espaço
Sobra terras para os donos da maconha
Falta terras pros homens de vergonha
Por que nosso país é um fracasso
O governo trajado de palhaço
A justiça trajada de bandida
A vergonha dos chefes foi vendida
O direito do povo foi roubado
Nosso povo está sendo massacrado

⁶⁷ Rogério Meneses Sobrinho nasceu em 25 de junho de 1962, em Imaculada-PB, porém é radicado em Caruaru-PE.

⁶⁸ Raimundo Caetano, natural de Cuité-PB, nasceu em 1959, em sua família de nove cantadores entre seus irmãos e seu pai.

Na porteira da terra prometida

O governo não faz assentamento
 O povo promove ocupação
 Uma enxada batida em cada mão
 É o símbolo do nosso movimento
 Hoje o campo é cenário violento
 Onde a guerra está sendo decidida
 Muita gente pagando com a vida
 Nosso povo está sendo massacrado
 Na porteira da terra prometida

Na defesa da terra improdutiva
 Os grileiros contratam a jagunçada
 E os que vivem no cabo da enxada
 Não conseguem plantar uma maniva
 A polícia altamente repressiva
 Com a gangue da morte é confundida
 Pra fazer atentado contra a vida
 Só precisa de um gesto do Estado
 Nosso povo está sendo massacrado
 Na porteira da terra prometida

Se a justiça da pátria está além
 Garantindo aos barões impunidade
 Pra quem mata posseiro não tem grade
 Pra quem manda matar também não tem
 Mas o dia do povo ainda vem
 Quando a terra será distribuída
 Essa guerra haverá de ser vencida
 Pelo povo passivo e desarmado. (Fonte:
<https://www.youtube.com/watch?v=NyjAoZx9SJg>)

Esses dois poetas fazem uma forte denúncia ao Estado opressor, dirigindo uma grande crítica aos sistemas impostos pelo governo e de como suas leis funcionam sempre favorecendo a classe dominante e deixando os povos pobres de lado.

Evaldo Filho, repentista sumeense, na ocasião do período eleitoral do segundo turno para as eleições presidenciais de 2018 (Bolsonaro – PSL x Haddad – PT), produziu um verso revelando as suas impressões sobre a crescente adesão popular ao primeiro candidato que se dizia declaradamente saudosista do período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985). O poeta retratou aquele momento da seguinte forma:

Quem não se lembra do exército castigando
 Esquerdistas por serem democráticos
 Hoje vejo milhares de fanáticos
 Que defendem um louco no comando
 Teve várias pessoas se ilutando

Derramando o seu sangue pela gente
 Como posso voltar de um presente
 A um passado que dói só de lembrar
 Ou o povo aprende a votar
 Ou vem muita desgraça daqui pra frente.

O repentista falou da política brasileira daquela ocasião comparando-a com o período da Ditadura Militar, um tempo da nossa história recente que deixou marcas não resolvidas para a nossa sociedade, procurando entender o fenômeno de os eleitores se encontrarem cada vez mais aderindo ao projeto apresentado pelo candidato do PSL.

Fica evidente o quanto esses poetas compreendiam as formas de dominação que se impunham sobre eles, de modo que, não podemos negar sua forma de resistência por meio do campo simbólico (*discurso oculto*), uma vez que eles não tinham as condições necessárias para agirem no campo da violência física, pois a justiça e a polícia estavam do lado dos grandes latifundiários. Fato esse que não passou despercebido e também se tornou tema das cantorias, pois os poetas cantadores também sofriam com a repressão judicial e policial, já que, muitas vezes, eles eram a voz dos povos trabalhadores descontentes com seus representantes políticos. Pinto de Monteiro, ao falar da figura do soldado, a abordou da seguinte maneira:

O bandido e o soldado
 Um com outro é parecido
 Tenho raiva do soldado,
 Como tenho do bandido,
 Um tiro dado em soldado
 Só perde se for perdido.

Observa-se, assim, que o poeta compara o soldado com o bandido em suas formas de agir que não lhe agradam, um descontentamento com as forças policiais que, talvez, fosse uma forma de criticar a violência policial existente em sua época para com o povo pobre trabalhador. Também vemos a figura do soldado sendo retratado nos versos de poeta de pernambucano Quincas Rafael⁶⁹:

Soldado que anda fardado
 De ninguém ele é amigo,
 Torna-se seu inimigo,
 Se lhe ver desmantelado.
 Essa palavra soldado
 Já é falsificação.

⁶⁹ Quincas Rafael (1921-1999) foi um poeta natural de Afogados da Ingazeira-PE.

Na hora da precisão.
 Só se torar na emenda.
 Soldado e porta de venda
 Só presta no empurrão. (VIEIRA, 2012, p. 269)

Mais uma vez na poética o soldado aparece como um ser rival, como um ser prepotente e superior aos demais, isso, talvez, pelo o mesmo ser visto como uma forma de violência, de opressão. Ao analisarmos as duas estrofes, podemos destacar um comportamento não muito harmonioso entre os camponeses e a polícia. Ambos os versos mostram a resistência contra o poder policial que muitas vezes não agia em favor do povo.

O poeta sumeense Luizinho Batista também relata algumas situações do comportamento da força policial com a comunidade nos seguinte verso:

Numa cama de papel
 O menor abandonado
 Sonha com Papai Noel
 Se acorda ver um soldado
 Que o afronta e o tortura
 Essa pobre criatura
 Tratada como um rival
 pela coletividade
 A própria sociedade
 O transforma em marginal (BATISTA, 2006, p. 36).

Notamos, mais uma vez, as ações discriminatórias da polícia com os menos favorecidos, além de o poeta trazer a questão do preconceito social existente em nossa comunidade, ressaltando, ainda mais, as desigualdades presentes no dia a dia do trabalhador.

Dessa forma, podemos observar a cantoria como uma reveladora de um espaço social repleto de explorações e injustiças, sendo responsável pela criação de um ambiente onde as opiniões e críticas surgiam, pois, apesar de serem autores de versos de resistência, só cantavam o que o povo pedia e queria ouvir, de forma que não eram apenas seus pensamentos que estavam sendo exposto mais sim de todo um povo.

Em todas as estrofes citadas neste capítulo até o momento é evidente práticas tomadas pela classe dominante latifundiária para o domínio dos camponeses, o conflito é claro, principalmente entre esses cantadores e fazendeiros e, por isso, muitos destes abominavam as cantorias. Sobrinho (2003, p. 20 Apud BATISTA, 2010, p. 17), ao comentar essa relação, afirma o seguinte: “Os cantadores do passado andavam a pé, cantavam em alpendres de fazendas, passavam fome e ainda

eram mal vistos pelos ranços e preconceitos da burguesia dominante [...], no passado se um homem da sociedade prestasse atenção a um cantador caía de conceito”. O poeta mostra que a classe dominante estava ciente do que acontecia nas cantorias e, assim, como eles faziam usos desta arte para manterem sua renda, os cantadores de violas sabidamente começam a fazer uso de uma nova prática: o “elogio”.

Como dito, muitos poetas cantadores retiravam suas rendas destas cantorias e, portanto, eles cantavam somente o que o seu público queria ouvir. Sendo assim, a cantoria adaptou-se enquanto foco de resistência, de modo que muitos poetas faziam versos não só criticando a classe dominante local, vendo a necessidade de a agradarem também, já que era nela que se concentrava o dinheiro. Desse modo, os poetas foram inteligentes e passaram a usar do elogio à classe dominante para que, assim, pudessem muitas vezes retirar dela um pagamento necessário a garantirem o seu sustento.

4.4 A Cantoria de elogio ao latifúndio

Como já se foi mencionado, o repentista conhece bem para quem canta e com isso ele pode agradar os mais variados públicos possíveis. Apesar de serem pessoas altamente críticas às atitudes de explorações, muitos desses cantadores também usavam a retórica para agradar a elite, usavam de suas espertezas e trejeitos engraçados para ganharem a atenção da classe dominante, falando o que ela queria ouvir, muitas vezes criticando fazendeiros rivais, enaltecendo donos de terras e assim por diante. Segundo Gomes (2012, p.105):

O elogio é uma ferramenta poderosa e muitas vezes eficaz para estimular a autoconfiança. Elogiamos quando admiramos alguém ou quando esse alguém faz ou possui algo que mereça mérito (...). (...) os elogios não são apenas elogios, existem por trás das falas dos cantadores, tanto um discurso que realçará os dotes e as habilidades dos cantadores (...).

Assim, o elogio pode ser compreendido também como uma forma de resistência, que passou a ser usado de forma inteligente para agradar, sobretudo, a classe dominante. Ao mesmo tempo, consideramos que essa foi uma estratégia daqueles poetas repentistas para potencializarem a cantoria de viola, uma vez que, desse modo, eles aumentavam seu público presente às cantorias e mantinham a sua arte viva com o passar do tempo. Podemos ver esses elogios presentes na poesia de vários repentistas. Identificamos, por exemplo, esses sinais nos versos de Pinto do Monteiro ao

fazer referência a figura do Dr. Augusto de Santa Cruz Oliveira⁷⁰, fazendeiro e chefe político em Alagoa do Monteiro.

Lagoa dos Queitetus,
Eu vi muito gado ali,
Todos com ferros de
Doutor Augusto Santa Cruz.
Tinham turinos e Zebus
Toda qualidade havia;
Acabou-se a vacaria
Nem mais zebu, nem turina!
Quem foi Santa Catarina
Quem está sendo em dia! (MEDEIROS, 2005, p. 75).

Podemos ver no verso a exaltação do poeta a uma figura da classe dominante, revelando-o como uma pessoa detentora de terras e de gados, ou seja, tratava-se de um fazendeiro, classe essa que o mesmo poeta criticava ferozmente, como já vimos anteriormente. Talvez, tratou-se de esse poeta procurar uma forma de apadrinhamento junto a esse fazendeiro, pois a exaltação do primeiro ao segundo não parou por aí. Em outra de suas poesias o repentista descreveu a profissão daquele fazendeiro da seguinte forma:

Juiz de quatro comarcas,
Teve no fim essa glória
Serra Talhada, Afogados,
De Limoeiro e Vitória
O seu nome no Brasil
Nunca mais sai da história.

Santa Cruz fez o que quis
De Monteiro a São José,
Patos, Teixeira, Água Branca,
Taperoá, Santo André,
E fez José de Gouvêa
Desocupar São Tomé.

Em Carnáuba e Areal,
Jatobá, Cachorro Morto,
E no riacho da Roça
Riachão, Angico Torto,
Santa Cruz fez muita gente
Ter alegria e conforto (...). (MEDEIROS, 2005, p. 121).

⁷⁰ Augusto de Santa Cruz Oliveira nasceu em 1875 e faleceu em 1944, aos 69 anos de idade. Aos 23 anos, em 1898, já era promotor público em Monteiro. Pertencia a uma família latifundiária e de atuação na política local e estadual.

Não foi apenas Pinto que buscou enaltecer a classe dominante local. Quando da construção do açude público de Sumé pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no final da década de 1950, a fazenda Riachão, que pertencia a Rodolfo Santa Cruz, teve que ser desapropriada o que parece não ter agradado muito ao seu proprietário. Foi nesse contexto que o mesmo pediu para que o poeta Cazuzza Nunes⁷¹ expressasse seus sentimentos em forma de versos, no qual deu o mote a ser glosado “Do Riachão vou sair”. Vejamos:

Para minha habitação
Nesse solo sertanejo
Outro lugar eu não vejo
Que imite o Riachão
Deste sagrado torrão
Tenho que me despedir
Não posso me distrair
Com encantos da cidade
Afogado de saudade
Do Riachão vou sair.

Somente pra me ofender
De encontro a minha atitude
Foi requerido o açude
Pro Riachão eu perder
Fiquei pensando sem ter
Pra onde me dirigir
E procurei reagir
Não encontrei um amigo
Fiquei só, pensei comigo
Do Riachão vou sair. (...). (NUNES FILHO, 2001, p. 63).

Vemos que a classe dominante dialogou com o poeta, que, por sua vez, atendeu ao seu pedido e descreveu a sua angústia e despedida da fazenda Riachão. Mas, sem dúvidas alguma, o poeta não se esqueceu da relação de exploração existente ali naquela fazenda, mas necessitava agradar àquela classe dominante também como uma estratégia de sobrevivência diária. Para tanto, o uso da teatralização entrou em questão, pois, de acordo com Batista (2010, p.176):

O discurso público é aquele que se dá na intenção entre dominantes e os dominados, nestas ocasiões os dominados escondem seus reais interesses e procuram de forma teatralizada convencer os dominantes da suposta diferença que tem por estes, expressando assim, um comportamento conforme as expectativas dos dominantes.

⁷¹ José Nunes de Souza, conhecido por Cazuzza Nunes, nasceu em 16 de maio de 1892 em Água Branca-PB. Faleceu em 12 de maio de 1984.

Vemos, portanto, o uso da oralidade musical sendo feito a favor dos interesses dos cantadores para “iludir” a classe dominante, uma amizade forjada que lhes protegia de possíveis formas de repressão e ainda aumentava a sua renda para sua subsistência, práticas de inteligência que fizeram a arte da cantoria de viola manter-se viva até hoje, mesmo com todo processo de modernização existente.

Identificamos João Furiba fazendo versos de elogios ao fazendeiro João de Albino que foi proprietário da Fazenda Chincho, no município de Sumé-PB. Esses versos foram elaborados pelo repentista na ocasião em que ele foi convidado para visitar àquela fazenda pelo filho daquele latifundiário, então vereador Leônidas Albino Pedrosa (Bomba)⁷². Notemos abaixo:

Quem for na fazenda Chincho
Vê um lindo panorama
Sentindo o cheiro suave
Da água na açudama
Vê-se a graça na represa
Com o traje de princesa
Catando inseto na lama

Lá não tem quem conte a soma
De gado, bode e suíno
Bomba lutando tranquilo
Se parecendo um menino
Naquela mansão de mato
Vê-se a copa do retrato

Do saudoso João Albino.
João Albino deixou
Tristeza saudade e pena
Com sua presença alegre
E com sua cor morena
Quando no seu carro ia
De longe se parecia
O saudoso Ayrton Senna

Eu sempre encontrava ele
Em Sumé segunda-feira
Quando ele me avistava
Soltava uma brincadeira
Dizendo, pra fazer fita:
- Furiba, mulher bonita
Me deixa na roedeira.

⁷² Bomba foi candidato a vereador nos seguintes anos: em 1992, obteve 320 votos (eleito); em 1996, obteve 393 votos (eleito); em 2000, obteve 621 votos (eleito); em 2004, obteve 339 votos (eleito); em 2008, obteve 253 (suplente); em 2012, obteve 379 (eleito); e em 2016, obteve 357 (eleito). Cf. <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>.

Eu dormi 15 minutos
 Na sombra do Juazeiro
 Avistei João de Albino
 Descendo de um nevoeiro
 Falou pra eu escutar:
 - Vim visitar o lugar
 Aonde fui fazendeiro.

E continuou dizendo
 - Eu estou muito feliz.
 Vim olhar meu filho, Bomba.
 Abraçar Zeca e Luis
 Saber se ele ainda quer
 Viver com sua mulher
 Que está no sul do país

Ele disse: - Agora eu vou
 Pra minha sagrada sé
 Só venho em 2012
 Com Jesus de Nazaré
 Para ver meu filho querido
 Sendo prefeito em Sumé

Ai disse: - Eu vou embora
 Para a sagrada mansão
 Deixo um beijo pra Carla
 Pra Catarina e João
 Vou para onde Deus mora
 Só venho em Sumé agora
 No dia da eleição

Ele disse: - Agora eu vou
 Pra minha santa morada
 Se você for algum dia
 Lá na pedra atravessada
 Dê lembranças aos meus vizinhos
 A Bomba e os três filhinhos
 E a minha nora adorada

Aí, me deu um abraço
 E apertou minha mão
 Entrou num carro de fogo
 Que parecia um balão
 Disse: - Eu vou para o paraíso!
 Aí, fez um ar de riso
 Sumiu-se na amplidão. (FURIBA, 2005, S/P).

O poeta faz uma homenagem ao citado vereador exaltando a figura do pai do mesmo, antigo dono da fazenda Chincho, que além desta também era possuidor da fazenda das Pedras, ambas no município de Sumé. O cantador buscou agradar o vereador e atual dono da fazenda Chincho ao relatar em verso seu possível sonho com o fazendeiro já falecido, João de Albino, que a ele teria

revelado a possível candidatura do vereador a prefeito no ano de 2012. Importante lembrar que, como vimos anteriormente, o poeta João Furiba também foi um crítico efervescente da política local, agora se põe no papel de defensor de um latifundiário e político local, fazendo uso do elogio para isso como uma forma de garantir o seu “ganha pão” e a amizade da classe dominante local.

João Furiba também fez versos elogiando o então prefeito do município de Sumé, Francisco da Silva Neto (Dr. Neto)⁷³, um médico que foi eleito naquela condição por cinco vezes, além de conseguir eleger seus sucessores por três vezes no município, mostrando, assim, seu grande poder político. Para esse político o cordelista Furiba recitou:

Dr. Neto na saúde
O plano está acertado
E nesta próxima eleição
Vai ser nosso deputado
Depois vai terminar sendo
Governador do Estado. (FURIBA, 2005, S/P).

Canhotinho, repentista de Taperoá, município do Cariri paraibano, quando da ocasião de uma cantoria na cidade de Teixeira, na qual cantava com Lourival Batista na presença do então governador Oswaldo do Trigueiro⁷⁴, nos dá indício de uma pretendida relação de proteção buscada por ele junto àquele político. O poeta saiu com a seguinte exaltação:

Doutor sua proteção
É coisa que nos convém!
Cantador só passa mal.
Governador passa bem!
De mim pro governador
Grande diferença tem! (COUTINHO FILHO, 1953, p. 27).

Somos da opinião, portanto, de que o elogio foi uma estratégia muito usada pelos cantadores, foi a partir dessa forma de resistência que muitos conseguiram sobreviver, cada um enaltecendo

⁷³ Vejamos os resultados das eleições para prefeito no município de Sumé-PB: em 1982, Genival Paulino de Sousa (PDS) foi eleito com 3.203 votos; em 1988, Neto (PFL) foi eleito com 3.877 votos; em 1992, Genival Paulino de Sousa (PDT) foi eleito com 4.346 votos; em 1996, Neto (PFL) foi eleito com 5.832 votos; em 2000, Neto (PFL/PDT) foi eleito com 5.716 votos; em 2004, Niedja Rodrigues de Siqueira (PP/PMDB/PPS/PFL), esposa de Neto, foi eleita com 4.460 votos; em 2008, Neto (PP/PSB/PMDB/PTdoB) foi eleito com 4.545 votos; em 2012, Neto (PSDC/PP/PMN/PMDB/PSL/PCdoB/PSC/PR) foi eleito com 5.945 votos; e em 2016, EDEN DUARTE (DEM/PTC/PSB/PV/PRP/PEN/PCdoB/PP/PT/PTB/PSL/PSC/PR) foi eleito com 5.133 votos. De acordo com os dados, a hegemonia política de Neto no município se verifica desde os anos 1980. Cf. <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>.

⁷⁴ Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello foi governador da Paraíba entre 1947 e 1950.

quem mais os favorecia. Sendo assim, o insulto e o elogio andavam lado a lado, na voz desses poetas, artistas quem tiveram e têm a habilidade de enaltecer e desqualificar uma pessoa de uma hora para outra, usando, para tanto, de uma grande criatividade.

Como vemos neste tópico, as formas de resistências dos cantadores não se deram apenas em forma de denúncia. Visando suas próprias necessidades, eles também partiam em “defesa” dos exploradores, era uma forma de garantir sua fonte de renda. Conhecedores da sua plateia, eles viam que os fazendeiros e os chefes políticos tinham maiores poderes aquisitivos do que os trabalhadores e, desta forma, eles agradavam a ambos os lados, com a sua poesia, fazendo uso de uma habilidosa retórica.

4.5 A Cantoria de Viola (Repente) vai do campo à cidade: a denúncia de um estado opressor continua presente

A cantoria de viola (repente) nascida no campo, com o passar do tempo, acompanhou o histórico processo do êxodo rural. Em razão do descaso por parte do Estado para com os camponeses com pouca ou sem terra, essa população começou a sair do campo e seguir para as cidades em busca de novas oportunidades de empregos⁷⁵. Podemos identificar esse movimento populacional, nas últimas décadas, no município de Sumé-PB no quadro que segue:

QUADRO IX – POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1980-2010)

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO CAMPONESA
1991	9.915 (64,46%)	5.467 (35,54%)
2000	10.877 (72,74%)	4.158 (27,66%)
2010	12.236 (76,16%)	3.824 (23,81%)

Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sume_pb.

⁷⁵ Em 1970, a população paraibana se encontrava, na sua maioria, no campo. Havia 58% de habitantes no campo e 42% nas cidades. Em 1980, o quadro já havia se invertido (42% rural e 58% urbana). Cf. <http://historiadaparaiba.blogspot.com/2010/01/populacao-da-paraiba.html>. Em levantamento feito pela Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (AESAs), que tratou de apresentar *A Divisão Hidrográfica e Hidrogeológica Associadas às Regiões de Desenvolvimento da Paraíba*, diz que o grau de urbanização da 5ª Região Geo-Administrativa: Monteiro, entre 1980 e 2000, passou de 32,08% para 51,03%. Notamos que 26 dos 29 municípios do Cariri paraibano compõem essa 5ª Região, não fazendo parte dela apenas Assunção, Livramento e Taperoá. Cf. http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2016/11/PE_06.pdf.

Os cantadores, como parte dessa população migrante, ao passarem a residir nas cidades, precisaram se atualizar o seu repertório de acordo com o seu novo modo de vida assentado em uma realidade com outras contradições complementares, muitas vezes, àquelas próprias do mundo rural. De acordo com Amâncio (2013, p.15),

Esse processo de urbanização naturalmente que alterou muito o produto da cantoria e suas raízes. Mexeu com o folclore das violas na sua estética original. Mas, não interferiu na nossa maneira de ver, naquilo que é mais importante, essencial mesmo, no cantor violeiro: o traço da sua genialidade, a arte do improviso, de dominar as atenções pelos malabarismos dos seus versos, pelo humor, pela sátira de suas rimas, pela sua capacidade de inspiração.

Percebemos que, mesmo com a urbanização, a cantoria mantinha seus traços originais no que diz respeito ao improviso, a sátira e a capacidade de inspiração. A estratégia de resistência dessa arte seguia a mesma dinâmica de antes, apenas com o foco de realidade diferente, pois as críticas sociais continuam muito presentes não mais, apenas, tratando dela no mundo rural e sim, também, no que diz respeito aos problemas das cidades, uma vez que essa era a nova realidade em que esses repentistas viviam. As cantorias, que antes aconteciam nas fazendas, agora ganhavam novos espaços, a exemplo de barracas em feiras, bares e até mesmo nas rádios locais⁷⁶. Segundo Sautchuk (2012, p. 228),

O que os poetas chamam de urbanização da cantoria é mais do que a mudança dos cantadores para cidades, **e acontecia há** mais tempo – quem cantava em rádio morava na cidade, por exemplo. Trata-se de uma conquista do público das cidades, de uma inversão ocorrida nos últimos 20 ou 30 anos, em que se passa a cantar mais no meio urbano do que em sítios e em fazendas.

As críticas dos versos cantados nas cantorias começaram a tomar como focos os problemas sociais urbanos, muitos dos quais vividos pelas pessoas vítimas do êxodo rural, que saíram do campo em busca de uma vida melhor na cidade e que encontrava um quadro completamente

⁷⁶ José Rafael de Menezes, natural de Alagoa do Monteiro nos dá pistas dos espaços onde aconteciam essas cantorias ao descrever os seguintes ambientes: “No café de Zé Dondon, no cassino de Zé Maracujá ou no bilhar do velho Chaves; na barbearia vizinha à casa do senhor Luciano na rua da Várzea ou na rua do matadouro e para os lados da rua de Baixo onde moravam Pinteiro e Paulino Paulo, eles se reuniam, entre verdadeiros festivais de violas [...]” (MENEZES, 1997, p.80).

diferente de suas expectativas. Sebastião da Silva⁷⁷, ao descrever a vida do pobre na cidade, se expressa da seguinte forma:

Se ele for da cidade
 Não leva uma vida bela
 É grande a infelicidade.
 Se ele arranja uma amizade.
 E parte pro casamento,
 Quando nasce um rebento
 Já é marginalizado,
 O pão do pobre é molhado
 Com lágrimas de sofrimento. (AMÂNCIO, 2013, p. 405).

No verso acima vemos a descrição feita pelo poeta sobre os povos pobres que moram nas favelas das grandes cidades, comunidades esquecidas pelos poderes públicos governamentais em termos de infraestrutura e, por isso, nas quais eles buscam morar ao se dirigirem para esses centros urbanos por serem de um valor muito mais acessível a sua realidade financeira. O poeta Evaldo Severino, ao falar sobre o tema, também faz sua descrição a respeito dos povos da favela no seguinte verso:

A criança da favela
 Faz seu papel de matuto
 A noite ela se deita
 Debaixo de um viaduto
 Não devia, porém, sofrer
 Igualmente um bicho bruto. (BATISTA, 2006, p. 124).

O poeta retrata as dificuldades do povo pobre na cidade grande. Para tanto, na segunda linha do verso, ele o comparou (a criança da favela) ao camponês (matuto) que sofre com a exploração do latifúndio. Ao dizer “a criança na favela/ faz seu papel de matuto”, o autor levou em consideração o seu conhecimento prévio do mundo rural sobre esse último (matuto) para fazer comparação com a primeira (a criança da favela) que vivia no mundo urbano. Ao confrontar a realidade da criança da favela com a do matuto, o autor revelou presenciar o sofrimento de ambos, sendo capaz, assim, de apontar a injustiça que ocorre nesses dois cenários.

⁷⁷ Sebastião da Silva nasceu em 06 de janeiro de 1945, no município de Pilõezinhos-PB. Considerado por todos como um dos maiores nomes da cantoria de todos os tempos. Em 2015, esse ilustre cantador sofreu um AVC (Acidente Vascular Cerebral) que o deixou sem fala. O repentista reside no município de Caicó-RN.

Como podemos observar, mesmo com o passar do tempo e a mudança de alguns cantadores de viola do campo para a cidade, muitos seguiram com suas raízes e com um foco de retratar em suas poesias as desigualdades sociais. Com a urbanização surgiram novos problemas e os repentistas, perspicazes que eram, conseguiram fazer uma relação entre campo e cidade para apontar tal fato. Podemos notar que, apesar de problemas sociais parecerem bem diferentes, os poetas estabeleciam relações entre eles, de modo que eles conseguiam contextualizar os fatos à sua realidade. Ao tratar sobre as funções sociais do cantador de viola, Sautchuk, (2012, p. 121) afirmou que

Para compreender o lugar e as funções sociais do cantador, é necessário considerar que sua arte, como qualquer outra arte, proporciona mais do que um “prazer estético”; ela cria e veicula representações e motiva formas pelas quais os sujeitos organizam suas experiências e sua relação com o mundo. Para entender o papel do cantador é preciso pensar a função de sua poesia em seu contexto de realização.

Esse autor mostra como esses cantadores de viola são envolvidos pelo mundo que os cercam, sempre cantado situações presentes no seu dia a dia e, portanto, de seu povo, de modo que é frequente surgirem versos que retratem a exploração desse povo pela classe dominante e que aponte a luta de classe existente nesse meio como resultado dessa contradição.

Podemos dizer que as experiências de mundo adquiridas pelos cantadores de viola são molas geradoras e propulsoras da sua arte, ou seja, quando eles retratam as explorações sofridas pelos vaqueiros, pelos camponeses, pelas pessoas que moram nas favelas, eles estão fazendo uma leitura do mundo em que vivem, expressando em sua arte a realidade de seu povo que, por sua vez, se identifica com as palavras ditas em seus versos musicados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar como se deram as lutas de classes entre os latifundiários e os camponeses no Cariri paraibano. Nossa inquietação partiu da constatação de que a grande propriedade é uma realidade muito presente nessa microrregião, cujas relações de produção estão assentadas na exploração de seus donos sobre os camponeses. Assim, nos surgiu a curiosidade de entender como se deu a formação desses latifúndios, buscando entender o momento em que a terra passou a ser vista como a principal fonte de riqueza e, ao mesmo tempo, como se deram as relações de produção sobre os trabalhadores responsáveis por gerarem essa riqueza, bem como as variadas formas de resistências destes sujeitos.

No nosso primeiro capítulo concluímos que as origens latifundiárias do Cariri paraibano e, especificamente, do município de Sumé-PB estão ligadas diretamente com a má distribuição de terras ocorrida após a invasão colonizadora portuguesa nessa região após 1670. A terra e as riquezas materiais que ela gera sempre foram alvos de cobiça por parte das classes dominantes e, desde que os primeiros invasores colonizadores portugueses pisaram neste chão, a distribuição de terras se deu de forma irregular, quando então os povos nativos passaram a não ter direito as terras que nelas nasceram e viveram até aquele momento e foram obrigados a conviverem com novos povos e novos costumes de forma desumana, deixando de serem livres para se tornarem escravizados de seus invasores. Ou seja, a partir daí começou uma distribuição de terras completamente injusta. As terras, que antes eram de todos, começam a ter donos, mas, não eram quaisquer donos, pois quem teria acesso a essas terras seriam, apenas, pessoas que prestassem serviços à Coroa portuguesa, invasores que muitas vezes tinham sangue dos nativos nas mãos. As terras passavam, então, a serem doadas pela Cora portuguesa por meio de sesmarias, grandes extensões de terras no poder de umas poucas pessoas.

No segundo capítulo abordamos a constituição do campesinato no Cariri paraibano, entendendo que, para tanto, foi importante a participação, principalmente, dos povos originários e africanos. Identificamos como esses camponeses, ao longo do tempo, tiveram seus direitos negados pelos latifundiários que conseguiam mais riquezas à custa do suor dos primeiros. Riqueza essa que para ser gerada teve por base a exploração sobre homens e mulheres com pouca ou nenhuma terra, que, apesar de dominados, efetivaram variadas formas de resistências diante de tais injustiças. O vaqueiro, por exemplo, surgiu como uma figura emblemática da fazenda, era uma das pessoas responsáveis pela manutenção da grande propriedade, era responsável pela luta do gado, pela construção de cercas, pela

segurança da fazenda, era uma espécie de faz de tudo. Além do vaqueiro, também surgiu a figura do morador que recebia uma pequena quantia em dinheiro, tinha direito a moradia e a um pequeno pedaço de terra para plantar, desde que dividisse o lucro de tudo que ali fosse produzido com o dono da terra. Importante dizer que, mesmo sendo uma atividade remunerada, o pouco que recebia em dinheiro não dava para suprir a quantidade de atividades que esses camponeses eram submetidos, pois trabalhavam o dia todo em situações precarizadas e causticantes. Todavia, identificamos como se deram as lutas de classes entre os latifundiários e os camponeses dentro das grandes fazendas do município de Sumé-PB.

E, por fim, no terceiro e último capítulo, constatamos a cantoria de viola (repente) enquanto forma de resistência do povo camponês no campo simbólico, que junto com a resistência física tornavam-se aliados para combaterem as formas de dominações sofridas pelos mesmos. Dentre tantas formas de resistências camponesas, a que destacamos nesse trabalho foi a que se gerou por meio da arte cantada. Através da inteligência camponesa, trabalhadores conseguiram denunciar a exploração sem sofrerem perseguições políticas, expressavam suas ideias através da sua poesia e de sua música. A análise feita a partir dessa forma de resistência mostra uma poética do campo, a qual traz em suas falas os sofrimentos passados pelos trabalhadores daquele. Os cantadores de viola, conhecidos também como repentistas, denunciavam toda a exploração sofrida pelos povos camponeses. Foi através da batida da viola que começaram a surgir as críticas ao latifúndio, uma cultura oral que se difundiu no interior do Nordeste, cantadores denunciavam o que nenhum jornal se prestava a fazer, já que estes serviam aos interesses das classes dominantes. Através da forma oral, camponeses repentistas conseguiam atingir um grande público que vivia na mesma situação que ele. Transmitido pela música, seu discurso não tinha como promover provas contra eles, pois seus apreciadores também queriam fazer as mesmas denúncias. E, assim, pudemos analisar como se deu a relação entre duas classes (dominantes e dominados) e as várias formas de resistências que se deram com o decorrer do tempo, provando que o camponês nunca aceitou as formas de dominação que a eles eram impostas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Tomo I e II, 3. ed., João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1997.
- ALVES, Solange Mouzinho. **Parentescos e sociabilidades: experiências familiares dos escravizados no sertão paraibano (São João do Cariri), 1752-1816**. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8090>.
- ATLAS GEOGRÁFICO DO ESTADO DA PARAÍBA. João Pessoa, Graff-Set, 1965.
- AMÂNCIO, Geraldo. **De repente cantoria**. 2º edição, Fortaleza: Premium 2013.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.
- BARBOSA, José Elias Borges. **As nações indígenas da Paraíba**. In: IHGP. Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na Participação dos 500 anos de Brasil. João Pessoa. Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 2000.
- BATISTA, Francisco de Assis. **Nas trilhas da resistência cotidiana: O protagonismo exercitado pelos camponeses no cariri paraibano (1900-1950)** 2010. Tese. (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2010.
- BATISTA, Luizinho. **Raízes Nordestinas**. Sumé: A União, 2006.
- CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. **Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano (São João do Cariri/1850-1872)**. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- CHAVES, Rodolfo de Jesus. “A configuração do latifúndio no Brasil à época da acumulação primitiva”. In: **Anais do III Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: o lugar dos assentamentos rurais: atores, territórios, rede de cooperação e conflito**, 2010.
- COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno Tratado das Grandes virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- COSTA, Renata Assunção da. **Uma nova conquista: a família Oliveira Ledo e o processo de ocupação do sertão do Piancó (1663-1730)**. In: **Anais do V Encontro Estadual de História**. Caicó, 2012.

COUTINHO FILHO, Francisco. *Violas e repentis*. Recife: Saraiva, 1953.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. São Paulo: Ediouro, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. “Função social da propriedade pública”. **Revista Eletrônica de Direito do Estado**. Salvador, Instituto de Direito público da Bahia, nº 6, abril/mai/junho, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

FERNANDES, B. M.. **Brasil**: 500 anos de luta pela terra. *Cultura Vozes*, VOZES, v. 93, n.2, p. x-xi, 1999.

FORMIGA, Mayara Milena Moreira. **Nas varedas do Sertão Colonial: O processo e a formação de elites locais no sertão de Piranhas é Piancó (Capitania da Parahyba do Norte, c. 1690-c. 1772)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.

FRYE, Herman Northrop. **Anatomia da crítica**. São Paulo: Cultrix, 1973.

FURIBA, João. **Furiba Falando a verdade**. Recife: Editora Coqueiro, 2005.

FURIBA, João. **Antologia brasileira, minhas aventuras**. Teresina: Editora Halley, 2011.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. **Casamentos mistos: liberdade e escravidão em São Paulo Colonial**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004.

GOMES, Germana Guimarães. **“Insultos”, “elogios” e “resistência”: participação de repentistas negros no Nordeste (1870-1930)**. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

GOMES Alessandro Martins; ROCHA, Roberto Barroso da. “Descobrimto/achamento, encontro/contato e invasão/conquista: a visão dos índios na descoberta da América Portuguesa”. **Identidade!** São Leopoldo. v. 21 n. 1, jan.-jun. 2016, p. 91-109.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. “Os vaqueiros”. In: **Opara**: Formação histórica e social do submédio São Francisco. Petrolina, 1997.

GRAZIANO. J. et all. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **A colonização do sertão da Paraíba**: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730). Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1985.

JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Livro I e II, Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro, em 1892, com prefácio de Capistrano de Abreu. Brasília: Thesaurus, 1977.

JOFFILY, Irenêo. **Synopsis das sesmarias da Capitania da Parahyba**. Parahyba: Typographia e Lithographia Manoel Henriques. 1893.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças no sertão do rio grande do norte (séculos XVIII-XIX). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: A União, 1978.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Volume 2. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. **O Capital**, livro terceiro, volume VI. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In: Manuscritos Econômicos – filosóficos e outros textos escolhidos. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. “Infraestrutura e Superestrutura: O ‘prefácio’ da Contribuição à Crítica da Economia Política”. Trad. Florestan Fernandes. In: IANNI, Octavio (org.). **Marx – Sociologia**. 3.ed. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. Elementos fundamentales para la critica de la economia política (Gundrisse) Siglo XXI: México, 1976.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 9º ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MEDEIROS Irani. **Pinto do Monteiro**, o brado do Cariri. Campina Grande: EDUEP, 2007.

MENEZES, José Rafael de. **O testemunho dos bem nascidos**. Recife: Bagaço, 1997.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora**. São Paulo: Ed. Camargo Soares, 1990.

MORAIS, Rommeryto Augusto Oliveira de. **Os indígenas do Sabugy no período do pós-contato**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual da Paraíba. Guarabira. 2011.

NUNES FILHO, Pedro. **Cariris Velhos: passando de passagem**. Recife: Liber, 2008.

NUNES FILHO, José. **Poetas encantadores**. 2. ed. João Pessoa: Gráfica Imprell, 2001.

NUNES, Joselito. **Pinto Velho do Monteiro: um cantador sem parilha**. 4ª edição. Recife: Bagaço, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, João Pacheco. “As mortes do indígena no Império do Brasil: O indianismo, a formação da nacionalidade e seus esquecimentos”. In: AZEVEDO, C. et al. (org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PEREIRA, Daniel Duarte. **Cariris paraibanos: do sesmarialismo aos assentamentos de reforma agrária. Raízes da desertificação? Tese (Doutorado em Recursos Naturais)**. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2008.

PEQUENO FILHO, José de Sousa. **Experiências vividas: escravidão e formação histórica de São João do Cariri (1783 – 1843)**. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

PINHEIRO, Hélder; LÚCIO, Ana Cristina Marinho. Cordel na sala de aula. **São Paulo: Duas Cidades, 2001**.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

ROJAS, Rodrigo Montoya. “Movimentos indígenas na América do Sul: potencialidades e Limites”. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (Org.). **América Latina: história, ideias e revoluções**. São Paulo: Xamã, 1998.

RIETVELD, João Jorge. **Na sombra do Umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro**. João Pessoa: Imprell, 1999.

RIETVELD, João Jorge. **Centenário de Camalaú, 1895-1995**. João Pessoa: Gráfica Jaraguá, 1996.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Cariri e Tarairiú?:** culturas tapuias nos sertões da Paraíba - Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SAUTCHUK, João Miguel. **A poética do improviso:** prática e habilidade no repente nordestino. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 2012.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Tradução de Jorge Aguilar Mora. México, D.F.: Edições Era, 2000.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. “O Sesmarialismo na Paraíba”. In: **Revista do IHGC**. João Pessoa: Imprensa Universitária/UFPB. 1971.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. “A conquista do sertão paraibano”. In: **A Paraíba nos 500 anos do Brasil**. Anais do Ciclo de debates do IHGP. João Pessoa – Paraíba, 2000.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O velho arraial de Piranhas (Pombal)**. 2ª ed. João Pessoa: Grafset, 2004.

SILVA, Natanael Alan de Souza. “Povos originários no cariri paraibano: processo de ocupação espacial, de sedentarização, de conflitos/alianças e suas resistências”. (Mimeo), 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. **As classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: 1957.

SOUZA, Renato Cavalcante. Os índios do Cariri paraibano: páginas apagadas da história, mas vivas em nossa cultura. 2017. Disponível em <http://marcasvivasdecabaceiras.blogspot.com/>

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a História territorial da Parahyba**. Mossoró: ESAM. Coleção Mossoroense Vol. CCXLV. 1982.

VIEIRA, Rui Carlos Gomes. **Poesia popular nordestina:** dicionário temático. Campina Grande: Maxgraf, 2012.

ZARTH, Paulo. Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960) / Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009

DOCUMENTOS

Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964)

Lei nº 6.746/1979, de 12 de outubro de 1979.

Livro de Registro de Batismo da Paróquia Nossa Senhora dos Milagres (1786-1837).

SITES:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/sume.pdf>

http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2016/11/PE_06.pdf

<https://www.milkpoint.com.br/artigos/producao/producao-de-leite-de-cabra-nos-cariris-ocidental-e-oriental-da-paraiba-74236n.aspx>

<https://www.sume.pb.gov.br/historia/>

<http://www.cadastrorural.gov.br/estatisticas/sncr-sistema-nacional-de-cadastro-rural>